

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

***SERTÕES EM GUERRA –
CIVILIZAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL EM
EUCLYDES DA CUNHA***

POR

MÁRIO HENRIQUE CASTRO BENEVIDES

ORIENTADORA: PROF^ª. DR^ª. SULAMITA VIEIRA

**FORTALEZA,
JANEIRO DE 2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

***SERTÕES EM GUERRA –
CIVILIZAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL EM
EUCLYDES DA CUNHA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos pré-requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

POR

MÁRIO HENRIQUE CASTRO BENEVIDES

ORIENTADORA: PROF^ª. DR^ª. SULAMITA VIEIRA

**FORTALEZA,
JANEIRO DE 2009**

**Universidade Federal do Ceará
Centro de Humanidades
Programa de Pós-graduação em Sociologia
Curso de Mestrado**

Título: *Sertões em guerra* – Civilização e Mudança Social em Euclides da Cunha.

Autor: Mário Henrique Castro Benevides

Defesa em: 19 de Janeiro de 2009.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Maria Sulamita de Almeida Vieira (Orientadora)
(Universidade Federal do Ceará)

Prof.^a Dr.^a Maria Neyára de Oliveira Araújo
(Universidade Federal do Ceará)

Prof. Dr. João Bosco Feitosa dos Santos
(Universidade Estadual do Ceará)

A você, Fa – por tudo aquilo que não cabe nas palavras.

A Meus Pais, pelo amor longo e alegre.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho nasceu de muita leitura, de uma movimentada pesquisa, de boas conversas e de uma série de apoios fundamentais. É sempre complicado resumir em algumas linhas os agradecimentos necessários e o carinho associado a eles. Mas esta é uma tarefa também prazerosa, já que tem como objetivo registrar, mesmo que timidamente, a gratidão para com uma turba de bons colegas e grandes amigos.

Começo agradecendo os incentivos, a atenção e ao cuidado-amigo da professora Sulamita Vieira. Sua orientação foi decisiva para o desenvolvimento deste trabalho e para o meu desenvolvimento reflexivo. No mesmo caminho, agradeço aos outros professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFC, que tanto me ajudaram nestes tempos: à professora Isabelle Braz, que fez, de boa parte de meu período no curso de mestrado, uma experiência mais rica, onde o debate se mostrou uma das melhores ferramentas do aprendizado; ao professor Eduardo Diatahy, por boas conversas, generosas sugestões e pelo amparo de mestre; ao professor Jawdat Abu El Haj, pelas indicações fundamentais. Meu muito obrigado à professora Neyara Araújo, também do PPGS-UFC, pelo apoio pedagógico-e-amigo, pelas orientações importantes, pela paciência com minhas formalidades e pela gentileza em aceitar compor a Banca Examinadora. Agradeço, imensamente, ao professor Bosco Feitosa da Universidade Estadual do Ceará, pela mesma gentileza. Agradeço, mais de uma vez, ao professor César Barreira, pelos estímulos a este projeto, pela confiança em minhas capacidades de pesquisador e pela torcida, de um modo geral.

Meu *muito obrigado* também aos funcionários da Biblioteca de Humanidades da UFC, da Biblioteca Pública Menezes Pimentel e da Biblioteca do Centro Cultural Banco do Nordeste, pela prontidão e cortesia.

Não posso deixar de agradecer aos amigos, participantes formais e informais, diretos ou indiretos do processo de estudo e pesquisa. Meus agradecimentos a Tiago Coutinho, Robson Augusto, Bruno Marinoni e Thiago “Madeixas” Vasconcelos – verdadeira “máfia” dos estudos sobre o pensamento social brasileiro. Agradeço, no mesmo sentido, às damas que, durante algum tempo, integraram as fileiras desse círculo de debate: Nahyara Marinho e Rosaete Lima – amigas e guerreiras deste universo temático (o bolo de limão também fez falta, Nahyara!).

A Thiago “Madeixas” Vasconcelos agradeço também pela capacidade inacreditável de me fazer pensar, ainda mais, sobre estes temas que tanto me inquietam. Sei que tenho aqui um amigo e um irmão-de-armas, sem-dúvida (ácido, perturbado e sempre disposto a rir do mundo, como eu). Agradeço, também a Alberto Barros, Marcelo Cavalcante e Vinícius Limaverde – meus velhos amigos, munidos de saudáveis doses mistas de pessimismo e bom-humor.

Aos amigos e companheiros de mestrado, Éden Jenkins, Natália Pinheiro, Monalisa Dias, Radamés Rogério, Herbert Pimentel, Igor Monteiro, Gilvanira Xavier, Norma Atháide e Juliana Justa, agradeço as conversas, a torcida e o eventual espírito de “há vida além da dissertação”. A Francisco Secundo Neto (“the aerolander”) agradeço a amizade sagaz e a reflexão singular sobre muitos assuntos sérios (de sociologia a “*Kill Bill*”, passando por Falcão e *Spider Man*). Aos “Silvícolas”, Ivna Pinheiro, Gerciane Oliveira, Francisco Romunik, Alana Ribeiro e Ana Paula Andrade, amigos de longa data, agradeço os tempos todos de apoio e união. Ao grupo-amigo composto por Julhierme Aquino, Diego Silva, Robson Carvalho, Auricélio Moura, Saul Araújo e Davyd Moura deixo meus agradecimentos narrativos.

Agradeço, por demais, à minha Fátima: pelo sorrisos, pelo Amor, pelo carinho – por estar aqui, por me fazer mais forte. O sertão fica ainda mais bonito nos olhos dela.

Preciso muito agradecer, também, à minha Família, por todas as paciências, pelo amor tão certo. Agradeço à minha mãe, pelo amor-de-mãe e pelo bom-humor, força fundamental desses dias e de muitos outros. Agradeço a meu pai, amigo primeiro de todas as horas, especialmente as difíceis. Agradeço a ele por me fazer rir, por torcer por mim, sempre. Um obrigado especial a meu avô Newton e à meu tio Evandro Castro, minha boa torcida quase uniformizada.

Meus agradecimentos finais, mas não menos importantes, são para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cujas atividades criam e aumentam as possibilidades para estudos em todo o país. Em outras palavras: agradeço ao CNPq pelo apoio para a realização desta pesquisa (e de tantas outras).

“A palavra se revela como o devir imediato do psiquismo humano.

Como encontrar uma medida comum dessa solicitação a viver e falar? Isso só pode ocorrer multiplicando-se as experiências de figuras literárias, de imagens móveis, restituindo, conforme o conselho de Nietzsche, a todas as coisas, o seu movimento próprio, classificando e comparando os diversos movimentos de imagens, contando todas as riquezas dos tropos que se induzem ao redor de um vocábulo. A propósito de qualquer imagem que nos impressiona, devemos indagar-nos: qual o arroubo lingüístico que essa imagem libera em nós? Como a separamos do fundo, por demais estável, das recordações familiares? Para bem sentir o papel imaginante da linguagem, é preciso procurar, pacientemente, a propósito de todas as palavras, os desejos de alteridade, os desejos de duplo sentido, os desejos de metáfora.”

- Gaston Bachelard, *O ar e os sonhos – Ensaio sobre a imaginação do movimento.*

RESUMO

O estudo que esta dissertação apresenta tem como objetivo compreender a idéia de *mudança social* na interpretação do escritor Euclýdes da Cunha (1866-1909) – especialmente através das construções discursivas do autor sobre as noções de civilização e violência. Para tanto, tal pesquisa se dedica a observar e analisar os materiais publicados por Euclýdes que tratam do universo do sertão – tomando como base seus escritos produzidos entre 1897 e 1902.

Sem a pretensão de caminhar como uma pesquisa historiográfica, este trabalho propõe uma leitura da narrativa euclýdiana fundamentada em uma “sociologia dos textos”: uma investigação das relações entre os discursos escritos do autor e entre as imagens que ele elabora ao desdobrar sua interpretação. Observando os contextos da produção intelectual de Euclýdes da Cunha e a estrutura de seus textos, podemos perceber as conexões simbólicas que o escritor organiza para engendrar um entendimento do sertão; entendimento permeado por signos diversos. Um sertão movimentado pelas forças da Guerra de Canudos e reconstruído por elas. Por meio do conteúdo narrativo euclýdiano a história é reordenada como material racional-explicativo e como um “tecido” literário, provedor de classificações sobre o sertanejo e sobre os contatos deste com a transformação de seu mundo.

Palavras-chave: pensamento social brasileiro, sociologia dos textos, história das idéias políticas.

ABSTRACT

The study of this dissertation present has as purpose of understanding the ideia of *social changing* on the interpretation from the writer Euclides da Cunha (1866-1909) – specially through discursive constructions from the author about the notions of civilization and violence. So, this research has a devote to observe and analyse the published materials by Euclides that treat about the universe of sertão – taking as base his workings doing between 1897 and 1902.

Without intending to walk as a historiographic research, this study has as propose a lecture of the narrative from Euclides based on “sociology of text”: it is an investigation of relations between the written discursive by the auhor and between the images that he elaboros while desenvolve his interpretation. Observing the contexts of intellectual production from Euclides da Cunha and the structure of his texts, we can realise the symbolic conections which the writer organizes to create a understaning of sertão; understanding full of various signs. A sertão shaken by the power of Canudos’s war and remade by them. Through the discursive contends from Euclides the history is reorganized as racional-explicative material as a literary “tissue”, creator of classifications about the sertanejo and about his contact of him with the transformation of his world.

Key-words: Brazilian Social Thought, Sociology of Text, History of Political Ideias.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: SERTÕES, LITERATURAS E SOCIOLOGIAS.....	10
I. Nos caminhos de uma narrativa.....	10
II. Alguns conceitos em movimento.....	13
III. Esboços de uma Sociologia dos Textos.....	20
1. CAPÍTULO PRIMEIRO – MOVIMENTOS CIVILIZADORES	24
1.1. Contextos.....	26
1.2. Fragmentos de Civilização.....	30
1.3. Civilização nos escritos euclidianos.....	32
1.4 Guerra e Mudança.....	41
2. CAPÍTULO SEGUNDO - INFLUÊNCIAS E NEGOCIAÇÕES DO PENSAMENTO: UM AUTOR NO CAMPO INTELECTUAL DO BRASIL DO SÉCULO XIX.....	46
2.1. No caminho de antigas filosofias.....	48
2.2. Pensamentos Brasileiros em Ebulição.....	57
3. CAPÍTULO TERCEIRO - PASSOS DE PODER NO SERTÃO: UMA CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA.....	73
4. CAPÍTULO QUARTO – CONTANDO UMA GUERRA: MUDANÇA SOCIAL E VIOLÊNCIA.....	99
ALGUMAS PALAVRAS FINAIS.....	120
BIBLIOGRAFIA.....	127

INTRODUÇÃO

SERTÕES, LITERATURAS E SOCIOLOGIAS

“Somos o animal contador de histórias.”

- Frank McConnell, crítico literário.

I. Nos caminhos de uma narrativa

No ano de 1897, a cidade de *Belo Monte de Canudos* era o segundo maior ajuntamento urbano da Bahia, com cerca de 25.000 habitantes. Sob a acusação de ameaçar a cidade de Juazeiro, o líder da comunidade – Antônio Conselheiro – e seus homens – seus *jagunços* – são tratados como desordeiros perigosos, inimigos públicos do governo da Bahia. Uma tropa, requisitada pelo então governador Luiz Viana, composta por cem soldados e coordenada pelo tenente Pires da Silva Ferreira, é enviada para “proteger” Juazeiro, mas avança ofensivamente na direção do povoado dos supostos criminosos. Antes de chegar a seu destino, contudo, é surpreendida por um grupo de 500 seguidores do Conselheiro, na localidade de Uauá. A força militar, já esgotada pela travessia da região sertaneja, é desmantelada pelo ataque dos canudenses – sofrendo dez baixas, sendo uma de oficial – e recua.

A intervenção federal tem então início. Um contingente armado é enviado para punir o arraial, desta vez composto por mais de 450 homens e dois canhões, liderada pelo major Febrônio de Brito, mas realmente comandada pelos políticos baianos (MELLO, 2007). É derrotada no caminho para o reduto conselheirista. A terceira expedição militar, também organizada pelo governo federal, é criada e segue sob o comando do coronel Moreira César (figura cheia de méritos dentro da história militar recente). Neste momento, toda a atenção da imprensa nacional incide sobre os acontecimentos no interior da Bahia. As tropas de Moreira César cercam o arraial e levam os jagunços a pesado combate no dia 3 de março. O fracasso também recairá sobre este contingente republicano. Moreira César é baleado no campo de batalha e morre no dia seguinte. Seu falecimento se soma à falta de organização da campanha, ao

mau uso dos recursos ou à falta deles. A desordem se instaura, as tropas recuam e debandam, deixando para trás armas e munições.

Apenas 13 dias depois, nova expedição rumo para Canudos – o General Artur Oscar comandaria uma força fartamente patrocinada, composta por não menos de quatro mil homens, devotada a destruir, definitivamente, a cidade (MELLO, 2007). No dia 5 de outubro daquele mesmo ano, após quatro meses de combates, com sucessivos e violentos ataques dos mais variados instrumentos de artilharia, Canudos – já em ruínas – seria “conquistada” pelas tropas do Exército da República. Suas construções remanescentes são demolidas. O corpo de Antônio Conselheiro, morto a 22 de setembro, é levado para exumação.

Os registros do ocorrido assumem diferentes roupagens. Inúmeros jornais da época reportaram os muitos momentos do conflito, da já nomeada *Guerra de Canudos*. Crônicas e romances foram publicados, naquele mesmo ano e no seguinte, tratando da figura do líder canudense Antônio Conselheiro ou de seu mundo. Cito, entre as mais conhecidas, *Os jagunços*, de Afonso Arinos de Mello Franco (1968 [1897]), *Última Expedição a Canudos*, de Dantas Barreto (1898) e *O rei dos Jagunços*, de Manoel Benício (1997 [1898]). Memórias seriam escritas, anos e mesmo décadas depois da queda do arraial, por sobreviventes da campanha militar¹. Historiadores e outros pesquisadores manteriam viva a memória de Canudos, deixando abertos os caminhos da recuperação de incontáveis fontes históricas, documentais e orais, sobre o que um escritor peruano viria a chamar, nos termos de sua ficção, de “a guerra do fim do mundo”².

Entre as histórias inspiradas, as reportagens foram as mais numerosas produções no período da Guerra. Um daqueles repórteres publicará, cinco anos mais tarde, em 1902, uma obra que se tornará conhecida, não apenas como relato do evento, mas como interpretação, válida e rapidamente consagrada, sobre a história e a vida sertanejas: *Os sertões: campanha de Canudos*, de Euclides da Cunha (1866-1909).

* * *

O presente trabalho – um registro, decerto incompleto, das aventuras e desventuras da pesquisa – representa um esforço de diferentes “tempos”. As memórias relativas à

¹ Como as de Macedo Soares, *A Guerra de Canudos* (1959[1903]), de Dantas Barreto, *Destrução de Canudos* (1912); e de Villela Júnior, *Canudos: Memórias de um combatente* (1997 [1954]).

² LHOSA, Mario Vargas *A guerra do fim mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 1999 [1981].

experiência de investigação nos levam, mesmo que sem uma clareza definitiva, a desenhar melhor o percurso de nossos estudos, entendendo, nesses tempos de formação das noções e de desdobramentos delas, o corpo de um ofício. Em primeiro lugar, vi o tempo da elaboração de um objeto, orientado pelas tentativas de constituição de um projeto. Em seguida, atravessando as primeiras linhas da curiosidade, vi chegar o tempo dos primeiros contatos, das primeiras desconstruções e das primeiras dificuldades técnicas que nos colocam em situações novas e tensas. Em terceiro lugar, vivi o tempo das enxurradas de informação, das encruzilhadas bibliográficas e empíricas – que, no caso de uma sociologia que toma os textos como “campo”, aparecem na forma de mais encruzilhadas bibliográficas e de muitas dúvidas interpretativas.

Há, ainda, o tempo dos novos recortes, das novas composições e das primeiras compreensões de vulto, em meio ao qual os terrenos de idéias vão se alargando sem, necessariamente, nos intimidar ou nos paralisar. Esses são alguns dos tempos que aparecem, mas não são, significativamente, os únicos. Entre essas imagens temporais, que só vêm à tona em intervalos de ponderação como este, estão outras séries de movimentos que auxiliam, entrecortam e agregam impressões. Para além desse esquema geral, dessa pretensa síntese de tempos reais tão invisíveis na prática, é preciso dizer que este trabalho é o rascunho de vastos interesses de leitura, de algumas cuidadosas reflexões baseadas em levantamentos de dados históricos e em muitas observações das intertextualidades presentes entre um autor e seu universo social.

O objetivo desta pesquisa é compreender a idéia de *mudança social* de Euclides da Cunha, a partir de seus escritos sobre o sertão e sobre a Guerra de Canudos. Para atender a este propósito dedico atenção a duas temáticas, que considero relevantes para entender tal processo de elaboração: em primeiro lugar, observo a presença da idéia de *civilização* deste autor. Em segundo, me detenho a analisar, a partir dela, o papel da violência como marco na interpretação de Euclides – outro elemento profundamente presente em sua narrativa.

A pretensão deste trabalho é, portanto, responder a um conjunto de perguntas intercaladas: como a mudança dos universos sociais é abordada por Euclides, no que diz respeito ao sertão? Como a idéia de violência influenciou sua leitura deste tema? De que forma noções como “civilização” e “barbárie”, por ele trabalhadas, interferiram em seu entendimento sobre a história do sertão e de seus habitantes?

É importante destacar que as relações prévias que apresento são, por sua vez, faces debatidas da escrita de Euclides da Cunha. Críticos e pesquisadores tendem a associar os conceitos, antes mencionados, ao trabalho deste autor³. Pensando o poder e o alcance dos comentários sobre os discursos – textos que afetam, conservam e modificam o lugar simbólico de outros textos, como lembra Foucault (2005) – aceito essas relações como ponto de partida válido para uma interpretação. Vejo-os como caminhos entreabertos de reflexão e até os considero como pressupostos, mas recuso uma suposta “imunidade indiscutível” dos mesmos. Em outras palavras, parto da posição de que as relações entre civilização, barbárie, violência e sertão dentro do discurso euclydiano precisam ser observadas, mas também relativizadas por quaisquer iniciativas de pesquisa neste campo.

II. Alguns conceitos em movimento

A “civilização”, no sentido do conjunto de conceitos demarcadores de uma imagem de “desenvolvimento ideal” espelhada na estrutura social e cultural da Europa industrializada, movimentava, no século XIX, transformações amplas, com vistas em inúmeras tentativas de adequação ao modo de vida europeu. No Brasil, um “bando de idéias novas” que giravam em torno deste conceito (CRUZ COSTA, 1967), inspirava pensadores e inovações políticas, levando o país a diversas reestruturações – como planejamentos urbanos nos moldes parisienses ou o alargamento do positivismo nas lutas pelo imaginário da nação (CARVALHO, 1998; SEVCENKO, 1983).

A educação de Euclides naqueles moldes positivistas e a presença considerável desta noção do campo discursivo do período reforçam a importância de observação da civilização como ideário que possivelmente auxiliou na elaboração euclydiana acerca dos eventos no sertão. Por outro lado, a violência que atravessa esses mesmos eventos, que permeia grande parte da narrativa de Euclides, é outro fator de interesse. Ela é apresentada na longa história do país, como meio, ambiente ou componente de séries de mudanças (LEONARDI, 1996; POMPA, 2003). Seu papel na conquista dos sertões, das terras ainda não desbravadas dos tempos da colônia é reforçado por diversos relatos – registrados por historiadores como Capistrano de Abreu ou por narrativas de períodos anteriores, como a de Gabriel Soares, *Tratado descritivo do Brasil* (1971 [1587]).

³ Como Zilly (1998) e Sevecenko (1983).

Diversas narrativas, vinculadas ao processo de ocupação do território que corresponde ao Brasil de nossos dias, estão carregadas de representações de mudança. Tanto o relato de Caminha (2005 [1500]) como os escritos de Gabriel Soares e de outros desbravadores mencionam, não apenas as singularidades das novas terras que vislumbravam, mas também os caminhos de transformação daquele universo em vias de apropriação. A própria ocupação cuidava de implementar as primeiras alterações: construção de feitorias, de vilas, de igrejas. Capistrano de Abreu se valerá de muitas dessas narrativas para erguer um conhecimento histórico que é uma fala sobre as alterações que o homem implementou no mundo que conquistava – mundo com seus próprios homens, transmutados pela força dos invasores e pelos processos de negociação que as invasões européias viriam impor.

Esta característica não é exclusividade da história brasileira: o caso do México, por exemplo, também pode ser citado para ilustrar um dos aspectos presentes na dinâmica do encontro de culturas diferentes, na dinâmica da violência que a colonização da América implantou nos séculos XV, XVI e XVII. Como ressalta Gruzinski (2006), a chegada dos europeus na região que mais tarde viria a ser o México movimentou e desdobrou uma longa *guerra de imagens*, operada e alimentada, pelos sabores da diferença e pelas reações profundamente hostis do invasor diante das práticas e crenças dos nativos. A experiência relatada pelo historiador é um conjunto de eventos em meio ao qual a diferente forma de expressão religiosa dos homens recém-encontrados é vista como algo a ser transformado, *reparado*.

O projeto de expansão levado a cabo pelo mercantilismo, combinado com as conquistas náuticas ibéricas, será o palco onde se reproduzirá boa parte da lógica “salvacionista” que atravessou os primeiros séculos de ocupação européia nas Américas. Por “salvacionista” entendo as ideologias e representações sociais de forte inspiração cristã, presentes entre muitos dos descobridores, fazendo-os crer que estavam diante de povos carentes de cristianização e salvação. Mello (2007), Pompa (2003), Leonardi (1996) e Vainfas (1992) não são os únicos historiadores a apontar a dimensão religiosa como um dos fatores que desenhou, tanto as relações entre homens vindos do mar e aqueles homens da nova terra, como as impressões dos primeiros sobre os últimos.

Retomando o centro da questão, foram representações de alteridade e condições de estranhamento que, aliadas a profundos e vastos interesses econômicos, criaram os

anteriores das iniciativas de transformação do meio nas novas terras. Este aspecto, este conjunto de representações de mudança social que atravessa as narrativas e as ações dos colonizadores e que carrega elementos de domínio, são bases históricas de outras noções, entre elas, a figura do “desenvolvimento” e da “melhoria social”.

Reitero que o objetivo central desta pesquisa é estudar a forma pela qual Euclides da Cunha compõe a lógica da mudança social. Acredito importante esclarecer que não proponho três investigações distintas e apartadas. Os objetivos secundários, encarnados na preocupação com os temas correlatos apresentados, têm como intenção apenas entender a participação destes símbolos no processo de criação discursiva que Euclides executou ao divulgar, por todo o país, por meio de seu livro, uma imagem específica “dos sertões do Norte”, dos grupamentos humanos que o povoavam e dos processos históricos que o afetaram.

Esclareço ainda que o que entendo por uma “idéia de mudança social” não significa e não se limita a observar o uso necessário dessa expressão literal na exposição teórica de um autor. Significa, especificamente, uma provável intencionalidade para com o entendimento da História, das transformações em um determinado espaço e tempo, organizada no texto, na forma de referências intertextuais, de aproximações explicativas sobre a realidade abordada pelo mesmo autor. Nesse sentido, a idéia de mudança social se relaciona e se mistura com uma *teoria da história*, um entendimento acerca do tempo e das ocorrências no mesmo; entendimento da estruturação e reestruturação de uma “configuração social” (ELIAS, 2006)

Inúmeros autores das ciências sociais observam o tema da mudança social e constroem modelos explicativos da mesma. As leituras tidas como “clássicas”, neste campo, incluem Marx (1975), Émile Durkheim (2003), Max Weber (2004), Karl Mannheim (2001) e Norbert Elias (1994). A discussão acerca dos movimentos históricos que engendram transformações estruturais e visíveis nas sociedades humanas está largamente entrelaçada com a fundação de uma teoria da História e de um corpo de noções sobre a vida social. No século XIX, tanto no campo intelectual alemão, como entre os pensadores franceses, buscavam-se novas respostas para o desenrolar histórico. E é como uma resposta e um contraponto à compreensão de Hegel (1770-1831) da História que Marx tratará as alterações sociais como resultados de lutas materiais entre grupos posicionados de diferentes lados do espectro da dominação econômica. Seu

materialismo histórico será a base de muitos debates e de todo um arcabouço conceitual para o entendimento da mudança.

Ainda na Alemanha, na virada do século XIX, Ludwig Von Gumplowicz (1893) e Weber viriam propor outras observações. Se, para o primeiro a mudança era fruto de lutas entre grupos biologicamente definidos (uma “luta de raças”), para o segundo, a mudança não poderia ser meramente materializada: seria necessário atentar para sua ordem simbólica, suas influências culturais e os “sentidos” das ações dos indivíduos em meio ao turbilhão dos acontecimentos. Nessa mesma esteira, nas décadas seguintes, Mannheim viria propor uma “sociologia do espírito” ou “sociologia do conhecimento” como estrutura teórico-metodológica para o desbravamento das questões sociais. Para ele, a história aglutinava mudanças material e simbolicamente operadas, inerentemente desconexas e carentes de *planejamento* ou *planificação*. Era exatamente o planejamento uma das maiores preocupações deste autor. Para ele, as sociedades ocidentais só poderiam escapar das imprevisibilidades históricas, assumindo planificações políticas e econômicas de longo prazo. Era a consolidação de uma *mudança controlada* na teoria social.

Discípulo de Mannheim, Norbert Elias negaria a capacidade humana de controle social e histórico de longo prazo. Em Elias, a mudança nas sociedades era gerada por longas cadeias, por processos cruzados que apontavam em uma outra direção. Assim, a formação dos Estados Nacionais em um “processo de integração política” era um exemplo de uma dessas cadeias de eventos. Mas Elias reforçava que nenhum grupo era plenamente consciente das conseqüências de suas ações na história, criando alterações nas configurações sociais que nenhum indivíduo ou segmento planejara. A mudança retornava – ao menos nas teorias – para a dimensão do imprevisível, onde o conceito de racionalidade e organização tinha estreita participação no curso amplo de seus desdobramentos.

Em outra fronteira lingüística e teórica, o francês Émile Durkheim (2003), um dos primeiros representantes dos estudos sociais e considerado o “pai da ciência sociológica”, pensou a sociedade preferencialmente do ponto de vista de sua *estabilidade* e estrutura. Ainda assim, consciente de algumas intervenções da história nos sistemas sociais, Durkheim viu a mudança social como alterações “patológicas” (fatores ou séries de fatores incomuns para a condição social vigente) que, no curso do tempo, ao longo de reestruturações morais na sociedade, ganhava o status de

“normalidade”. Em outras palavras, para sua leitura funcionalista do mundo social, certas dissonâncias dentro da organicidade da sociedade poderiam vir a se tornar partes cotidianas da mesma, construindo, assim, nova ordem.

Não cessam aqui as muitas composições sobre mudança e sociedade. Elas cruzarão todo o século XX como um dos principais temas da sociologia e da análise política da história. Para os interesses deste trabalho, contudo, basta-nos saber a existência deste debate para esclarecer um pouco mais a relevância de se pensar como esta questão é tratada no Brasil, nos começos das pesquisas sociais no país.

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha nasceu em 1866, em uma fazenda do município de Cantagalo, província do Rio de Janeiro. Neto de negociante de escravos, filho de guarda-livros, pertencia a uma família então sem grandes patrimônios. Coursou engenharia na Escola Militar da Praia Vermelha, uma opção necessária, já que não dispunha de recursos para custear os estudos na Escola Politécnica, instituição de formação civil. A educação militar, gratuita, que o direcionou para a carreira das armas – da qual se afastaria em 1896, já tenente – tinha forte influência de idéias positivistas e filosóficas, como lembra Carone (1980). Republicano convicto, ainda nos tempos do Império, o jovem Euclides já escrevia artigos para o pequeno jornal *O democrata* e neles já mostrava suas posições políticas de crítica ao regime imperial. Mas, foi a Guerra de Canudos que tornou seu nome conhecido nos meios letrados do país. O jornal *O Estado de São Paulo* envia Euclides da Cunha como correspondente de Guerra para a frente de batalha, no interior da Bahia. Formado engenheiro civil, participa como testemunha e repórter dos eventos que viriam compor, nos cinco anos seguintes, seu livro mais conhecido: *Os sertões*.

A publicação da obra e a crítica positiva que ela recebeu de figuras consagradas nos meios eruditos, como o escritor José Veríssimo (CUNHA, 1995b), rendem a Euclides uma notoriedade súbita. Não demoraria e o engenheiro/escritor seria aceito na Academia Brasileira de Letras e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituições de forte prestígio intelectual já naqueles tempos da República Velha. Mas é preciso esclarecer que esse reconhecimento intelectual não mudou a realidade econômica de Euclides da Cunha. O autor, que sempre dividira seu tempo entre a vida de escritor e o ofício da engenharia (profissão que detestava), continuou a viver muitas dificuldades financeiras. Morreria em 1909, assassinado, no bairro da Piedade, pelo amante de sua esposa, o tenente Dilermando de Assis.

Dentre as descrições feitas da Guerra de Canudos,⁴ a interpretação do escritor ainda é a mais presente, a mais discutida nos meios literários e históricos (GALVÃO, 2002), a despeito das muitas críticas que sofre – críticas ao teor cientificista de seus argumentos, à linguagem erudita ou rebuscada de sua escrita, “à parcialidade de seu depoimento, à falta de tratamento profissional das fontes que usou e ao caráter datado ou contraditório de muitas de suas avaliações” (ZILLY, 1998). Essa interpretação divulga a violência do conflito e seus personagens centrais – os *jagunços*, os guerreiros canudenses – tanto como uma narrativa esteticamente organizada como na forma de uma observação com pretensões de objetividade científica, classificada até como um dos primeiros tratados de sociologia no Brasil: “o primeiro ensaio de descrição sociográfica e de interpretação histórico-geográfica do meio físico, dos tipos humanos e das condições de existência no Brasil. (...) Daí em diante, o pensamento sociológico pode ser considerado como uma técnica de consciência e de explicação do mundo, inserida no sistema sociocultural brasileiro” (FERNANDES, 1977, p. 35).

Meu interesse pela noção de mudança social na obra de Euclides vêm de meu envolvimento com estudos acerca do lugar e da forma do *jagunço* na obra de Euclides. Dediquei-me, em pesquisa anterior (BENEVIDES, 2007) a analisar a maneira com que o escritor retratava estes indivíduos, postos sob um rótulo comum, compondo, ao mesmo tempo, uma imagem da violência e imagem da diferença, ao tratar destas figuras do sertão. O jagunço, o sertanejo comumente observado em seu aspecto guerreiro, o homem-de-armas do arraial de Canudos ou o “valentão” nas terras sertanejas baianas, era retratado também, nos escritos euclidianos, como ser quase mítico, dotado de poderes incomuns, de selvageria inumana e, no contraponto, como face assimilável da nação brasileira, isolado por séculos no interior da Bahia. O jagunço como violento era a figura do inimigo das forças republicanas e dos ideários civilizados do litoral; como vivente dos territórios pouco conhecidos do sertão, era interpretado em Euclides da Cunha como um “rude patricio”, como parte fundamental de uma nacionalidade brasileira ainda em construção.

⁴ Como as de Franco (1898), Benício (1997) e Nunes (in Galvão, 1974). A Guerra de Canudos foi estudada, em todo o século XX, por um universo de autores. As discussões que o conflito ainda alimenta, no “plano” sociológico e histórico, são, além de amplas, multifacetadas. Os trabalhos mencionados, no entanto, foram produzidos no momento da contenda, por repórteres do período. Seriam contemporâneos de Euclides da Cunha, sendo seus escritos amostras da diversidade de abordagens sobre o acontecimento.

O que inicialmente me aproximou dos assuntos evocados pelo trabalho descritivo do autor, no processo de estudo e comparação que antes realizei – comparação de textos do próprio Euclides, escritos no correr da Guerra e depois dela – foi a emergência de uma *alteridade*, a elaboração simbólica de um Outro, comunicada e publicada. Atravessando a formação em Ciências Sociais, naquele mesmo período, tive diversos contatos com esta noção de alteridade, por meio de textos de autores contemporâneos ou de clássicos estrangeiros⁵. Tais textos chamavam a atenção para a importância do Outro e de sua observação, dentro da gama metodológica da antropologia e da sociologia. Estudar esta noção em um discurso como o de Euclides da Cunha – de diversas maneiras consagrado no campo do pensamento social brasileiro – foi uma experiência mais que relevante, uma vez que permitiu o aprofundamento de meus conhecimentos sobre o estatuto e as dinâmicas do conhecimento em um momento de formação das primeiras bases das Ciências Sociais no Brasil.

Passei a considerar, a partir daí, o trabalho deste autor como fundamental para a compreensão da história das idéias no país, da história da composição, não apenas da nacionalidade ou identidade nacional – como ele comumente é classificado⁶ – mas, especialmente, para a compreensão da história de nossas alteridades, da história de nossas interpretações. Interpretações dos mundos sociais que intercalamos, aproximamos e distanciamos, ao longo dos tempos e acontecimentos políticos, ao longo das mudanças históricas e da composição de nossa memória sobre elas.

Assim, se antes me vi diante dos elementos que interferiram no processo de construção do jagunço na narrativa euclidian, hoje me volto para além do espectro desta denominação, indo na direção da caracterização da própria história e da mudança histórica na fala que este autor acaba por fundar em sua obra. As mudanças no mundo-sertão, narradas por Euclides como uma história épica⁷, vinculadas aos movimentos que a Guerra de Canudos parece imprimir ao conjunto estrutural daquele universo são discutidas, portanto, como uma continuidade de estudos sobre o discurso deste autor. A violência, como face da interpretação de Euclides, bem como as noções de civilização e de barbárie, presentes em muitas das identificações por ele sustentadas, não poderiam,

⁵ Como Arendt (1994), Geertz (2003), Sahlins (2003), Bourdieu (1982), Weber (2004) entre muitos outros.

⁶ Como por Oliveira (2002), Freyre (1987) e Coutinho (1995).

⁷ No sentido de uma narrativa literária carregada de elementos fantásticos ou incomuns, referente à epopéia, que, segundo Ferreira (2004), é um “poema longo sobre assunto grandioso e heróico”.

então, ser deixadas de lado, uma vez que eu mesmo as encontrei, em minhas investidas no terreno da imaginação deste escritor.

III. Esboços de uma sociologia dos textos.

Lidar com textos, fazendo de sua realidade, forma, contexto e conteúdo objetos de análise tem, penso, suas singularidades. Entre as primeiras dificuldades que encontrei, estava a delimitação do *corpus*, um conjunto textual a pesquisar, que, no caso deste tipo de trabalho, equivale à delimitação do campo empírico. Os primeiros movimentos que realizei, enquanto buscava redimensionar um universo de autores e documentos que conhecia em maior ou menor grau, foi no sentido de estabelecer o período específico da produção euclidianiana que me interessava e que se combinava com os planos de minha pesquisa. Esta decisão foi necessariamente influenciada pelos primeiros contatos e pelo conhecimento que estudos anteriores me deram.

Euclides produziu antes e depois da Guerra de Canudos; e pode-se dizer que muitos de seus escritos posteriores à publicação de seu *Os sertões*, embora tratem de temáticas que podem ser aproximadas, não se encontram, diretamente, sob o signo de escritos sobre o sertanejo. Dessa forma, decidi manter minha atenção no conjunto de escritos do autor produzidos entre 1897 e 1902, observando materiais anteriores com cuidado e não me atendo, decisivamente, a escritos posteriores. Em alguma medida, esta escolha demarca o poder do que digo, já que, esclareço que este é um trabalho sobre o discurso euclidianiano em um tempo histórico delineado. Conhecer previamente toda a obra do escritor – estudo que venho realizando desde 2006 – tem facilitado, consideravelmente, meu trabalho. Mas não me detive em análises e discussões que abarcam todo este conjunto, acreditando que, dessa forma, seria construir reflexões mais precisas, ainda que limitadas a este tempo de sua escrita.

Cito aqui, entre os materiais que, para os fins deste trabalho, chamo *corpus* ou de *narrativa de Euclides da Cunha*: 1) as matérias publicadas pelo autor em 1897 e reeditadas em 1939, como coletânea, escritos fundamentais para entender sua posição no momento da Guerra; 2) os telegramas enviados pelo mesmo para a redação do jornal do qual era correspondente, por semelhante motivo e inseridos na mesma coletânea; 3) sua *Caderneta de Campo*, que o acompanhava em Canudos, sendo publicada apenas em 1975, como uma das chaves interpretativas de sua visão de mundo; 4) o próprio *Os*

sertões: campanha de Canudos, livro célebre de 1902, centro e resultado de suas preocupações nos cinco anos posteriores à experiência nas terras sertanejas da Bahia, impresso e reimpresso dezenas de vezes.

A delimitação seguinte a essa problemática, continha outro aspecto metodológico relevante: falar de um autor profunda e profusamente comentado ao longo dos últimos cento e seis anos é, no mínimo, intimidador, sob uma enormidade de pontos de vista. Uma “revisão completa de literatura” sobre Euclides da Cunha seria assunto de um ou mais trabalhos inteiros. Além do mais, entendo que, para os propósitos que defino, a escolha de certas obras, de certos comentários que orientaram parte de minhas investigações, representa dois pontos-chave: primeiro indica novo recorte a partir do qual tento fundar minha própria pesquisa; segundo, registra um caráter prático da sociologia – a dimensão artesanal, imprevisível e dinâmica de qualquer investigação social.

Se o primeiro fator é um desenho da fronteira que penso ser necessário estabelecer, ao menos inicialmente, para a execução deste trabalho, o segundo é o resultado de minhas experiências empíricas até o presente momento: o contato com textos, autores, trechos de obras, referências e bibliografias dotadas de níveis variados de acesso. Os trabalhos de Sylvio Rabello, Ana Maria Roland, Walnice Galvão, Frederico Pernambucano de Mello, José Calasans e Nicolau Sevcenko foram as bases centrais de meus estudos sobre a vida e obra de Euclides, sobre sua leitura do universo de Canudos. Além deles, busquei apoio em Gilberto Freyre, Afrânio Coutinho, Alfredo Bosi e Antonio Candido, como estudiosos da literatura e das relações históricas que este conceito incorpora. Conheci, ainda, outros que serão mencionados ao longo do presente texto, marcando sutilmente investidas rápidas ou leituras adicionais, que me levaram a conhecer um pouco mais a gama de inferências sobre o autor que investigo.

Sob essa mesma perspectiva prática, uma “sociologia dos textos” não está isenta das dificuldades presentes em qualquer tentativa de se conhecer algo antes desconhecido. Meus caminhos de aproximação, estranhamento, confusão e apropriação (que nem sempre seguiram uma ordem tão clara quanto este texto pode dar a entender) foram permeados de dúvidas, desencontros, encontros ocasionais e instantes de reorganização. Cruzei bibliotecas, livrarias, epistolários publicados, coleções críticas, prefácios, anexos editoriais e páginas da Internet. Mesmo concordando com a singularidade antes mencionada de uma pesquisa sobre textos, acredito também, como

fundamental, expor que este estudo tem envolvido uma série de questões relativas ao campo “tradicional” da sociologia, entre elas, o de se estar, simbolicamente, longe, em uma viagem por meio de falas e dificuldades novas.

Quanto ao estudo de uma obra como a de Euclides, que pode e foi definida de diferentes maneiras, como sendo “literária” e “de ficção” ou como sendo “científica” – separação questionável no século XIX, como dirá Sodré (1995) e ainda hoje, como dirá Eagleton (2003) – faço uso de alguns argumentos. Em primeiro lugar, julgo importante definir “Literatura” para os fins do presente texto. Da mesma forma que Candido (1988):

Chamarei de Literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático, em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações

Como ressalta Eagleton qualquer definição – como esta de que faço uso – é profundamente relativizada pela história e pelo avaliador. “Literatura” é um rótulo conceitual, intelectual e institucional, que assume como admissível separar claramente certas áreas do conhecimento e certas posturas diante dele. Não sou capaz de negar as dificuldades muitas vezes pouco óbvias deste exercício classificatório. Aceito que as articulações de um discurso, como lembra Foucault (2001), são produzidas duplamente: no contexto de sua produção e nos contextos de suas apreensões. Desse modo, o discurso é movimentado e classificado pelos comentários que se fazem dele – novos discursos construídos no tempo, gerando identificações, restrições e limites socialmente engendrados. Nesse sentido, o papel e o lugar de Euclides como intérprete de questões relacionadas ao Brasil não serão discutidos, neste estudo, mediante esta separação.

Sua dimensão de *publicação* engloba, dentro dessa problemática do estatuto de sua fala, outra questão. É preciso ver um texto, seja qual for sua denominação, também como um “fato social”, algo operado socialmente, exterior ao indivíduo que aparentemente o cria (DURKHEIM, 2003): além de nos lembrar o poder da história e da sociedade, esse conceito nos lembra também que não há algo de absoluto em um discurso que faça dele literário. Há, sim, seguidas vinculações, séries de classificações

que, ao curso de algum tempo, o posicionam em relação a outros discursos e em relação ao conceito culturalmente vigente de verdade. Dessa forma, ao entender Literatura como *fabulação*, tento apenas visualizá-la no plano de alguns significados que lhe são relevantes: criação, dinamismo, comunicação e existência pública.

Falamos de “revisões de literatura” também dentro do campo da ciência. Entendo que isso se dê através de uma aproximação que a linguagem denuncia: elos entre memória e interpretação, partes fundamentais de um exercício de narrativa e que no caso de Euclides, servem como componentes para uma reflexão mais profunda acerca da complexidade de tais diferenciações. Geertz (1989) irá admitir que cada discurso, como criação mental e cultural é, a seu modo, uma ficção. E como ficção, aproxima-se do mundo do qual fala, mas não o “representa” como se se tratasse de um reflexo. A linguagem reconstrói o universo que aborda, perfazendo novo perímetro ao criar novos marcos simbólicos para a realidade.

Em suma, o discurso é fabulação em algum sentido. É partindo desta elaboração que tento tratar dos escritos de Euclides da Cunha: pensando-os não apenas em seu jogo de posição, mas em sua ordem de criação, em seus vínculos com outros textos, sejam científicos ou não. Meu trabalho é compreender como a mudança no sertão, que ele ajudou a construir em imagem, é desenhada em suas descrições e análises. Esse trabalho, ordenado, como disse antes, em séries de diferentes tempos simbólicos, começa e se dirige a uma tentativa de compreensão fracionada pelas múltiplas fontes e estruturada sobre uma cadeia comum de experiências ainda em atividade. Experiências que a história da Guerra de Canudos, por meio dos olhos e das letras de um narrador em particular, vem despertando.

CAPÍTULO PRIMEIRO

MOVIMENTOS CIVILIZADORES

O que aqui se coloca no tocante ao processo civilizador nada mais é do que o problema da mudança histórica. Tomada como um todo essa mudança não foi “racionalmente” planejada, mas tão pouco se reduziu ao aparecimento e desaparecimento aleatórios de modelos desordenados. (...) planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico resultante de muitos planos e ações isolados podem dar origem a mudanças e modelo que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem sui generis, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador. (ELIAS, 1994b: 194).

Para compreender o lugar das idéias de mudança e de história, em especial na descrição que Euclides da Cunha organiza durante e depois da Guerra de Canudos, é preciso compreender o lugar de determinados conjuntos simbólicos, estruturas representativas que têm presença marcada na obra do escritor e que parece influenciá-lo de muitos modos. O termo *civilização* é um desses elementos, que merece destaque por sua variabilidade nos escritos de Euclides, por apontar uma identificação social e cultural e por outros fatores que este capítulo visa também discutir. O que exponho – sem me dedicar a grandes compilações e sem a pretensão de reconstruir longamente a história de um conceito – é o “deslocamento” da palavra *civilização* nos escritos de Euclides. Está presente aqui a primeira parte de uma “análise narrativa” de textos euclidianos. Façamos um passeio pelo *front* e pelas batalhas que sua linguagem recupera e observemos uma pequena parte de sua elaboração.

Nos primeiros textos deste escritor a palavra “civilização” já é citada como um conceito do qual não se escapa, como uma força histórica e como uma lei natural: “A civilização é o corolário mais próximo da atividade humana sobre o mundo; (...) o seu

curso, como está, é fatal, inexorável” (CUNHA, 1995a [1888]: 587). Posteriormente, n’*Os sertões*, em meio a sua visão analítica e literária, ela também se torna alvo de crítica, um conceito relativizado, tratado como uma imposição estrangeira, uma pressão exterior e estranha ao mundo nacional:

A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. Nem enfraquece o asserto o termo-la realizado nós filhos do mesmo solo, porque, etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico, dos *princípios civilizadores* elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã - tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. Além disto, mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica - o tempo. Aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime.

Denunciemo-lo. (CUNHA, 1995a: 99, grifo meu.)

A fatalidade da noção – “Estamos *condenados* à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos.” (Idem, 1995 [1902]: 149; grifo meu) – se alia a um entendimento que caracteriza os personagens envolvidos como partícipes de um processo violento da história. A civilização, ainda vista como algo que transcende os sujeitos, é marcada, também por isso, como emergência não-humana, não humanizada e, com isso, sem “limites morais”. Se antes de 1902 o autor atribuía à civilização um lugar de grandeza e evolução, no correr dos anos, a palavra será também preenchida de seus contrários: guerra, destruição e “crime”. Mais tarde, no momento de definitiva consagração do escritor – sua posse na Academia Brasileira de Letras, em 1906 –, o conceito reaparece carregado de uma ambigüidade sutil, mantendo seu caráter de força natural, mas agregando novas críticas em sua relação de matéria estrangeira:

O quinquênio de 1875-1880 é o da nossa investidura um tanto temporã na filosofia contemporânea, com seus vários matizes, do positivismo ortodoxo ao evolucionismo no sentido mais amplo, e com as várias modalidades artísticas, decorrentes, nascidas de idéias e sentimentos elaborados fora e muito longe de nós.

A nossa gente, que bem ou mal ia seguindo com os seus caracteres mais ou menos fixos, entrou, de golpe, num suntuoso parasitismo. Começamos a aprender de cor a civilização:

cousas novas, bizarras, originais, chegando, cativando-nos, desnorteando-nos, e enriquecendo-nos de graça.
(Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, 18 de dezembro de 1906. Retirado de www.academia.org.br em 13/12/2006).

Mas é importante perguntar: quais os lugares deste conceito no pensamento corrente no período? Que influências e que bases a história dava à “civilização” e de que modo essa realidade discursiva foi absorvida e desdobrada em Euclides da Cunha?

1.1. Contextos

Junto às mais variadas investidas intelectuais que se produziram ao longo do século XIX e que tinham a intencionalidade de abordar o “Brasil” como um tema, a composição de Euclides da Cunha – seu *Os sertões* - estava entre as primeiras a reunir elementos de uma análise científica declarada com preocupações estético-literárias para falar do mundo sertanejo. Antes dele, a crítica ao mundo social brasileiro e as tentativas de sintetizar aspectos do mundo nacional estavam presentes, por exemplo, nas Literaturas de largo fôlego: nos textos de José de Alencar (*Iracema, O Sertanejo* e outros), nas produções de escritores como Franklyn Távora (*O Cabeleira* [1876]), Araripe Júnior (*O reino encantado* [1878]), Coelho Neto (*Sertão* [1897]) e na obra profundamente atenta de Machado de Assis (que se entrega, especialmente, aos assuntos urbanos do Brasil Imperial). O também escritor Sílvio Romero, com suas assertivas acerca da etnografia brasileira (*Etnografia brasileira* [1888]) e Adolfo de Varnhagen (*História Geral do Brasil*, [dois volumes, 1854-1857]) em seus estudos historiográficos, igualmente se posicionavam de um ou de outro lado de um espectro ciência-literatura que ainda buscava fronteiras claras no período (SODRÉ, 1995). Mas é Euclides da Cunha quem funda uma discursividade nova para falar de aspectos nacionais ainda não amplamente explorados: os então chamados sertões do Norte e sua possível história – e que seriam, logo, alvos da preocupação de outro historiador, que viria completar e aprimorar os contornos deixados por Varnhagen: Capistrano de Abreu (1853-1927).

Por outro lado, a fundação dessa discursividade não se dará como pura criação do espírito. As formações conceituais do final daquele século sobre o que seria “progresso” e “evolução” social estão presentes em muitas análises do período e estarão na obra euclydiana. As correntes definidas por CARVALHO (1998) como “positivistas”,

“jacobinos” e “liberais à Americana” construíram, a seu modo, diferentes maneiras de entender e divulgar idéias de aperfeiçoamento político, social e humano no Brasil daquele século. Obviamente, os discursos continham mais do que isso. Tratavam de estruturas simbólicas motivadas por interesses políticos e econômicos dos grupos onde se originaram – eram, a um só tempo, nascidas em imagens e símbolos importados e em esquemas de dominação no jogo de poder da República jovem. Ainda de acordo com Carvalho, foram os longos embates políticos e ideológicos travados por aqueles grupos que vieram formatar os símbolos brasileiros e todo um sistema de referência à Pátria, que se completaria na Proclamação da República.

Para entender o discurso de Euclides da Cunha, engenheiro formado na Escola Militar da Praia Vermelha, é preciso compreender, especialmente, nesse contexto de formação nacional, a educação positivista e bacharelesca que permeava a instituição do Exército e que, mais tarde, atuaria simbólica e politicamente nos eventos de novembro de 1889.

Desde a criação da Real Academia Militar, em 1810, a constituição de um contingente do Exército era um interesse dúbio – presente, mas aparentemente pouco prioritário da Coroa Portuguesa. Devidamente estabelecida no Rio de Janeiro e responsável pela fundação desta instituição de ensino, a Corte não cuidou de uma imediata profissionalização do campo militar, nem da constituição de um efetivo considerável. Durante o tempo da regência de D. João VI, o Exército no Brasil seria constantemente reforçado por tropas vindas do Reino (SODRÉ, 1965). Apenas a Guerra do Paraguai (1864-1870), já em tempos de Independência, trará poder e dará forma ao Exército brasileiro – assim como aproximá-lo de questões minadas como a abolição da escravatura.

Lembra-nos GALVÃO (1984: 21):

Na Escola Militar, que ficara paralisada pela guerra, as atividades recomeçam e logo depois haverá novas reformas. A de 1874, a de 1889, ainda durante o Império, mas cuja vigência não ultrapassará um ano, e a de 1890. Esta última se destaca por ser a reforma de inspiração positivista do comtiano *ultra* Benjamim Constant, que instituí a concepção do soldado enquanto cidadão armado e da carreira enquanto missão civilizadora, humanitária e moral.

A influência francesa – garantida em estatuto, que exigia determinadas obras e autores daquele país – nas matérias mais variadas da Real Academia (de geometria a castrametação⁸) trazia, a reboque, as ideologias há anos movimentadas pela Revolução de 1789 e pelos idealizadores da *Enciclopédia*. Textos traduzidos do francês e transformados em compêndios pelos primeiros professores seriam a base do conhecimento prático e teórico daquela Escola. Mais do que isso, a influência de Constant na Escola e no Exército trará o positivismo para o centro de inúmeras discussões. Mais tarde, com as lutas internas pela queda da monarquia, a mesma Escola sofrerá modificações em direção às aspirações das elites militares e se tornará palco de polêmicas envolvendo estudantes republicanos (vejamos, mais à frente, o caso do próprio Euclides da Cunha).

Dentro deste universo curricular, a engenharia era uma das pedras mais trabalhadas – o nicho de criação de técnicos capazes de garantir uma infra-estrutura a até há pouco colônia (nova morada dos nobres, elevada em 1815, pelo Príncipe regente, à condição de parte do *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*). O curso chegou a ser estruturado em longos sete anos. O engenheiro passava pelo treinamento de todos os outros oficiais e ainda cumpria disciplinas próprias. A prioridade na formação do profissional (e o cada vez menor índice de matrícula) chegou a fazer da Escola Militar uma instituição dupla: em 1823 ela fora aberta a alunos paisanos (não interessados na carreira, no Exército) que teriam formação de engenheiros *civis*. No âmbito das preocupações da formação estratégica, a carreira militar era lentamente aproximada de outros universos simbólicos. Os títulos de *bacharel* e de *doutor em ciências matemáticas*, dado mesmo aos formados engenheiros militares (reforma de 1845), indicavam, sutilmente, a imagem do oficialato brasileiro, muito mais condizente com a cultura bacharelesca que dominava o Brasil naquele século, do que as marcas formadoras de uma instituição militar.

O abolicionismo, o republicanismo, as idéias desenvolvidas na Europa relativas a novas formas de se encarar a política, o poder e a cultura de uma nação “desenvolvida”, todos esses fatores estavam fortemente inculcados no meio jovem e intelectual do Brasil Império. A ciência, divulgada pelos enciclopedistas e amplificada como representação pelo positivismo cada vez mais presente nesse mesmo meio, encontrou abrigo em um Exército já altivo diante de autoridades civis, graças à percepção, nascida na Guerra do

⁸ Escolha ou preparação de terreno para fortificação ou acampamento.

Paraguai, de sua importância nos assuntos nacionais (GALVÃO, 1984). Enfim, a relevância da engenharia no mesmo Exército e sua proximidade com as ciências positivas deram margem para o fortalecimento de um acordo tácito entre os ideais republicanos e as idéias de Comte.

Euclides, formado nesse mundo de noções, chegou à patente de tenente, através de seus estudos na Escola, antes de se reformar em 1896. A proximidade e, depois, o forte envolvimento com as causas Republicanas estão presentes em seus primeiros escritos publicados (1884) – em jornais escolares. Estarão também presentes em suas cartas, quando ele parte para Canudos, em 1897, para ser repórter na Guerra. Leitor de teóricos positivistas, de idéias republicanas, educado na Escola Militar, Euclides se ergue desde cedo contra o regime imperial. Durante a revista do Marechal da Guerra do Império, em 1889, sai de formação e atira o sabre ao chão, em sinal de protesto. Seu objetivo seria sublevar os colegas, prender o Ministro da Guerra e proclamar a República (SOUZA ANDRADE, 1966). É preso pela afronta e expulso do Exército. Retorna em seguida, por meio de amigos, após a Proclamação da República.

O mesmo Euclides nunca teve relações de grande proximidade com o meio intelectual da Academia Brasileira de Letras. Era amigo do escritor Coelho Neto e mantinha correspondência com o também escritor José Veríssimo e com Machado de Assis, além de alguns outros, mas nada que fizesse dele uma “parte” do meio destes. Sua vida longe da capital lhe rendeu largo afastamento do movimento intelectual carioca. Trabalhou por longo tempo em obras públicas, em diferentes cidades, e sempre vivera grandes dificuldades financeiras. Suas influências intelectuais estiveram mais agregadas a leituras estrangeiras, a teóricos de alguma maneira próximos do positivismo francês de Spencer e Comte. O passar do tempo lhe traria conhecimentos maiores em estudiosos alemães como Hegel e Kant, Marx e Gumplowicz. O poder das teorias mais naturalistas, mais devotadas a entender o mundo e o homem como sujeitos a leis naturais universais, foi decisivo em seu pensamento. O evolucionismo deitara profundas raízes em seu modo de ver a realidade que o cercava. Senão determinantes, profundamente influentes, a carreira e educação no Exército desempenharam o papel de provedoras de considerável parcela dos elementos discursivos do autor. Como poderemos ver, seus textos e suas preocupações denotam essas proximidades.

1.2. Fragmentos de Civilização

A civilização não é, nem de longe, uma expressão recentemente discutida; Lucien Febvre, historiador francês, já a sondava em 1930⁹. Mas sua observação ficou mais conhecida, através dos trabalhos de outro pesquisador: o sociólogo alemão Norbert Elias (1898-1990). Comumente tomada como um sinônimo de sociedade, mas, mais especificamente ligada à noção de sociedade ocidental moderna, esta palavra foi alvo de curioso estudo, no qual costumes, interesses de diferenciação e controle social das pulsões estavam no centro das investigações.

Mas em 1902, *civilização* já era objeto de observação. Naquele período sua força como agente político fazia da palavra mais uma bandeira do que um elemento de análise sociológica. Mesmo assim, ela não escaparia à atenção de Euclides Cunha, uma vez que era parte constituinte de suas preocupações como “homem civilizado” e intérprete de uma complicada questão social chamada sertão.

A idéia de civilização, associada a termos como “desenvolvimento” e “liberdade”, era bastante presente em parte do discurso intelectual da época, fruto também de influências do pensamento europeu (SEVCENKO, 1983). Era, ao mesmo tempo, criticada, por seu caráter estrangeiro, uma vez que este momento histórico era palco da luta intelectual pela construção de uma identidade nacional, empresa que se queria livre de fórmulas invasoras (*idem, ibidem*). No contexto do século XIX se entendia como civilização a estrutura cultural e social do Velho Mundo, em particular da França, onde o termo fora cunhado (ELIAS, 1994b). No espectro dos pensamentos positivista e evolucionista, produzidos naquele universo, a civilização era o modelo de desenvolvimento para a humanidade. Quando as pressões por competição econômica e avanço das técnicas de produção chegaram, com força, ao Brasil-Império, a civilização estava lá, na boca e nas mentes dos defensores do “progresso” (CARVALHO, 1998).

Mas, como foi antes mencionado, a “civilização”, como conjunto estrutural de práticas, crenças e projetos, não foi um modelo “aceito” sem reação. Primeiro porque, como veremos adiante, não é possível entender civilização sem observar sua dimensão histórica, seu caráter de conjunto cultural. Segundo, porque a configuração intelectual do Brasil, em especial na cidade do Rio de Janeiro, permitia, nessa época, sem dúvida, a

⁹ FEBVRE, Lucien. *Civilisation. Évolution d'un mot et d'un groupe d'idées*, Paris, Renaissance du livre, 1930.

organização de “discursos contrários”, de proposições questionadoras quanto aos aspectos de civilização que muitos desejam “transportar” ao país. Assim, obras críticas como as de Machado de Assis (1839-1908) e Lima Barreto (1881-1922) já carregavam – com tons diferentes - considerações fundamentadas na crítica ao modo de vida e à sociedade que se imbricavam na época. Se em Machado essa crítica recaía sobre a cultura urbana da corte, em Barreto ela se estendia aos novos passos da importação simbólica e material que o Brasil, através de seus dirigentes e de suas classes dominantes, executava.

A “transferência” ou imitação de estruturas de comportamento advindas da Europa não impediu uma ressignificação das formas de vivência no Brasil. Nem mesmo em tempos coloniais, quando, por exemplo, a Coroa Portuguesa e os funcionários que a representavam tinham um peso imagético maior no cotidiano – como no caso das sociedades de fidalgos que se espalhavam no auge do tempo das Minas. Sérgio Buarque de Holanda (1995) nos dá subsídios empíricos e teóricos para entendermos o vasto e intermitente caminho de apropriação de práticas e saberes indígenas, em detrimento de tradições da metrópole.

Os fins do século XIX, por sua vez, por mais que relacionados aos discursos de modernização que convergiam com os interesses de uma burguesia brasileira, também vieram preenchidos, cada vez mais, das lutas e exigências das elites intelectuais – lutas e exigências comumente entendidas pela sociologia e pela história, como bases do *nacionalismo*.

Convém lembrar que o nacionalismo se apresentou através do século XIX e começos do XX como uma tendência, também européia, de identificação, de busca e manutenção das idiosincrasias de um Estado independente. Enquanto essa busca cruzou o Velho Mundo séculos antes, o Brasil, por suas singularidades históricas, se apoderou dela, com maior vigor e visibilidade, na virada do século, tempo que acompanhou o período cultural tomado como *Belle Époque*.

O que significa *civilização*, nesse ínterim? Para Elias (1994b), a civilização é um processo; um encadeamento de eventos, mudanças sociais e interiorizações, que se dirige, ao longo da história ocidental, para um maior controle social, um maior controle técnico do homem sobre a natureza e uma maior disseminação de autocontrole entre os indivíduos (ELIAS, 1994b). Esse processo estaria intimamente ligado a outros, como a ampliação da noção de “eu”, provocada pela divisão social do trabalho (*idem, ibidem*), e

uma integração política que ganhara novo ritmo com a formação dos Estados nacionais, nos fins da Era Medieval (idem, ibidem). O *processo civilizador*, como chama Elias, relacionado a essa série de outros processos sociais e históricos, nem sempre caminharia “para frente”, passando às vezes por recuos que se traduzem em seus contrários (crises políticas, desintegrações sociais, perda de controle social, aumento da violência no cotidiano).

O termo “civilização” teria origem na sociedade francesa dos fins da Idade Média (ELIAS, 1994a). Divulgada, ao longo dos séculos, como um sinônimo de nobreza, de superioridade cultural, de humanidade, tal palavra ganhou força e lugar em todo o mundo ocidental. Seu aspecto mais profundo era o de um conjunto de normas voltadas para a lógica de “domesticação” e controle dos hábitos humanos – formas “corretas” de vestir-se, de porta-se à mesa, de falar em público, etc. Ser “civilizado”, significava, no contexto europeu do período, obedecer a tais normas. Assim, ainda de acordo com Elias, a civilização se firmou como instrumento de *distinção social* tornando-se um dos processos mais ativos no correr da história. Apesar de seus “retrocessos” (Elias aponta a sociedade alemã da Segunda Guerra Mundial como um deles [1998]), a civilização (ou o “processo civilizador”) teria se relacionado com as transformações conjunturais do Ocidente e seria, agora, centro de sua História (ELIAS, 1994b).

Presente desde os modos à mesa até a forma conjuntural da sociedade francesa, o “ser civilizado” seria, por muito tempo, “moeda de troca” e status constantemente reclamado por classes e estamentos da elite. Como instrumento de diferenciação nacional e de grupos dentro do mundo da Corte, a civilização era tanto uma imposição como um “artigo de exportação”. Estava atrelada a posturas, saberes comportamentais, jogos sociais e formas de dominação. A Europa, de uma forma ou de outra, em um período em que o Absolutismo dos reis de França era um poder presente em todo o continente, se deixava tomar por distinções conceituais centradas no conceito.

1.3. Civilização nos escritos euclidianos

No caso de Euclides da Cunha, as variações de seu pensamento, seu visível interesse pelo mundo sertanejo, juntamente com sua tentativa de abarcar conceitos aparentemente diferentes como filosofia, ciência e literatura, orquestraram uma

construção conceitual importante: o autor se apropriava da idéia de civilização, tão alardeada nos círculos republicanos do período, como um termo e uma noção móvel, central no que toca seu lugar de observador de uma realidade associada comumente às suas antíteses: a “barbárie”, o desconhecido, o *selvagem* (POMPA, 2003). Os “singularíssimos civilizados” (como ele chama os soldados republicanos que atacaram Canudos [CUNHA, 1995a: 100]) seriam “mercenários inconscientes” da civilização que avançava sobre os sertões. Mas, nos termos de Euclides, essa campanha, impulsionada por leis naturais nas quais ele acreditava, era também um crime pela destruição e morte causada (*idem, ibidem*). Como já foi mencionado anteriormente, a mesma civilização como modelo de organização, como ordem social por excelência era, para o autor, também produtora de violências.

As reportagens de 1897 trazem como centro a República e o conflito com Canudos. Ao largo dessa conexão, o autor promove mais do que o enaltecimento republicano. Estão presentes, ali, uma apresentação do mundo sertanejo e de suas distâncias simbólicas e geográficas como contraponto; trata-se de uma construção básica: é preciso que exista o *bárbaro*, o *incivilizado*. Quem ocupa este lugar é o “inimigo”, os jagunços e sua realidade são organizados como fora do limite do universo que Euclides toma como identificador da civilização. Não que o autor seja o primeiro que defina essa condição no momento político vigente. Muito pelo contrário: Euclides da Cunha assume uma imagem pré-fabricada pelo imaginário discursivo criado pela imprensa e toma esse imaginário como ponto de partida para a confecção de um comentário – suas reportagens surgem como uma posição declarada do autor nos acontecimentos. E para determinar essa posição, Euclides precisava reconhecer um campo de falas construtoras que o antecederam. Essas falas estavam presentes nos jornais, mas foi na ciência da época que o escritor começou a buscar referências legitimadoras de sua compreensão.

Sylvio Romero e Araripe Júnior tiveram um papel preponderante ao descortinar para o pensamento social brasileiro as leituras científicas européias. Leituras que constituíram o alicerce do julgamento que o sertanejo sofreria – como figura do atraso, do descompasso civilizatório, da inferioridade como raça. Foi à linha de pensamento que Euclides se ligou para compor sua interpretação.

Nesse seguimento, o termo civilização está presente na definição de *Os sertões*, na apresentação de seus objetivos:

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazêmo-lo porque a sua instabilidade de complexos de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tomam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento *ante as exigências crescentes da civilização* e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra (CUNHA, 1995a: 99, grifo meu).

A região do sertão baiano, dominada por grandes senhores de terras, sempre fora palco de pequenos conflitos (QUEIROZ, 1976). A Guerra de Canudos fora um evento diferente de tudo. A povoação, surgida através da liderança religiosa de Antônio Maciel, o Antônio Conselheiro, cresceu rapidamente. Ali, as práticas religiosas tinham suma importância, formando uma comunidade profundamente devotada à idéia de *salvação da alma* por meio da obediência, da recusa ao álcool e do desapego à propriedade¹⁰. Aos poucos, Canudos ou Belo Monte, como foi batizada pelos habitantes, se tornou bastante autônoma economicamente e com relação às questões políticas dos proprietários rurais ou do governo estadual. Aquilo pouco agradou aos poderes vigentes (CITELLI, 1998).

Em outubro de 1896, o juiz de juazeiro, Dr. Arlindo Leôni, telegrafa ao Governador da Bahia, alertando sobre a possível invasão da cidade pelos seguidores armados de Antônio Conselheiro. Pede ao governo estadual, intervenção policial. No dia 4 de novembro, o General Sólton, comandante do 3º distrito militar, envia 100 praças (soldados), comandados pelo Tenente Manoel da Silva Pires, para atender a ordem do Governador de suprir de defesas a cidade ameaçada. A força segue, então, para o lugarejo de Uauá, no caminho para Canudos, sob ordens de atacar o arraial. É antes atacada por um grupo de jagunços canudenses e se retira, com dez mortos, dezesseis feridos e o médico da companhia em crise nervosa (*idem, ibidem*).

Tomando como afronta o ocorrido, o governo baiano envia nova força, sob o comando do Major Febrônio de Brito, composta por mais de 200 homens no início e mais de 450 nas proximidades da cidade do Conselheiro. Essa força sofre diversas tocaias, inúmeras baixas e também se retira. Os jagunços se aproveitam de seu

¹⁰ Não entraremos, aqui, em amplos debates sobre a veracidade histórica das relações de mando e propriedade em Canudos. Para os fins deste capítulo, é o bastante fazer referência, neste caso, à imagem comumente divulgada do povoado e saber que sua estrutura social é um tema ainda em questão. Vide Mello (2007), para maiores esclarecimentos acerca de tal debate.

conhecimento sobre o terreno da caatinga e dos labirintos que a flora gera para produzir um tipo de guerrilha que deixa confusos os soldados. Uma Terceira Expedição (primeira expedição regular e oficial) é formada para destruir Canudos e por fim à existência de uma “ordem insurgente” ante as forças da jovem República. O coronel Antônio Moreira César é incumbido de liderar as tropas: 1300 combatentes, farta munição e canhões de assalto. Ao chegar a Canudos e montar o cerco para o combate, no entanto, Moreira César é gravemente ferido por um tiro. As tropas sofrem ataque de todas as partes e se desorganizam. O coronel acaba por morrer em pleno sertão e soldados debandam, abandonando munições e armamento. A tentativa se torna fracasso.

A repercussão dos eventos da região cresce no Sul. O Governo Federal, preocupado com a imagem que a derrota traria para o Estado, organiza uma Quarta Expedição, comandada pelo General Artur Oscar de Andrade Guimarães e contando com cerca de quatro mil homens, dispostos em duas colunas que seguiram rumo à região por rotas diferentes. Os preparativos começaram em março de 1897 e as batalhas duraram até outubro. No dia 5, o Exército republicano realiza o último assalto e termina por arrasar o povoado. Cinco mil e duzentas casas são destruídas. Milhares de canudenses mortos.

No mundo dos textos euclidianos relativos ao sertão e à Guerra de Canudos, podemos encontrar marcas de significação e ainda, julgo relevante dizer, indícios¹¹ de mudanças sutis na interpretação política que guiava o escritor. Estas informações nos ajudam a entender a narrativa que o autor construiu acerca dos conflitos em Canudos. É preciso lembrar que o Euclides que testemunhou parte dos eventos aqui resumidos, levará cinco anos para escrever sua maior obra. Entre sua chegada ao sertão e a redação final do livro, o desenrolar dos acontecimentos em Canudos recebe significações diferentes e a idéia de civilização atravessará todo um período. Tentemos entender os momentos dessas elaborações.

Em matérias mais antigas, anteriores à Guerra – a título de comparação –, vemos o jovem Euclides em meio a conceitos vivos de sua formação:

¹¹ Nesse sentido, concordo com o historiador Carlo Ginzburg (1990), para quem os detalhes marginais de todo discurso são matérias de suma importância para o entendimento da História.

É uma fraternidade que se estabelece pelo cérebro e pelo coração; é um sentimento orientado pelo raciocínio, cuja existência se demonstra com a mesma frieza, tão positivamente como um princípio de mecânica e do qual a feição mais característica se chama – civilização.
É esta, de fato, a nossa pátria no tempo.¹²

Continuaria ele, explorando o caráter político de uma noção que o irá seguir firmemente:

A democracia é pois como uma teoria científica inteiramente desenvolvida, simboliza uma conquista da inteligência, que a atingiu, na Sociologia, depois de se ter avigorado pela observação metódica da fenomenalidade inferior, síntese final de todas as energias racionais (podemos assim dizer), que impulsionaram a evolução política de todas as nacionalidades e definindo – na Política – o fastígio da mentalidade humana, é hoje impossível, com abstração dela, uma compreensão exata da civilização.¹³

Ao lado dessa expressão, as concepções de Pátria e República atravessam a ordem das reportagens de 1897 e atravessarão, também, a teoria da História que Euclides tenta, sem sistematizações aparentes, organizar em seus muitos escritos. As matérias em questão falam da campanha e da Guerra sob o ponto de vista do observador militar que o autor de todo ainda era. Nota-se, sua devoção nos primeiros momentos, ao descrever alguns aspectos relativos ao estado das tropas e da artilharia:

A um lado, alevanta-se firmemente ligado ao reparo sólido, um sinistro companheiro de viagem – o morteiro *Canet*, um belo espécime de artilharia moderna. Destina-se a contraminar as minas traidoras que existem no solo de Canudos.
Embora sem a pólvora apropriada e levando apenas sessenta e nove projéteis (granadas de duplo efeito e *schrapnells*), o efeito dos seus tiros será eficazíssimo. Lança em alcance máximo útil trinta e dois quilos de ferro, a seis quilômetros de distância.
(...)
Maiores milagres, porém, tem realizado o exército nacional e a fé republicana.
A disposição entre os oficiais é a melhor possível.
(...)

¹² CUNHA, Euclides [Proudhon, pseudônimo]. Questões Sociais. *A Província de São Paulo*, São Paulo, 29 de dezembro de 1888.

¹³ *Idem, ibidem.*

Eu nunca pensei que esta noção abstrata da Pátria fosse tão ampla que, traduzindo em síntese admirável todas as nossas afeições, pudesse animar e consolar tanto aos que se afastam dos lares tranqüilos, demandando a agitação das lutas e dos perigos. Compreendo-o agora. Em breve pisaremos o solo onde a República vai dar com segurança o último embate aos que a perturbam.

(...)

A República é Imortal!

(CUNHA, 2004:31 [carta de 7 de agosto de 1897])

A presença constante da palavra “civilização” nos textos do autor demarca as fronteiras do encontro cultural e político que Euclides vivia e que a Guerra, a seu modo, representava. Ela surge também nas descrições do canudense, do jagunço e atravessa a lógica do conflito-enredo:

O caso, vimo-lo anteriormente, era mais complexo e mais interessante. Envolvia dados entre os quais nada valiam os sonâmbulos erradios e imersos no sonho da restauração imperial. E esta insciência ocasionou desastres maiores que os das expedições destroçadas. Revelou que pouco nos avantajávamos aos rudes patrícios retardatários. Estes, ao menos, eram lógicos. Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez - bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhe o brilho da *civilização através do clarão de descargas*.

Reagiu. Era natural. (Idem, ibidem, p. 262, grifo meu).

A animalidade primitiva, lentamente *expungida pela civilização*, ressurgiu, inteiriça. Desferrava-se afinal. Encontrou nas mãos, ao invés do machado de diorito e do arpão de osso, a espada e a carabina (idem, ibidem, p. 405, grifo meu).

As violências no correr do tempo e o contato com a Guerra – não apenas como uma testemunha dos combates, mas como alguém que viveu as representações jornalísticas que atravessaram os maiores centros urbanos do País, em noticiários e opiniões várias que encheram o imaginário dos letrados – fomentaram um desdobramento do pensamento euclydiano. Primeiro, nos fins de seu momento de correspondente e depois em seu *Os sertões*, produzido durante anos depois da contenda, a civilização retornará como palavra-chave das oposições entre homens republicanos e

homens sertanejos, que o autor presenciou e construiu – e ainda aparecerá vinculada a República e aos trajetos históricos de seu confronto com um “Brasil Outro”. O habitante do sertão, bem como o brasileiro dos litorais densamente urbanizados, já eram, em Euclides, partes de uma definição nacional em curso. Já no começo de seu livro, comenta:

A campanha de Canudos tem por isto a significação inegável de um primeiro assalto, em luta talvez longa. Nem enfraquece o asserto o termo-la realizado nós filhos do mesmo solo, porque, etnologicamente indefinidos, sem tradições nacionais uniformes, vivendo parasitariamente à beira do Atlântico, dos princípios civilizadores elaborados na Europa, e armados pela indústria alemã - tivemos na ação um papel singular de mercenários inconscientes. Além disto, mal unidos àqueles extraordinários patrícios pelo solo em parte desconhecido, deles de todo nos separa uma coordenada histórica - o tempo. Aquela campanha lembra um refluxo para o passado (CUNHA, 1995b: 99).

Em suas reflexões sobre a história, da guerra e do homem antes dela, o autor atravessa a realidade do conflito e afirma:

É que neste caso a raça forte não destrói a fraca pelas armas, *esmaga-a pela civilização*. Ora, os nossos rudes patrícios dos sertões do Norte *forraram-se a esta última*. O abandono em que jazeram teve função benéfica. Libertou-os da adaptação penosíssima a um estádio social superior, e, simultaneamente, evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados. A fusão entre eles operou-se em circunstâncias mais compatíveis com os elementos inferiores. O fator étnico preeminente transmitindo-lhes as *tendências civilizadoras* não lhes impôs a civilização (*idem, ibidem*: 178, grifos meus).

Como é possível ver, a idéia de civilização é deslocada, sempre tendo em vista esse Outro distante ou historicamente distanciado que é o sertanejo. Sertanejo que é operado como conceito, como um isolamento que lhe formatou e como uma resistência às forças externas que o abandonaram. Se a civilização é aqui retratada como uma superioridade geral – técnica, humana – ela é também, aproximada e descrita como uma força, uma lei da natureza que cruza o homem social. É preciso lembrar que a palavra, em sua dimensão européia, particularmente francesa, era uma diferenciação de “classe”, mais tarde diferenciação nacional (ELIAS, 1994). Evocada por Euclides, em sua

dinâmica supostamente cosmopolita, ela se converte em movimento naturalmente mundializado – ou melhor, que tenta se mundializar.

Mas, se essa civilização é um processo, um levante, uma onda, para Euclides, ela é também corpo e está materializada em produtos e símbolos. Retomando suas descrições mais agudas, em seus desenhos das cenas do sertão, o autor reestrutura a civilização em seus moldes de modernidade, de tecnologia e de força. Fala ele das armas, produtos da indústria alemã da época – e do contato que os sertanejos travavam com estes avatares:

E fez-se um dia de festa. A missão mais concorrida, a mais animada feira, jamais tiveram tanto brilho. Tudo aquilo era uma novidade estupenda. Ao chegarem da rota fatigante, rompendo, surpreendidos, pelas ruas cheias de combatentes, os vaqueiros amarravam o "campeão" à sombra do tamarineiro, na praça, e iam quedar-se, longo tempo, contemplando as "peças" em que tanto ouviam falar e nunca haviam visto, capazes de esboroar montanhas e abalar com um só tiro, mais forte que o de mil "roqueiras", o sertão inteiro. E aqueles titãs, enrijados pelos climas duros, estremeciam dentro das armaduras de couro considerando as armas portentosas da civilização (*idem, ibidem*: 276).

A busca por iluminar a reflexão através da história das formações sociais, leva Euclides a recorrer ao século XVIII e ao entendimento da criação de povoados ao longo do sertão. É ali, nas missões religiosas de catequização, no processo histórico de organização das cidades interioranas, que o autor irá se valer de saberes necessários ao entendimento dos eventos que, cinco anos antes, testemunhou. Segue ele a linha aparentemente clara da transposição do sertão:

Deixa as regiões alpestres, cidades alcandoradas sobre serras, refletindo o arrojo incomparável das bandeiras; atravessa depois os grandes gerais, desmedidas arenas feitas à sociedade rude, libérrima e forte dos vaqueiros; e atinge por fim as paragens pouco apetecidas, amaninhadas pelas secas, eleitas aos roteiros lentos e penosos das missões... (*idem, ibidem*: 171).

Esta é uma história que toma a atenção cuidadosa do autor: é a criação de um contexto para seu projeto de interpretação. Ele se volta ao século anterior – século que também tomará o tempo de historiadores como Capistrano de Abreu –, recompondo o palco dos acontecimentos da Guerra de Canudos, mas especialmente, desenhando o

sertão em suas características humanas, de transformação do espaço na forma de ocupação do mesmo:

Com efeito, ali, totalmente diversos na origem, os atuais povoados sertanejos se formaram de velhas aldeias de índios, arrebatadas, em 1758, do poder dos padres pela política severa de Pombal. Resumindo-nos aos que ainda hoje existem, próximos e em torno do lugar onde existia há cinco anos a Tróia de taipa dos jagunços, vemos, mesmo em tão estreita área, os melhores exemplos. (*idem, ibidem*: 172)

Tais contextualizações servem como elo de historicidade ao estudo e à narrativa. Servem, ainda, como comparação. A relação entre a existência sertaneja e a indígena fomenta uma leitura étnica (no caso, racial) da origem da capacidade de transformar o mundo a sua volta, por parte dos habitantes daquele cenário. Enquanto registra a atividade sertaneja, Euclides demarca sua origem com algo mais do que histórico: um elo para ele biológico entre os períodos de desenvolvimento das comunidades locais.

Entre formas históricas e lógicas de representação, a civilização é encarnada na República e, no caso de *Os Sertões* e das matérias de 1897, no Exército, o braço armado da mesma. Uma civilização que se apresenta como transposição de idéias elaboradas na Europa e como símbolos militares de uma campanha de conversão. Como testemunha e repórter, Euclides é um republicano inflamado. Como escritor, como autor em 1902, se quer analista menos comprometido e mais crítico do evento e de suas bases – mas, ainda próximo das conjecturas fundadoras do sistema político que ele por longo tempo defendeu. Sua leitura do Exército e definição do soldado são carregadas de uma forte idealização, fazendo-os elementos de um quadro épico de heroísmo, bravura e vitória. Esse quadro começa no ano da Guerra, quando Euclides produz as reportagens tendo como focos o guerreiro republicano e seu inimigo – o jagunço. Naquelas matérias, está presente um discurso de enaltecimento do jovem regime e de "glamourização" dos combatentes. O soldado é tanto a vítima da barbárie, como alguém devotado a ideais maiores, disposto ao sacrifício da saúde e da vida. A República é tomada, como um bastião a se defender contra princípios superados pela visão positiva da própria ciência. Nesse sentido, é sempre como uma inferiorização dos povos sertanejos que se garante a superioridade da civilização ocidental e de sua representante.

A força portentosa da hereditariedade, aqui, como em toda a parte e em todos os tempos, arrasta para os meios mais adiantados - enlucados e encobertos de tênue verniz de cultura -

trogloditas completos. Se o curso normal da civilização em geral os contém, e os domina, e os manietta, e os inutiliza, e a pouco e pouco os destrói, recalçando-os na penumbra de uma existência inútil, de onde os arranca, às vezes, a curiosidade dos sociólogos extravagantes, ou as pesquisas da psiquiatria, sempre que um abalo profundo lhes afrouxa em torno a coesão das leis eles surgem e invadem escandalosamente a História. São o reverso fatal dos acontecimentos, o claro-escuro indispensável aos fatos de maior vulto.

Mas não têm outra função, nem outro valor; não há analisá-los. Considerando-os, o espírito mais robusto permanece inerte a exemplo de uma lente de flintglass, admirável no refratar, ampliadas imagens fulgurantes, mas imprestável se a focalizam na sombra.

Deixemo-los; sigamos.

Antes, porém, insistamos numa proposição única: atribuir a uma conjuração política qualquer a crise sertaneja exprimia palmar insciência das condições naturais da nossa raça (*idem, ibidem*, 345).

O positivismo e seus frutos filosóficos – a visão de uma ciência determinante e iluminadora; a defesa de uma lógica de evolução que apontava como passo seguinte o progresso europeu e eurocêntrico – estão aqui como lentes que guiam o autor em sua interpretação. Além daqueles, está também presente o profundo interesse em entender os caracteres dessa nação espalhada que seria o Brasil – dividida e repartida, para Euclides, por leis firmes de uma História “social” que era História Natural.

1.4. Guerra e Mudança

O tom aparentemente inconcluso do conceito, em Euclides, não implicava uma indefinição casual: está, como outras noções, coligado ao processo de elaboração intelectual que o autor realiza ao longo de sua vida, como escritor e pensador. A civilização, aqui, é tanto a sociedade européia como os conjuntos nela inspirados, que, de um modo ou de outro, reordenavam seu espírito cultural. Aparece nos limiares de sua construção simbólica – a obra completa *Os sertões* –, como um artefato estético/literário gerador de reflexão: Euclides “costurava” a ciência – e muitos dos preconceitos – de seu tempo ao amplo conjunto de fatores singulares da realidade brasileira. No entanto, mais do que produzir um misto de ensaio analítico, amparado pela ciência positivista ou uma peça de Literatura realista, o autor cruzou as classificações para expor suas experiências e impressões como testemunha da Guerra de Canudos, dando à idéia de

civilização uma marcação de processo histórico não necessariamente positiva, não absolutamente pacificadora, hostil às existências das populações sertanejas:

Insistamos sobre esta verdade: a guerra de Canudos foi um refluxo em nossa história. Tivemos, inopinadamente, ressurreta e em armas em nossa frente, uma sociedade velha, uma sociedade morta, galvanizada por um doido. Não a conhecemos. Não podíamos conhecê-la. (...) essas psicoses epidêmicas despontam em todos os tempos e em todos os lugares como anacronismos palmares, contrastes inevitáveis na evolução desigual dos povos, patentes sobretudo quando um largo *movimento civilizador* lhes impele vigorosamente as camadas superiores (*idem, ibidem*: 483, grifo meu).

O “movimento civilizador” de que nos fala o escritor brasileiro é uma viagem de mudança drástica, que ele muitas vezes interpreta como incontrolável, evolutiva, mas que não encara como ingênua, livre de conflitos e danos sociais; uma civilização-guerra, contada como uma história de guerra da civilização contra o mundo do Diferente.

Euclides da Cunha encarna parte dos antecedentes intelectuais dessa representação social. Ele mescla preconceitos e eurocentrismos, mas esboça também uma crítica ao mundo não-brasileiro quando fala de civilização no Brasil. Ele uniu seus conhecimentos militares às suas leituras de filósofos e pesquisadores para traçar, nos textos, os contornos de uma civilização que representava, de muitas formas, mudança.

Os etnocentrismos que esse projeto continha não anulavam de todo sua preocupação política com a construção do mundo brasileiro que estava ali também. Como republicano, como militar, como possível cientista, Euclides da Cunha participava da constituição de um campo que se ia orquestrando – o das ciências sociais no país. Classificado das mais diferentes maneiras pela crítica de seu tempo – e pela crítica do nosso –, este escritor atuou na divulgação de um conceito que era uma dissecação da idéia. Ao proferir tantas vezes *civilização*, ele a pôs em xeque, diante de si e de seus leitores. Terminaria por dizer que a campanha contra o arraial de Canudos tinha seus crimes. E que a civilização, tão cara a ele e aos seus companheiros teóricos, operava através de “mercenários” – inconscientes ou não – para desempenhar, de forma violenta, seu papel: atender a interesses elaborados além-mar. Sem necessária compreensão de todos os “precedentes” que sua obra criaria, Euclides fundou um discurso de oposições fundamentais. Ordenou, assim, bases para muitas das questões levantadas no iniciante século XX, em suas décadas por vir.

No que diz respeito à participação desse conceito no entendimento da mudança social do autor, três pontos precisam ser ratificados. Em primeiro lugar, *a civilização* é um meio e um fim de mudança. Euclides interpretava o evento da Guerra no sertão como uma encarnação de interesses externos e como estruturação social. Em segundo lugar, sua leitura crítica presente em *Os sertões* destitui boa parte de sua defesa apaixonada da República como portadora de “boas novas” políticas. Sua experiência como testemunha das atrocidades do conflito aparentemente reordenou sua leitura, de um defensor convicto de um sistema político para um analista técnico de uma história mais impessoal, menos controlável. Por fim – ao menos por enquanto, para os propósitos de nossa discussão – a civilização, como contraponto do universo sertanejo, é tratada, por Euclides, como um *dos agentes dos processos de alteração estrutural* de uma sociedade antes isolada.

Como *meio e fim de mudança*, o conceito de civilização é entrecortado por uma história da terra sertaneja que abriga a resistência e a violência do ambiente em uma associação perene, não somente como metáfora literária. Euclides registra esse mundo-sertão, oposição grave aos núcleos supostamente controlados e estáveis das cidades, atraindo o leitor para imagens que retratam os pólos opostos dessa realidade: um sertão ainda por decifrar, limiar geográfico das culturas do litoral, mas ainda parte a se conquistar da unidade republicana. Em *Os sertões* temos a teatralização da narrativa movimentada de tal forma a expor uma estética crua do mundo sertanejo. É nesse “reflexo invertido” que o autor enfatiza a civilização como um estertor das mudanças políticas que ele toma como inadiáveis. Ela instrumentaliza a violência do Exército porque dá a ele condições técnicas e uma história de estratégias importadas. Ao mesmo tempo ela é uma busca dos envolvidos que, inconscientes ou não, reproduzem o que o autor parece considerar um movimento de natureza – mas um movimento de natureza cujos efeitos não necessariamente se combinam com a natureza singular do mundo abordado. O sertão e o sertanejo são tratados como isolamentos quase místicos, frutos de conexões históricas e de surpresas étnicas (mais uma vez, para Euclides). Esse isolamento, que permitiu um desenvolvimento próprio dos habitantes desse cenário, coloca contingências ao projeto civilizador. Sua fatalidade, enquanto lei natural, é transformada em um processo que encontra na resistência uma nova significação. Seus conteúdos, contudo – suas possibilidades finais –, são desconhecidas para Euclides. Ele

se furta, sutilmente a desenhar o quadro do resultado – não inerentemente positivo – do encontro dessa civilização em marcha com os limites da civilização enquanto meta.

O encontro do próprio Euclides com a Guerra e com o mundo-sertão redimensionou sua leitura, no sentido de repensar a República nos contextos do acontecimento. Pela primeira vez, Euclides percebeu os símbolos republicanos encarnados em uma luta de difícil definição. No quadro da narrativa, ele testemunhou a complexidade de se estabelecer os “vilões” da história, na medida em que ela acontecia. Essa percepção por um lado permitiu que o autor se observasse, se mencionasse no texto. Sua presença nas reportagens é, aos poucos, mais firme, mais incisiva. Por fim, ao alcançar a escrita de *Os sertões*, Euclides da Cunha retoma essas impressões, passados cinco anos. E as retoma dando ao livro o caráter de recapitulação: a obra não é uma reconstrução de seus artigos; é, precisamente, uma continuidade de seu pensamento, obscurecida pela necessidade do autor de produzir algo de novo. Procurando compensar a perda da atualidade da questão, o escritor dá ao tomo uma imagem de épico armado de críticas à violência de uma Campanha militar – críticas dirigidas a ele mesmo e a sua defesa ampla e longa da República de 1897. *Os sertões*, nesse sentido, incorporam a mudança no *espírito* da escrita – não como uma alteração metafísica ou teológica, mas como uma modificação de perspectiva que repercute no texto na forma de uma imagem de civilização dotada de brutalidade.

A civilização como agente está presente no Exército republicano, mas ainda se faz atuante nas discussões que se fazem do conflito. Ela é sujeito da mudança estrutural no momento em que provoca impactos no mundo do qual Canudos é um representante. Euclides nos fala dos movimentos de tropas, da circulação de soldados feridos, de jagunços prisioneiros e da destruição vívida que o arraial experimentou diante de armamentos modernos (MELLO, 2007). O sertão baiano, descrito pelo próprio Euclides como *locus* de uma vivência violenta por si mesma – uma história preenchida por saques, mortes e guerrilhas –, acaba por *mudar* dentro e fora do texto. A “Tróia de taipa” como Euclides ora apresenta Canudos, é destruída e com ela um extenso antecedente de conjunturas. Findada a resistência representada por Antônio Conselheiro, terá o sertão dos senhores de terras recuperado a antiga ordem de dependências, mandos e servidões (QUEIROZ, 1976). Essa realidade recuperada não resultará, ao que parece, na civilização republicana positivista na região. Reproduzirá sim, por décadas mais, formas tradicionais de mando (*idem, ibidem*). Contudo, na

linguagem de Euclides, o fim de Antônio Conselheiro – cujo corpo é exumado e o crânio estudado pela ciência do momento – revela uma vitória por fim racional: a violência civilizatória ao menos “desbancaria”, para o autor, a insanidade do fanatismo que o isolamento evocara.

Estas ligações e formas da noção, incorporam a civilização como uma expressão pragmática no discurso. Ela não tem variação de significado auto-excludente; ou seja: suas implicações em momentos variados da exposição euclidianiana não representam, necessariamente, ordens de sentido que se negam. Ela é usada, pelo autor, como uma ponte que interliga disposições políticas e motivações teóricas. Euclides da Cunha, tomando de empréstimo uma idéia difundida e reconhecida em um determinado corpo discursivo – o campo intelectual de sua época –, a instrumentaliza para explicar e unificar divisões: sua leitura do mundo sertanejo e de sua história é amparada pela “civilização” como um jogo de proposições em meio ao qual “civilizado” é uma marca de distinção, tanto quanto uma determinação temporal; um projeto para as culturas que Euclides entende como quase extintas – culturas representadas pelo sertanejo.

CAPÍTULO SEGUNDO

INFLUÊNCIAS E NEGOCIAÇÕES DO PENSAMENTO: UM AUTOR NO CAMPO INTELLECTUAL DO BRASIL DO SÉCULO XIX

“A história não é então um substantivo, mas um atributo de uma coletividade em desenvolvimento; não se trata apenas de registrar mudanças, mas também de levar em conta aquilo que muda. A história concebida fora de seu contexto social é como um movimento percebido sem aquilo que se move”.

- Karl Mannheim, *Sociologia da Cultura*.

Repensar a história de um período, tentando recompor a história de pensamentos que o alicerçaram e que nele ganharam vida e fôlego, é um exercício que passa tanto pelo estudo histórico, como pela consciência dos interesses da investigação (FOUCAULT, 2001). Pensando nessa dupla característica da historicidade e da pesquisa sobre o passado – as intermitências e as singularidades do interesse em conhecer –, começo citando o elenco dos pontos relevantes que este capítulo tenta evocar. Primeiramente, é a história de certas idéias que será o palco das exposições feitas aqui. São os personagens desse momento político e filosófico – pessoas e discursos – que serão tomados para situar a “realidade cognitiva” ou, melhor dizendo, situar os *fragmentos da visão de Euclides da Cunha* que sobreviveram aos tempos, presentes em livros de sua autoria e modificados pela vasta observação, crítica e classificação de sua obra.

Em segundo lugar, tomando o universo de idéias em questão, este capítulo procura entender algumas das facetas sociais do mundo em que Euclides caminhou. Reconhecendo, por exemplo, a relatividade dos discursos produzidos nesse período e tendo em vista a ampla variedade de construções textuais sobre a Guerra de Canudos, não nos interessa aqui, “desvendar” a “real posição” desse conflito e dos contextos que o abrigaram; muito menos esgotar a história pessoal de Euclides ou do século que o gerou. Interessa-nos sim, entender os símbolos que habitavam esse momento histórico e

as teias de significado que eles sustentaram. A intenção deste capítulo é pensar um pouco sobre a paisagem intelectual do século XIX, buscando uma compreensão do lugar social que Euclides da Cunha ocupou e de que elementos ele se valeu para criar sua interpretação sobre o conflito e sobre a história.

O “campo intelectual”, nos propõe Bourdieu (1990), é composto pelos jogos de poder que a política também conjura. É estrutura de idéias e discursos, diretamente afetado e movimentado pelo corpo de pensamentos variados que a vida social convoca. É, podemos dizer, ao mesmo tempo, resultado e produtor de um tecido de descobertas e considerações sobre o mundo e para o mundo.

A configuração intelectual que abrigou a formação e o desenvolvimento de Euclides da Cunha precisa ser imaginada a partir de alguns dados fundamentais: era um período de transição política – quatro décadas últimas de um século no qual teorias, métodos e ditos sobre tais coisas surgiram. Era composto pelos momentos finais de um Império capilarmente ligado à Europa: independente em sua soberania administrativa, é verdade, mas ainda coberto pela cultura de sua ex-Metrópole, tanto quanto pela cultura de seus antigos “fornecedores simbólicos”: Inglaterra e, especialmente, França. Era ainda um tempo de criação de instituições literárias, ecos de um punhado de instituições intelectuais fundadas nos começos do mesmo século por vontades políticas de nacionalidade, autonomia mental ou imitação cultural. Aliás, era um momento em que a “institucionalização das instituições”: tempo de racionalização e afirmação do Estado Moderno no país. Por “fim” – apenas no sentido deste simples resumo – era a época de uma República nova, constituída nos confins da crise imperial, nas necessidades práticas e nas ambições vastas dos segmentos ditos modernizadores de uma elite dotada de poderes tradicionais – tão tradicionais como a terra, propriedade destas. Uma República ainda titubeante, incerta e produzida por idealistas mas mantida por burocratas do antigo regime – que o diga o “republicano da hora”, Rui Barbosa, sem o qual a estrutura técnica republicana talvez não tivesse sido tão rapidamente gestada (SEVCENKO, 1983).

Tomemos o caminho da travessia histórica. Esta nos convida a observar um código sem fim de conexões, acontecimentos e influências. Mais uma vez, digo que, com o intuito de apresentar este passeio teórico – o resultado de uma investigação específica –, convido o leitor a me acompanhar por certas relações, idéias e movimentos. Nosso objetivo final neste empreendimento, é observar os fragmentos e

pseudolinearidades da memória social sobre o mundo de Euclides, priorizando uma compreensão dos significados que a própria travessia nos oferece. A História, aqui, nos segue como um arcabouço de histórias menores e aparentadas, partes de diferentes mundos e ideários.

2.1. No caminho de antigas filosofias

Duas frentes profundamente próximas precisam ser entendidas no que toca o pensamento brasileiro, nos tempos entre a Independência e o começo do século XX: de um lado, o universo científico; do outro, as produções literárias – campos de saber que, como já foi mencionado, se mesclaram durante longo tempo, trocando não apenas influências, como sendo “porosos”, permeáveis, em suas formas e aplicações – como no caso das correntes *naturalistas* da Literatura ou no caso de discursos filosóficos que antecederam ordenações do método de ciências inteiras¹⁴.

A importância do *positivismo* no momento de consolidação de um campo intelectual em terras brasileiras – especialmente no final do século XIX – só pode ser compreendida ao tomarmos o contexto de sua existência como corpo de idéias. A divulgação desse ideário na Europa antecedeu, obviamente, sua afirmação nas instituições de ensino superior no Brasil. Auguste Comte (1798-1857) iniciou a divulgação do que considerava uma forma de pensamento revolucionário, um conjunto de preceitos úteis à filosofia e às ciências, que buscasse se desvincular de explicações religiosas ou metafísicas, incorporando alguns conceitos convocados pela Revolução Francesa. Podemos dizer que o positivismo “nasceu” do trabalho de Comte tanto quanto da realidade histórica que o abrigava, assumindo que um sistema teórico é, também, um sistema cultural (GEERTZ, 2003). Mas convém explorar um pouco essa afirmação, procurando entender, ao menos resumidamente, como o positivismo se enraizou nos debates da França pós-napoleônica.

¹⁴ Tanto na Europa como no Brasil, temos escritores que transitavam entre a criação de obras de ficção declarada (peças de teatro, romances ou contos) e a produção de textos reflexivos – uma prática que remonta, com facilidade, ao século XVI, em autores como Maquiavel. Vitor Hugo, o Marquês de Sade, Voltaire e Jean-Jacque Rousseau são apenas alguns exemplos franceses. Na Alemanha do século XIX, a figura de Nietzsche também se enquadra neste espaço, no sentido de que o filósofo organizou não somente uma ampla discussão sobre temas de seu tempo, como o fez por meio de narrativas que não escapam de todo, da criação literária: como seu *Assim Falou Zaratustra* (1883-85).

A busca por uma racionalidade capaz de pensar o mundo de forma totalizante, não estava amparada pelo positivismo de uma forma simplista. Comte, ainda animado pelas forças do ideário da Ilustração e dos *enciclopedistas*, encontrou formas de interpretar a filosofia, a ciência e a religião cujo centro era uma preocupação empírica e uma nova hierarquização dos saberes. Seu positivismo se dedicava a explicar o mundo a partir da observação e do estabelecimento de *leis gerais* que estariam ocultas nos fenômenos (COMTE, 1990). Sua teoria dos três estados do conhecimento guardava uma sistematização do próprio saber que ainda encontra ecos nos dias de hoje:

De acordo com esta doutrina fundamental, todas as nossas especulações estão inevitavelmente sujeitas, assim no indivíduo como na espécie, a passar por três estados teóricos diferentes e sucessivos, que podem ser qualificados pelas denominações habituais de teológico, metafísico e positivo, pelo menos para aqueles que tiverem compreendido bem o seu verdadeiro sentido geral. O primeiro estado, embora seja, a princípio, a todos os respeito, indispensável deve ser concebido sempre, de ora em diante, como puramente provisório e preparatório; o segundo, que é, na realidade, apenas a modificação dissolvente do anterior, não comporta mais que um simples destino transitório, para conduzir gradualmente ao terceiro; é neste, único plenamente normal, que consiste, em todos os gêneros, o regime definitivo da razão humana (COMTE, 1990: 10).

A idéia de um conhecimento positivo, real, definidor, produziu no imaginário das elites européias do século XIX uma “corrida cientificista”. Na ânsia de refletir sobre as linhas de pensamento organizadas em torno da Revolução, e, fundamentalmente da imagem da própria *Enciclopédia* – o projeto de abarcar o conhecimento e registrá-lo; uma das tentativas mais definidoras da Modernidade e que se tornaria parte considerável da filosofia do Oitocentos – muitos pensadores seguiram os passos de Kant (1724-1804) em uma tentativa de racionalizar a existência em suas muitas instâncias: o individual, o social, o natural. Partidário de uma teoria que desse conta da razão e da moralidade como aspectos componentes do ser humano, o filósofo alemão colocaria em movimento os pensamentos revolucionários dedicados a desvendar o mundo. Foi rastreando esse projeto filosófico do século XVIII que o positivismo e outras correntes de pensamento se formaram.

A criação da psicologia moderna (com Wilhelm Wundt [1832-1920]), os desenvolvimentos da antropologia como campo de saber, com Émile Durkheim (1858-1917) e Lewis Morgan (1818-1881) e, antes disso, a criação de uma nova ciência ainda

com caracteres filosóficos, a “Física Social” – mais tarde “Sociologia” – pelo próprio Comte, foram demarcações intelectuais que não podem ser retiradas de seu universo político. A retomada das noções produzidas nos fins do século XVIII, estava vinculada não apenas a um movimento desinteressado de releitura: passava pela atualização dos códigos interpretativos dos detentores de instrumentos teóricos – grupos intelectuais cuja fala sobre o mundo era tanto uma atividade epistemológica como uma tentativa de legitimar posições e privilégios sociais – garantidos por um sistema intelectual (povoado por autores críticos) razoavelmente consolidado. Fora assim que a filosofia, com passos diferentes, dera origem, décadas mais tarde, a toda uma gama de novos saberes, sedentos de identidade, método e objetos.

A França da metade do século XIX é a França da industrialização e da ampliação de infra-estruturas associadas aos interesses dos vários segmentos de uma sólida burguesia; é um país que começa a expandir as mudanças ocorridas ainda nos fins do século anterior (HOBBSAWM, 1998). Alguns desses processos eram partes de projetos de Napoleão, que se consolidavam após sua queda; outros eram continuidades surgidas das descontinuidades provocadas por inovações dos anos 1780 e 1790, levando à sociedade francesa uma série de transformações tecnológicas, preenchidas com repercussões econômicas, além de economicamente produzidas – transformações reforçadas, especialmente, nos períodos da Restauração (da monarquia) em 1830 e do Segundo Império (a partir de 1852) regido por Luís Bonaparte (Napoleão III). Novas ferrovias eram criadas em um momento de aperfeiçoamento de toda uma estrutura que ligaria o país. O crescimento urbano acelerado, decorrente das mudanças e do desenvolvimento industrial, modificava o cotidiano francês, alterando o quadro – qualitativo e quantitativo – dos problemas com os quais o Estado tinha de lidar (*idem, ibidem*).

Nessa separação e ruptura, ampliada de diversas formas por correntes de pensamento estrangeiras – como os trabalhos de Hegel (1770-1831) –, foram surgindo necessidades intelectuais cada vez mais sistematizadas. Em primeiro lugar, as grandes cidades, a mudança nos sistemas de transporte e comunicação – o aprimoramento da estrutura de correio – colocou a França frente a movimentos e crescimentos novos: o mundo “mudava de tamanho”, mais uma vez; não pela descoberta de novos continentes, mas pela efetivação de novas velocidades de contato entre cidades e pessoas. Antigas formas de entender os campos social e natural eram questionadas. Se, por um lado, as

teorias de Sir Isaac Newton (1643-1727), sobre o universo e suas leis, produzidas do outro lado do Canal da Mancha, ainda causavam impacto nesse panorama, por outro, a Economia Clássica Inglesa, também filha do século XVIII, era atacada por novas formas de entendimento na Europa – como pelos escritos de Karl Marx (1818-1883), mas, antes dele, por formas de apreensão como as de Saint Simon¹⁵ (1760-1825), consideradas fundamentos do “socialismo utópico” pelos analistas posteriores.

A partir dessas modificações, é possível observar que a busca por entender esse mundo em emergência também repercutiu em novas tentativas de entender o Homem. Atarefados em uma ressignificação do Humanismo dos séculos passados, os pensadores do Oitocentos se debruçavam sobre um conjunto de ferramentas teóricas que pudessem fornecer um lastro de segurança ao discurso analítico – e o positivismo se apresentou como uma das chaves-mestra dessa demanda.

Mas, suas raízes não eram invisíveis. O século XVIII, por meio de seus grupos de pensadores, deixou para a história francesa uma ordem de pensamento ainda firmemente alimentada pela definição de uma natureza “à serviço da humanidade”. Além das insurreições e disputas internas que a Revolução trouxe, ficaram alterações profundas em vários sistemas sociais – a *República*, esse conceito múltiplo, modificou a educação, a política interna e externa e, não em menor grau, as categorias de escritores e analistas com seus papéis, tinteiros e planos de interpretação do mundo. O Iluminismo requeria uma luta indefinida contra as possibilidades do limite: para as correntes de pensamento a ele filiadas, o universo precisava ser entendido, catalogado, analisado e conhecido pelo homem. Essa aventura era a necessária garantia do antropocentrismo renascentista no qual o movimento também se baseava; mas, além disso, era uma declaração, uma postura cognitiva que desejava romper com um passado de imposições como os “argumentos de autoridade”, comuns na educação religiosa que sobrevivera à Idade Média. Era, portanto, uma reação contra o passado e certas instituições e estruturas do mesmo, que permaneciam e se proliferavam nas últimas décadas daquele século.

Mais de cinquenta anos se passariam desde o tempo dos revolucionários de Robespierre até o surgimento do positivismo como discurso delineado, reconhecido. Sua proximidade com a Revolução, contudo, continha mais formas discursivas do que de

¹⁵ Claude-Henri de Rouvroy, conde de Saint-Simon, escritor e filósofo, autor de vasta obra em defesa das ciências e do ideário cristão como orientadores para a vida humana.

(re)ação política contra a ordem contemporânea, então vigente na França desse novo momento. O próprio Saint-Simon, durante longo tempo uma inspiração para Comte, rompera com o Iluminismo, tendo sido prisioneiro na fase mais violenta do período revolucionário – o *Terror*¹⁶. Ainda que este autor buscasse respostas para a desigualdade, Comte como seu discípulo, não assumiu a bandeira socialista em seus conteúdos. O que ocorria, dentro das reuniões intelectuais e das produções textuais positivistas, era, como dito antes, uma busca incessante da capacidade de entender as inúmeras inovações – e de *uma vez por todas*. O século XIX parecia apresentar, no positivismo, a já antiga procura pelo conhecimento confiável e definitivo – ideal que Hegel inculcava, por sua vez, em muitos dos intelectuais europeus como um todo, gestando uma teoria do Absoluto na História (HEGEL, 1974) que encontrou diferentes interpretações e desdobramentos.

Mas, voltemos a Comte. Formado na Escola Politécnica de Paris, Comte teve fortes influências das ciências naturais. Ainda assim, Saint-Simon e sua curiosidade pela realidade social decerto provocaram no autor grande interesse por esse universo de fenômenos. Não por acaso a invenção da palavra “Sociologia” é atribuída a Auguste Comte. Atento às mudanças sociais e interessado em compor um conjunto de reflexões que desse conta da sociedade, Comte se dedica a pensar na Sociologia como um ramo particular do conhecimento, não necessariamente preso à Economia. Da mesma forma que no século anterior Rousseau (1712-1778) produziu análises inovadoras sobre a política e a desigualdade (1989), Comte se dedicou a construir entendimentos que permitissem compreender questões próprias da França urbanizada e, sobretudo, questões que ele entendia como *universais*. Suas obras, voltadas para a afirmação e defesa de um pensamento investigador, denunciavam sua preferência por sistemas organizados de compreensão e interpretação.

Entre as obras de Comte estão *Opúsculos de Filosofia Social* (1816-1828), *Curso de filosofia positiva* (em 6 volumes, publicados entre 1830 e 1842; em 1848 a obra fora renomeada como *Sistema de filosofia positiva*), *Sistema de política positiva*, em 4 volumes (1851-1854), *Discurso sobre o espírito positivo* (1848) e *Catecismo positivista* (1852). Sua atividade intelectual era representada por obras que tinham como tarefa completar um sistema de pensamento. Os problemas que surgem para Comte e

¹⁶ Convencionalmente tratado como um período de extrema violência do movimento, com a suspensão dos direitos civis e onde milhares de franceses, supostos inimigos do novo regime, foram levados à Guilhotina (1793-1794).

que o colocam diante de uma retomada do pensamento kantiano, são problemas filosóficos, políticos, sentimentais e morais. O que estava em jogo era a criação de um sistema que desse conta do mundo, sem recorrer a explicações externas a ele. Da mesma forma que o pensador alemão em um primeiro momento, Comte se firmou na racionalidade como base não apenas das ciências de seu tempo, mas também para o universo dos sentimentos e da vida humana como um todo. A Moral, para ele nada mais do que outra ciência, era o primeiro passo para a criação de preceitos norteadores da existência – alicerces de uma *Religião da Humanidade* que ele acabou por fundamentar.

Mas Comte não fora o único grande autor da corrente positivista. Nem o único que nos interessa aqui, para os fins deste estudo. O inglês Herbert Spencer (1820-1903), autor de *Estatística Social* e *Sistema de Filosofia Sintética*, seguiu de perto a lógica de pensamento do autor francês. Voltado para estudos da sociedade e amparado por ferramentas conceituais das ciências exatas – como as teorias de Charles Darwin (1809-1882) –, Spencer cuidou de elaborar longa reflexão no quadro da Sociologia de então. Ao mesmo tempo em que reconhecia no universo social um campo de estudos válido para novas questões, utilizava-se de conceitos e metáforas extraídos da biologia: comparava a sociedade à ordem biológica, buscando entender suas dinâmicas por meio de uma análise positiva ainda fortemente abstrata. Sua defesa do evolucionismo, na explicação de questões sociais e culturais, seria seguida por outros pensadores, fornecendo ao positivismo outras bases de argumentação. Spencer seria criticado, mais tarde, por Émile Durkheim (2003) – a quem ainda hoje se atribui papel decisivo na constituição da Sociologia como disciplina e ciência, dado seu trabalho de definição de métodos e objetos. Mas mesmo essa crítica – pontuada em torno da possível falta de métodos sistematizados por parte do pensador inglês –, não significava um rompimento com o centro do pensamento positivista. Muito pelo contrário, ele seguiria em Durkheim, atestando sua força na instituição “Ciência” daquele momento.

Antes mesmo da França, a Inglaterra teve seu desenvolvimento industrial como um fator preponderante na elaboração de novos entendimentos. A mudança do panorama social levou autores do período – como o próprio Spencer – a questionar a realidade sob outros métodos e estratégias de reflexão. A Economia Clássica, surgida ali nas figuras de Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823), encontraria

novas interpretações dentro do próprio universo inglês – como através dos trabalhos de Stuart Mill (1806-1873), importante patrono teórico do liberalismo moderno.

Inúmeras características do positivismo estavam também presentes em leituras não necessariamente classificadas como tais. Um exemplo é a visão histórica de Hyppolite Taine (1828-1893), para quem a história era um objeto do qual se poderia extrair leis naturais e objetivas. Para este historiador, o homem era influenciado pelo meio em que vivia; essa relação esconderia as causalidades mais elucidativas sobre o comportamento e o pensamento humanos. Para o mesmo autor, o momento histórico e a raça, eram outros determinantes fundamentais para se compreender as formas e mudanças dos povos, completando um trio explicativo que seria seguido por muitos pensadores. Nesse conjunto de proposições, Taine compôs uma teoria da história que seria amplamente usada nas décadas do século XIX – mas, uma construção também questionada, nos finais do mesmo, por algumas correntes filosófico-científicas – tais como o materialismo histórico (de Marx) e a sociologia compreensiva (de Max Weber [1864-1920]).

A *raça*, nesse mesmo panorama, foi o centro da atenção de variados estudiosos. Certos de uma diferença biológica radical e hierárquica entre os povos do globo, cientistas como Paul Broca (1824-1880), Samuel Morton (1799-1851), Louis Agassiz (1807-1873) e Ludwig von Gumpowicz (1838-1909) construíram esquemas teóricos que sustentavam a superioridade do homem caucasiano em uma cadeia de estágios evolutivos. Nesse mesmo conjunto, mulheres, indígenas, asiáticos e negros, compunham uma escala de humanidades intelectualmente inferiores. Se para Broca, Morton e Agassiz, próximos da medicina e das análises anatômicas, a raça era o traço definidor de origens diversas do homem (a *poligenia* como teoria que considerava uma multiplicidade de “inícios” para a humanidade, em oposição à narrativa bíblica de um único Adão), para o sociólogo alemão Gumpowicz, a luta entre raças era a força básica da história do mundo. Como se pode ver, de uma forma ou de outra, o conceito de raça e suas implicações era apresentado como dado científico. Por muito tempo ainda ele seria o sustentáculo de domínios raciais, esquivando-se, sempre que podia, das críticas quanto às falhas de seus métodos, quanto à quase sempre visível manipulação – deliberada ou não – das informações; tendo sempre como resultado a confirmação de pressupostos racistas, pensamentos pré-concebidos sobre a realidade de subordinação social dos povos não-brancos no Ocidente.

Mais uma vez, o que se apresentava nas teorias de raça era uma demanda em explicar o mundo de forma absoluta, registrando, com argumentos a-históricos, possíveis motivos para as desigualdades e possíveis ordens naturais para o mundo humano. O positivismo circulava em torno desses campos teóricos. Ainda assim, assumia outras temáticas e questões. Não se pode acreditar, com isso, que em meio a tal universo simbólico estruturado, o mesmo positivismo surja como uma mera forma de “saber ingênuo”, carregado somente de pré-conceitos, arquitetado sobre pretensões vãs. Ainda que munido de intenções amplas, universais, o positivismo encerrava também uma consciência semi-explorada do relativismo, da historicidade e da diversidade das coisas do mundo – diversidade que só poderia ser descoberta por meio da pesquisa. Em respeito a essas orientações, o positivismo buscava, ferrenhamente, subsídios lógicos para apreender supostos invariantes, sem, no entanto, negar completamente a máxima da diferença.

Notoriamente, o reconhecimento das diferenças, por sua vez, não impediu o positivismo de criar “princípios de hierarquização” (BOURDIEU, 1989). O Evolucionismo, herdado de Darwin e transposto por Spencer para a filosofia social, alastrou-se pelas teorias positivistas e, junto com elas, produziu, sim, teorias segundo as quais a humanidade e suas singularidades locais eram um todo separado em estágios de desenvolvimento demarcados – cujo ápice eram as complexas sociedades industriais européias. Estava formada uma estratégia teórica que combinava um relativismo limitado através de uma cadeia de estágios, de “níveis” de desenvolvimento e complexidade. Esse tipo de argumento, devidamente apoiado por todos aqueles que deles se beneficiavam – as elites brancas e cristãs em ascensão na Europa – se espalhou como um princípio “natural” do entendimento, consolidando incontáveis preconceitos e erigindo parte da ciência como ferramenta de reprodução de dominações sociais.

Ainda assim, o positivismo e as correntes paralelas de análise dessa época, contribuíram, incontestavelmente, para a criação de uma imagem de ciência como exercício metódico. Essa atuação, permitiu o surgimento de disciplinas situadas entre os ditames morais do século XIX – com as várias formas de distinção que foram produzidas no Velho Continente, formas de comportamento esperado ou marcas de existência tomadas como naturais (tais como a noção de raça). Essas ciências, no entanto, não se alimentaram – e é isso que preciso reiterar – somente desses ditames morais, dessa cultura enraizada. Elas subverteram ordens de pensamento e abriram

caminho para renovações de significado. Suas difusões e suas reinterpretações se multiplicaram, espalhando descobertas e curiosidades pelo mundo ocidental – e além.

As tentativas de entender o mundo, de explicá-lo não foram as únicas a cruzar a Europa do século XIX. Paralelo às investidas de cientistas e filósofos, escritores de prosa e poesia, inundavam o pensamento do Velho Continente. Ainda com o sabor de rompimento com o convencional operado pelas “obras libertinas” do Marquês de Sade (1740-1814), um século antes, a França do Oitocentos era alimentada por novas ordens estéticas. Os trabalhos de escritores como Gustave Flaubert (1821-1880) e Vitor Hugo (1802-1885) propiciaram novos significantes estéticos para a Literatura. Muitos outros autores os acompanhariam na aventura de descortinar novas formas para a narrativa. Produzidos nesse contexto de ampliações urbanas, as Literaturas da época continham, propriamente, um dinamismo para com as questões humanas relacionadas. Uma escrita do homem sobre o homem, sobre seus elementos sentimentais, conjurou textos novos. Ainda que o Romantismo cruzasse a Europa, em meados do século, gerando uma onda de posturas idealizadoras, não demorou para que viessem seus críticos, criadores de literaturas questionadoras do mundo, do cotidiano; textos produtores de leituras menos piedosas: tanto quanto às maquinações políticas como para com os inconstantes das emoções – literaturas que rompiam com as ordens de costume, causando, na esteira de Sade, novas formas de choque e violação moral por meio da escrita.

As Literaturas não se desenvolveram à sombra do mundo científico-filosófico. Elas, como expressões intelectuais muito próprias, caminharam em muitos espaços sociais correlatos. Não se trata, portanto, de um “apêndice” do pensamento da época – é exatamente o contrário: a escrita literária libertou a linguagem para acessos diferentes, dando vida a interpretações menos preocupadas com a explicação, mas profusas em estabelecer critérios de *descrição* e *impressão* do universo. Em toda a Europa, a Literatura se investiu em sistemas particulares, sendo apreciada e denominada mediante os muitos nichos de agentes sociais com ela envolvidos. Diferente do pensamento científico, contudo, as Literaturas são melhor compreendidas quando observadas diretamente em seu mundo lingüístico. É tomando essa compreensão como ponto de partida, que convido o leitor a passear um pouco pelo Brasil do mesmo século XIX, a fim de entender o universo literário e as algumas das “camadas” de seus símbolos.

2.2. Pensamentos brasileiros em ebulição.

A assimilação dos conceitos positivistas pela intelectualidade brasileira foi um processo de interpretação singular. As obras de Comte e de Spencer – além de trabalhos de outras lavras, mas com algum “parentesco teórico”, como os de Taine – chegaram no país juntamente com a continuidade de uma longa importação cultural (CRUZ COSTA, *Op. Cit.*). O estilo de vida, o conhecimento científico, os saberes militares, a ordenação urbana... Todas essas facetas do mundo social vinham sendo incorporadas pelas elites brasileiras já nos tempos do Império. A seguida luta pela consolidação da nacionalidade – nascida ou ao menos reforçada pela Independência – não cortou esse canal de alimentação simbólica que o Brasil constituira com o mundo franco. No correr dos anos que derrubaram o regime imperial, instituindo uma jovem e militar República, os “homens de poder” do Rio de Janeiro cuidaram apenas de reforçar a imagem de civilidade, evolução e superioridade que a França fabricara sobre si mesma. Essa lógica de enaltecimento contribuiu para que o pensamento filosófico francês recebesse uma acolhida sem igual no mundo brasileiro – que se iniciou no século XVIII e se prolongou no seguinte (*idem, ibidem*). Foi assim que o positivismo deitou suas primeiras raízes por aqui: graças à admiração amplificada de sua origem social, constituída muito antes.

Se é verdade que as idéias iluministas não tiveram impacto no Brasil Colônia, por intervenção cuidadosa da Coroa em reprimir movimentos como a Inconfidência (ou Conjuração) Mineira (AZEVEDO, 1963), é também verdade que elas eram conhecidas por pequenos grupos intelectuais, atuando de forma sutil, até mesmo dentro da Igreja Católica. O Seminário de Olinda, foi um exemplo de como o ideário iluminista poderia ser sentido na educação que viria substituir o ensino jesuítico¹⁷ (MELLO, 2007). Não é difícil imaginar a retomada de alguns destes mesmos ideais durante a organização do pensamento abolicionista por jovens intelectuais cariocas e paulistas. Mas é preciso lembrar, ainda, que outras forças interpretativas participaram dos momentos de criação política que culminaria com a Abolição. Um desses aspectos é a acomodação do pensamento científico nas terras brasileiras.

Muito antes da Proclamação da República, a ciência, a pesquisa e a produção intelectual como um todo já estavam presentes no Brasil. Os anos de 1888 e 1889

¹⁷ Em pleno século XVIII um vácuo de poder se criara com a expulsão da Ordem dos Jesuítas, como uma das ações do Marquês de Pombal, então secretário de Estado da Coroa portuguesa e inimigo da congregação, dada sua aproximação com as idéias iluministas (MELLO, 2007).

criaram alguns dos fundamentos de novas ordens de pensamento – organizados em torno de pontos culminantes de mudança, entre as quais, o fim da escravidão e a instituição da República são os pilares mais visíveis –, mas não fundaram a criatividade brasileira, nem estética, nem científica.

Menos de vinte anos depois da Independência – precisamente em 1838 – surge o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ele abrigou uma *intelligentsia* composta por funcionários públicos, advogados, políticos e vários amigos do Imperador (membros ou não da nobreza titular brasileira). Dom Pedro II era, aliás, um dos Patronos da Instituição, fornecendo ajuda financeira para trabalhos de pesquisa e, entre outras coisas, cedendo sala no Paço Imperial para sede do IHGB em seu primeiro momento¹⁸. Sua figura teve grande importância nesses instantes de constituição da ciência no Brasil. Admirador dos estudos europeus, o Imperador foi responsável – direta e indiretamente – por outros patrocínios e estímulos à produção intelectual brasileira de um modo geral. Para se entender a dinâmica e relevância do Instituto Histórico, em particular, é interessante observar seus objetivos, estabelecidos em seu primeiro Estatuto:

- “1º Coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos científicos, por meio do ensino público, logo que os cofres sociais o permitissem.
- 2º Corresponder-se com as associações congêneres do Velho e Novo Mundo.
- 3º Ramificar-se nas províncias do Império, para mais fácil desempenho dos fins a que se propunha.
- 4º Publicar a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- 5º Promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público, logo que seu cofre proporcionar esta despesa”.¹⁹

O número de membros do corpo de servidores imperiais (como as figuras de Joaquim Caetano da Silva e Emílio Joaquim da Silva Maia, professores do Colégio Pedro II, ou as de Antônio José de Paiva Guedes de Andrada, chefe da Secretaria dos Negócios do Império e Alexandre Maria de Martins Sarmiento, chefe da Contadoria Geral do Tesouro) sugeriam o amparo e interesse do Estado na empresa. A criação de

¹⁸ Fonte: <http://www.ihgb.org.br/ihgb2.php> . Acessado em 10/10/2007.

¹⁹ Idem, *ibidem*.

uma instituição de incentivo, provedora e organizadora de estudos sobre o país – inspirada em modelos franceses – era quase uma condição necessária para a efetivação do Brasil no cenário científico – e *civilizado* – internacional.

O Museu Nacional é outro exemplo dessa realidade. Fonte de investigações e saber, a Instituição foi pioneira nos estudos históricos e antropológicos. Na década de 1870, o Museu abria uma área dedicada à antropologia e aos estudos a ela relacionados – estudos ligados à Sociedade de Antropologia de Paris (FARIA, 1998). Tal iniciativa representou, durante longo tempo uma das poucas ferramentas institucionais de abrigo da disciplina, marcando, também, um vínculo ainda forte entre esta e as disciplinas das ciências biológicas – uma tendência que se repetiria nos discursos de antropologia ainda no começo do século XX, nos trabalhos de Nina Rodrigues²⁰.

Tais instituições precederam outras – e precederam, sobretudo, a efetivação de grupos independentes do governo imperial. Foram esses grupos que deram voz às críticas que levariam à instauração do novo regime. Servindo de base, amparo ou mesmo fonte material dessas vozes críticas, estavam aqueles interessados em reformas. A queda do Império, é preciso dizer, costurou cisões intelectuais em um cenário de ruptura econômica. A ascensão do Café, a troca do braço escravo pelo braço imigrante como força principal da produção, foram fatores decisivos na organização da mudança. A Literatura estava lá, mais uma vez em paralelo com o universo dos cientistas, enunciando a rixa ferrenha entre dois sistemas que quase conviviam – a lógica tradicional do Império, ironicamente provedora de estudos e novas perspectivas; e a moral republicana ainda intrusa e logo dominante – ansiosa por fechar as brechas que a desestruturação imperial deixara: um ideário decorado por símbolos estrangeiros (especialmente franceses, como já dissemos), a serviço de um patriotismo novo – ainda dependente de um nacionalismo militar.

Nesse mesmo sentido, tomando as estruturas intelectuais aptas a produzir ou absorver discursos e conjuntos teóricos, convém esclarecer que outros núcleos de pensamento estavam em atividade no país. As Escolas de Direito – do Recife e de São Paulo – atuaram durante muito tempo como palco de reuniões de uma juventude letrada

²⁰ Trabalhos essencialmente voltados para o estudo das religiões negras no país. As influências da formação médica e das teorias de *raça* então presentes no imaginário teórico, levaram Nina Rodrigues a produzir uma reflexão que inferiorizava os praticantes dessa religiões no quadro geral das culturas humanas. Ainda assim, sua obra inaugura uma preocupação teórico-antropológica, abrindo caminho para novas pesquisas no setor (*Mestiçagem, Degenerescência e Crime*, publicado em 1899).

diretamente ligada ao patronato senhorial que comandava o país. O mais importante, contudo é a participação dessas faculdades e de alguns de seus membros na dinamização do conhecimento: um exemplo é a tendência da Escola de Recife, que, na figura de Tobias Barreto (1839-1889) e de seus discípulos, trocara o positivismo pela escola alemã, por autores como Jacob Moleschott (1822-1893) e Karl Vogt (1817-1895), defensores irrestritos do pensamento científico e de seu poder de explicar a totalidade das coisas (CRUZ COSTA, *Op. Cit.*). Essa “troca”, no entanto, representava um elo diferente com a cultura intelectual que se espalhava pelo país: levando em conta os argumentos e explicações científicas dos autores em questão, tratava-se de mais uma demonstração da força da ciência na composição de explicações sobre o mundo, para a intelectualidade brasileira. De tal forma que, ainda que o bacharelismo dos advogados tenha sido durante todo o século XIX e boa parte do XX uma oposição aos conhecimentos das ciências exatas (AZEVEDO, 1971), fora nas faculdades de Direito do país que muitos filósofos e escritores apresentaram diferentes formas de filiação aos discursos de pesquisa e racionalização que muitos autores estrangeiros conjuravam.

O que pensar desse pontilhado de conexões e pensamentos?

Uma série de relações eram estabelecidas no Brasil de então. Falamos de um país que aos poucos organizava seus quadros de pensadores, rastreando as possíveis singularidades de sua existência mental, ao mesmo tempo em que vivia as lutas de classes dirigentes – classes que, por sua vez, exigiam a perpetuação de suas posses e direitos enquanto lutavam contra setores interessados em “modernizar” produção e circulação de mercadorias. Todos esses aspectos são tanto elos de uma cadeia longa, como reflexos e perspectivas diferentes de uma ordem muito interligada. A força da ciência na instauração de instituições de apoio aos estudos diversos que aqui se esboçavam, ou na presença marcante na filosofia e nas literaturas alimentadas por correntes estrangeiras estava conectada à vida econômica e política de um país que procurava se definir. As elites, tanto “apoiadoras” do pensamento – através do financiamento do estudo de seus membros mais jovens – como vítimas do mesmo – por meio do tom galhofeiro de escritores e artistas em geral, representavam o centro da efetivação do mundo intelectual – mesmo que não pudessem controlá-lo.

A Literatura nesse Brasil de cientistas e bacharéis não poderia estar isenta de influências científicas e filosóficas. Seu desenvolvimento como produção intelectual

autônoma, custaria anos de experiências narrativas bem diferentes umas das outras. Candido (2004) aponta a constituição desse mundo literário, ao falar de obras do tempo colonial²¹ e ao expor, em seguida, a primazia de escritores que procuravam fundar uma escritura baseada na realidade e nas questões locais. José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo e outros cuidaram de formar as primeiras marcações desse novo território. E em um país onde ciência participava como símbolo de uma universalidade supostamente acessível, esse território literário teria pontos de apoio claros, para o pensamento reflexivo e cientificista.

A Academia Brasileira de Letras (ABL) desempenhou o papel de instituição “de fomento” das obras literárias. Ainda que não funcionasse, de fato, como um patrono financeiro para este tipo de empreendimento humano, a Academia, nascida da Revista de Literatura Brasileira, veio ocupar uma espécie de foco para os autores nacionais, servindo como “coração” do campo da Literatura e como um dínamo legitimador das produções dentro dele – não exclusivo, é verdade; mas impossível de ser ignorado. Sua existência não era exatamente uma novidade em nossa história. Ainda no século XVIII, outras Academias literárias pontuaram o cenário em formação: a Academia Brasílica do Renascidos (1724) e a Academia dos Renascidos (1759), ambas baianas, são exemplos de que a atividade intelectual do século XIX tem raízes antigas. A Academia Científica, criada em 1771 e mais tarde (1786) chamada Sociedade Literária, durou quase quarenta anos até ser fechada, acusada de propagar as “teorias subversivas” de Rousseau e outros. Com ela testemunhamos a luta entre grupos letrados e poderes constituídos; uma relação que denunciava, sutilmente, a importância do campo intelectual nos contextos políticos (CANDIDO, 2004).

Euclides da Cunha e sua engenharia, motivado pelo positivismo de formação mas jamais preso de todo a ele, representava um perfil de intelectual variado nesse cenário: filho de uma classe média sem força, de um Exército aos poucos reforçado pelas vicissitudes das crises, o autor sondou a ciência da época, recusando a ficção, mas não a estetização de suas construções. Meio poeta, meio cientista, Euclides não foi apenas a confirmação da confusa proximidade dos campos em seu tempo: ele era a confirmação de que a escrita tinha, nesse interlúdio de disputas de poder, uma força muito própria de mobilização. Sua carreira de escritor, tendo começado nos jornais,

²¹ Como as de Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), fundador da Academia Brasílica dos Renascidos (que durou de 1724 a 1725) e autor de *História da América Portuguesa* (1730); ou a de José de Santa Rita Durão (1722-1784), autor de *Caramuru* (1781).

alcançaria não uma irrestrita consagração artística; mas uma recepção curiosa, capaz de fazê-lo, mesmo um século depois, fundador considerado de um tipo de fala sobre o país (PEIXOTO, 1995; VICTOR & LINS, 2007).

Sua participação na imprensa é mais um ponto que precisa ser abordado. Especialmente por ser a imprensa uma outra face da produção intelectual de seu século, uma fragmentada instituição geradora de rendimentos e possível fama para os que dela participavam.

A mesma imprensa desempenhava, por sua vez, um papel de “unificador intelectual” entre grupos letrados. Diferente de hoje, falamos de um momento histórico no qual o jornal atingia diretamente apenas uma pequena parcela da população, afetando através dela, alguns outros estamentos urbanos. As notícias e as histórias de *folhetim* corriam o país por meio de centenas, de milhares de publicações nem sempre periódicas (GALVÃO, 1974). Estas publicações, com tempo de circulação duvidoso – tendo em vista que os jornais do período tinham, muitas vezes, apenas edição única – , espalharam comentários e discursos dos mais diversos, construindo, aos poucos, uma rede de conhecimento partilhado. A imprensa do século XIX teve impactos difusos, mas mesmo assim, teve inegável responsabilidade na constituição dos imaginários das elites brasileiras e, indiretamente, em parte da elaboração dos imaginários de grupos à elas ligados.

Proibido durante o tempo colonial, o jornal impresso no Brasil ressurgiu por intermédio da Imprensa Régia, controlada de perto pela Família Real, recém-chegada. É sabido que outras tentativas clandestinas de publicação foram interrompidas no século XVIII, no Rio de Janeiro, marca da visão estritamente vigilante da Coroa portuguesa sobre o que os nobres europeus consideram um instrumento perigoso de agitação. Mas foi apenas com a vinda da Coroa para o Brasil e com a transformação da Colônia em parte de um Reino Unido, que ela se efetiva, não apenas pela oficialidade, mas principalmente pelo apoio técnico dela decorrente – como a importação de maquinários ingleses para tal empreendimento, por exemplo.

O crescimento, nos fins do mesmo século, do espaço de notícias tidas como “sensacionalistas” – cujo teor não era facilmente comprovável – chegou mesmo a repercutir em reações por parte do poder público (GUIMARÃES, 2007). A tendência européia de abordar temas violentos – como crimes urbanos – através do tom de galhofa, por meio de narrativas, chega ao Brasil. Os chamados *fait divers* alcançam a

imprensa nacional como uma forma de atrair os públicos leitores, em um tempo onde o jornal, aos poucos, se tornava uma empresa racional. Ainda de acordo com Guimarães:

está entre as características do *fait divers* o empréstimo de recursos da ficção para tornar a notícia a um só tempo mais interessante ao leitor e menos violenta, amenizando a cena de sangue com recursos narrativos. Isso o aproxima do entretenimento e o distancia da busca da 'verdade'. (...) Seus temas se inspiram na realidade e facilmente estão envolvidos pela contradição, pelo patético e pela presença da ficção explícita, não tendo compromisso com a informação. Sua fórmula reúne fato e invenção ao mesmo tempo, a ponto de estas se confundirem, tênue linha separando real e imaginação (*idem, ibidem*).

Nem a autora desta reflexão nem o presente estudo intencionam abrir um debate sobre realidade e ficção no caso dos *fait divers*. O que importante aqui é observar a mescla de elementos, a combinação que os jornais operavam ao tratar de assuntos como a violência. Essa dinâmica, que se estende a outros temas sem alterar completamente sua forma de construção textual, nos convida a pensar a imprensa em seu caráter de produtora de imaginários sobre o país e seu cotidiano.

O caso da Guerra de Canudos é um dos mais interessantes exemplos da participação da imprensa, do jornal, na criação de um quadro amplamente partilhado. Junto a isso, podemos observar o interesse jornalístico em tratar de um tema capaz de atrair a atenção de variados públicos. O conflito, ocorrendo dentro de uma região de difícil acesso do sertão baiano, era comentado, criticado ou debatido na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro. Sobre isso e sobre o poder desta história, observa Machado de Assis:

Conheci ontem a celebridade. Estava comprando gazetas a um homem que as vende na Rua de S. José, esquina do Largo do Carioca, quando vi chegar uma mulher simples e dizer ao vendedor com voz descansada:

-Me dá uma folha com um retrato desse homem que briga lá fora.

-Quem?

- Me esqueceu o nome dele.

Leitor obtuso, se não percebeste que este "homem que briga lá fora" é nosso Antônio Conselheiro, crê-me que és ainda mais obtuso do que pareces. A mulher provavelmente não sabe ler, ouviu falar da seita dos Canudos, com muito pormenor misterioso, muita auréola, muita lenda, disseram-lhe que algum jornal dera o retrato do Messias do sertão, e foi comprá-lo (...) A celebridade, caro e tapado leitor, é isto mesmo. O nome de

Antônio Conselheiro acabará por entrar na memória desta mulher anônima e não sairá mais.²²

Essa capacidade de transposição das informações e – especialmente – essa dinâmica de divulgação de imagens e descrições, se valia da existência de um corpo jornalístico considerável. Não apenas no Rio, capital federal, mas em São Paulo, na Bahia e em cidades pequenas como Queimadas (que chegou a ter dois jornais no ano de 1897). Ainda que as técnicas de impressão, a estrutura de distribuição e forma pela qual o jornal era escrito fossem diferentes dos métodos e formas do século XX, podemos entender esse contexto como um plano bem delineado de *produção escrita*. O Brasil do século XIX não era um “país de leitores” – já que não era um país de alfabetizados –, mas, decerto, e ironicamente, era um *país de jornais*. Eram os jornais o lugar de produção de uma teia de narradores e narrativas. Não que a imprensa detivesse o poder de controlar a produção escrita em si ou que os jornais representassem a única forma de apresentação de obras, mas

(...) ninguém dissesse poder viver para as letras sem o concurso da ocupação jornalística. Não seria verdadeiro. Os jornais faziam os nomes dos que pretendessem vender livros. E eram espaços riquíssimos de convivência. De comunhões. De solidariedades. Da formação de discípulos. E até de escolas [de pensamento]. (MELLO, 2007: 42).

Ao mesmo tempo, falamos de um país de *levantes*. Durante o período colonial e durante a história relativamente curta do Império, o passado nacional está preenchido por revoltas – desde a Conjuração Mineira no século XVIII até a Revolta da Armada²³, conflitos representantes de descontentamentos variados pontilham os séculos de formação da sociedade brasileira. Somando-se a isso a participação mais do que considerável do Brasil na Guerra do Paraguai, temos o esboço da visão de violência e do papel destacado que o militarismo parecia tomar para si ao longo dos séculos. Se antes, no tempo do ciclo das Minas, a figura do *Dragão* – o soldado da Coroa portuguesa designado, no Brasil, para o policiamento das regiões das Minas, no século anterior – era uma imagem da ordem e da repressão, a Guerra contra o vizinho latino, no século XIX cuidou de imprimir uma curiosa ampliação da imagem do soldado profissional e do

²² *A Semana*, 14 de fevereiro de 1897.

²³ Revolta de alto-oficiais da Marinha do Brasil contra a posse e permanência do Marechal Floriano Peixoto na presidência da República.

Exército como instrumentos de força nacional (GALVÃO, 1984, SODRÉ, 1995). Antes disso poderio da Guarda Nacional, força diretamente subordinada aos mandos dos senhores agrários, nublava as insígnias oficiais. A dependência real do país das forças armadas durante o conflito internacional apenas despertou dentro dos grupos mandatários do Exército, uma idéia: o Brasil precisava dele e somente através dele seria possível dar ao Estado o controle sobre o próprio país.

No contexto dessa modificação política, a imprensa de aura republicana participou, de sua maneira, na confecção de narrativas: cuidava ela de reforçar, por sua vez, o tom heróico do Exército, polindo sua imagem pública. Anos mais tarde, a Campanha de Canudos funcionou, em parte, como uma ampla literatura épica, atravessada por estilos diferentes, mas que ainda deixava transparecer, em muitas reportagens, um desejo de “acomodação” simbólica do novo regime republicano. Regime do qual o Exército era uma das principais bandeiras. A presença das forças militares no sertão, era decorada pela escrita de repórteres com estilos dispares – amparados por seus jornais contratantes, detentores de visões políticas diferentes. Entre eles, *O Estado de São Paulo*, jornal para o qual Euclides da Cunha trabalhava, era um exemplo de apoio discursivo da República. Sua postura diante do conflito demonstrava um interesse palpável em desenhar a campanha como uma necessária luta pela manutenção da ordem pública nacional.

Fundamental entender que o *folhetim*, a história publicada em partes, nas colunas desses mesmos jornais, era uma das ferramentas mais poderosas de publicação – sem falar em seu poder de *contar histórias* como um poder de entretenimento e orientação. O universo editorial do começo do século XIX ainda não comportava a impressão de livros em vasta quantidade – especialmente pela ausência de um mercado consumidor de produtos do tipo –, sendo a maior parte produzida em outros países. Dessa feita, era no jornal que muitos ficcionistas encontravam espaço para apresentar seus trabalhos. Machado de Assis, José Veríssimo, Oliveira Paiva e tantos outros iniciaram suas vidas de literatos nas páginas dos grandes jornais. Esta conjuntura apenas reforçava a idéia de que o jornal era um núcleo primário de definições intelectuais e construções da imagem pública dos escritores.

Como já foi esboçado antes, a relação entre imprensa e Euclides da Cunha não se deu apenas no ano da Guerra de Canudos. Suas atividades como escritor, começaram,

sem dúvida, ainda no período escolar, quando Euclides iniciou várias séries de colaborações com pequenos jornais de estudantes. Esses primeiros passos o levariam a desenvolver um interessante histórico de textos, opiniões, posicionamentos políticos e filosóficos. Esse começo também registra as relações conceituais que Euclides passa a tecer com o imaginário republicano e bacharelesco da Corte – logo Capital federal. As décadas de 1880 e 1890 foram produtivas para o autor, no sentido de que sua formação reflexiva era transposta para o campo do *publicado* – uma experiência que o afetaria no sentido de lhe imprimir uma continuidade considerável na atividade paralela de escritor, durante mais de uma década.

As convicções republicanas deste jovem Euclides o levaram a escrever contra o regime imperial desde cedo; mas, ao mesmo tempo, a influência da educação positivista produziu, aparentemente, no autor, interesses intelectuais diversificados, dirigidos não apenas à leitura política, mas, especialmente, à compreensão do mundo no que diz respeito a um longo e constante questionamento sobre a natureza, a história e a sociedade – curiosidades que seriam ampliadas e modificadas, em alguns aspectos, com o passar do tempo.

O desenvolvimento de novas ferramentas de argumentação e de novas ênfases são exemplos deste percurso. Euclides se envolveu com os ideais republicanos e aprendeu, aos poucos, a apresentá-los como um ideário libertador, uma “caixa” de princípios capazes de organizar o país – que convulsionava com uma crise de legitimidade política e de choque econômico, resultados-irmãos das exigências que a modernização dos mercados inculca na esfera do Estado e das classes detentoras de riquezas.(CARONE, 1980).

Várias de suas crônicas, publicadas entre 1888 e 1892 vêm expor assuntos diversificados, auxiliando, por sua vez, no processo de formação do autor como escritor. A dinâmica da publicação, do texto jornalístico, surge em Euclides, à medida em que sua necessidade de defender ideais democráticos ou de atacar os críticos da República jovem o leva a ser um comunicador, tentando – e nem sempre conseguindo – se desvencilhar de uma linguagem pesada e rebuscada:

Como preâmbulo a esta seção – definamo-nos.
Não nos destinamos à imprensa.

(...) Excluimos o estilo campanudo e arrebicado. A idéia que nos orienta tem o atributo característico das grandes verdades – é simples.²⁴

A defesa robusta que o escritor insiste em desenhar – alimentada, em parte, pela realidade de imprensa extremamente partidária do período; realidade que Euclides, curiosamente também ataca – se estende a críticas sutis às literaturas e discursos “animados” pelo “mal do século”; sobrevivências do pessimismo romântico em tempos de novo regime:

Para o que sabem que em nossa terra não há política, mas sim, um partidarismo infrene – pois que aquela é aplicação de conhecimentos que os nossos pseudopolíticos não têm, nem podem ter, e este redundará afinal, numa tristíssima conspiração contra os caracteres – as linhas que deixamos escritas não exprimirão um pessimismo doentio, estimulado pela preocupação de fazer estilo.²⁵

Será a Guerra de Canudos, mais uma vez, que trará, tanto para a imprensa²⁶, como para Euclides, impactos e temas. Impactos, no sentido de prover a ambos um rompimento com estruturas de discurso anteriores – à imprensa ao fazê-la se deparar, massivamente, com um evento de proporções consideráveis, curioso desafio para sua estrutura; à Euclides, por fazê-lo encarar, de perto, uma realidade incomum, ainda que geradora de ampla possibilidade de apreensão e reflexão. Quanto aos temas, veremos a imprensa se expandir nas minúcias do conflito, criando heróis e vilões, vítimas e cenários fantásticos. Em Euclides, surgirá, essencialmente, uma base para longa elaboração – verdadeira entrada para o círculo letrado, para o universo de debates e questionamentos da ciência – e, por que não, das literaturas:

Identificados à própria rudeza do solo em que nasceram, educados numa rude escola de dificuldades e perigos, esses nossos patrícios do sertão, de tipo etnologicamente indefinido ainda, refletem naturalmente, toda a inconstância e toda a rudeza do meio em que se agitam (CUNHA, 2004 : 148).

²⁴ *Atos e palavras*. Crônica publicada em 1889, no jornal *A Província de São Paulo* (CUNHA, 1995b: 603)

²⁵ *Da Corte*. Crônica publicada em 17 de maio de 1889, no jornal *A Província de São Paulo* (CUNHA, 1995b: 618).

²⁶ Quando me refiro aqui à imprensa, me refiro à participação dos maiores veículos do período na cobertura da Guerra, especialmente *O Jornal do Commercio*, *A Gazeta de Notícias* e *O Estado de São Paulo*, cujo corpo de notícias fora compilado e analisado por Walnice Nogueira Galvão (1974) a título de compreender alguns dos discursos mais reproduzidos sobre a contenda.

“Nasce” e se espalha ali, no artigo *A nossa Vendéia*, publicado no jornal *Estado de São Paulo* no ano do conflito – primeira matéria de Euclides sobre o mesmo –, o discurso científico como porta de entrada do autor para a temática do sertão e de sua violência. E, nesse sentido, imprensa e explicação científica se encontram no escritor, evocando uma aliança nem comum nem absurda. Nas páginas do *Estado de São Paulo*, nos meses que se seguirão, Euclides da Cunha se tornará repórter – por meio dessa transformação, terá os subsídios e o motivo para se dedicar a pensar as diferenças do país e da própria República.

A transposição de Euclides, de seu nome, para o mundo da *intelligentsia* não se dará, contudo tão rápido. Os mecanismos pouco mecânicos do campo intelectual no Brasil, se movimentavam sob ritmo particular, atizados e acossados pelos poderes já mencionados, sem contudo, cair diante deles. A Literatura era a frente mais visível dessa intelectualidade não-burocrática, não afeita aos elos do funcionalismo público. Sob este signo, letras e ciências se separavam, sutilmente, demarcando apenas a relação de independência das primeiras em relação aos apoios de qualquer governo. Era ali, nesse nicho de poder simbólico, que Euclides seria, anos mais tarde, “imortalizado” e classificado.

As escolas literárias cortaram as décadas deste século XIX, cruzando influências estrangeiras para, aos poucos, formar uma tradição própria. Do Romantismo, com seus ideais, ao Naturalismo dedicado a absorver a realidade em explicações, tivemos no território nacional dezenas de obras construídas sob o amparo de uma intelectualidade que crescia à sombra dos poderes vigentes – ou contra eles. Entre Casimiro de Abreu (1859-1860), Fagundes Varela (1841-1875) e Olavo Bilac (1865-1918), muitos outros escritores produziram, de formas variadas, uma leitura dos tempos que testemunharam.

Mas indo um pouco além dessa obviedade, nos vemos diante da relevante relação entre o campo literário plenamente formado no final do século XIX e a ascensão de uma reflexão social cada vez mais organizada – seja por meio de um ficcionismo irônico e analítico operado por Machado de Assis, voltado para a compreensão das interdependências e comportamentos sociais do brasileiro urbano; seja na composição classificadora e sistematizadora de figuras como Sylvio Romero, do próprio Euclides da Cunha e do médico Nina Rodrigues, antes citado como pioneiro de alguns estudos antropológicos.

Cabe-nos pensar rapidamente a tônica dessas estruturas como partes do todo. A consolidação no país, do que Candido (2004) define como um *sistema literário*, se dá em meados do mesmo século XIX. Já marcadas algumas das estruturas ou tradições estilísticas, o Brasil passa, no lento caminhar das décadas, a constituir círculos intelectuais definidos. A existência destes círculos, mais ou menos integrados, nem sempre próximos geograficamente, mas aproximados pela força das correspondências entre escritores – e, mais uma vez, pelo poder do *folhetim* – era cada vez mais difundida e copiada. As atividades de criação e apreciação literária se organizavam na forma de *Academias* ou sociedades semelhantes. Poetas, contistas, romancistas e escritores diversificados se reuniam e instauravam, dentro desses grupos de leitura mútua, os primeiros esboços de um *campo artístico* relativamente autônomo das produções estrangeiras. A criação da Academia Brasileira de Letras, além de significar a emergência de uma elite com poder simbólico suficiente para se fazer reconhecida fora de seu nicho local – o Rio de Janeiro –, marca um importante momento de consolidação formal de uma intelectualidade letrada independente.

É fato que essa independência significava especialmente uma resistência frente ao material produzido por autores franceses, ingleses e alemães – material esse lido por gerações de bacharéis locais, formados ou influenciados pelas formas de pensamento européias. É possível afirmar, ainda, que no seio da luta pela nacionalidade brasileira, essas tentativas de produzir textos singulares, alimentados pela realidade própria do Brasil, inculcou um vontade de se desvencilhar dos estilos vindos de fora. Mas, mais do que isso, é preciso dizer, que a formação dessa intelectualidade – composta de autores vindos dos mais variados lugares sociais – se dá em paralelo com lutas políticas que a queda do Império abrigou. Além do mais, a confirmação da existência de grupos de escritores esboçava o (lento) crescimento de um público leitor.

Bourdieu (2002) sugere que o campo intelectual é uma rede de conexões, sustentada pela circulação e disputa de um tipo específico de capital (capital cultural, capital simbólico). Essa sustentação, por sua vez, exige a instauração de mecanismos de apreciação e legitimação – obras, autores e instituições passam a ser regidas por um conjunto estruturante de julgamentos, críticas, classificações e interditos (*idem, ibidem*). É nesse jogo amplo de interpretações, definições e contra-definições que o escritor, como sujeito significativamente produzido e significativamente produtor, se movimenta. Ainda segundo Bourdieu, a emergência de sistemas simbólicos que

delimitam saberes específicos – arbitrariamente fundados, mas, por causa desses mesmos sistemas, aceitos como verdadeiros e legítimos – produz a lógica básica do mundo da criação artística. Seria esse mundo composto, portanto, por agentes diversos, aparelhados não apenas por técnicas próprias de criação estética, mas, essencialmente, pela aceitação socialmente construída, da superioridade ou singularidade irrestrita dessas técnicas. Um artista é alguém criado como representação e entendido como portador de uma “genialidade” naturalizada por outros artistas (público consumidor muitas vezes “primário”) e por leigos em geral.

Partindo dessa noção de um “mercado de bens simbólicos” (BOURDIEU, 1992) – um campo de negociações e lutas pelo uso e troca de capital cultural por meio de produções artísticas – e pensando o mundo literário brasileiro em suas singularidades, nos damos conta de porque a afirmação de um “campo intelectual”, nesse sentido, precisa ser entendida dentro do contexto das mudanças no Brasil da época. Os fins do Império e a ascensão da República nem podem ser encarados como mera transposição de poder nem como uma completa ruptura ou plena descontinuidade, assumindo aspectos de ambas os processos. Da metade do século XIX em diante, as reconfigurações de poder se deram juntamente com mudanças na economia externa. A crise da escravatura, motivada pelos novos interesses do capitalismo moderno, se ligou à busca pela expansão dos mercados. O segundo império não foi apenas um incentivador da cultura, mas também um espaço de fermentação onde uma geração descendente de latifundiários se bacharelava e se imbuía de visões antes rejeitadas. O passar das décadas e os anos 1870 produziram grupos e conexões institucionais que se fundamentavam na relevância crescente de um ideário misto, que conjugava manutenções de poder com ambições transformadoras – efetivadas mais no plano dos discursos e idéias do que na forma de tratamento das massas pelas elites. Nos fins do século, o Brasil assistia, na ascensão do Café a um corpo de eventos que aumentou o poder dos grandes proprietários de terras, mas motivou alterações na forma como esses grupos tradicionais – através de seus herdeiros conhecedores de idéias positivistas e liberalistas – enxergavam o mundo. A estrutura previamente criada pela vinda da Família Real em 1808 foi apenas o primeiro passo de uma onda de estruturações no país. Uma onda que, se começa com investimentos em infra-estrutura e a criação de instituições iniciais de apoio à ciência e à literatura, se converte, mais tarde, em modelos inovadores de interpretação: o sistema intelectual brasileiro, literário ou científico,

estava formado, mesclando críticas à velha ordem e reproduções de um sistema de poder já antigo.

As instituições que estruturavam instrumentos de legitimação – como a ABL – receberam bem Euclides, conferindo-lhe, o *status* de imortal, de escritor consagrado. Convém inferir que sua ascensão neste campo se dava em paralelo com sucessivos fracassos financeiros. O descolamento de sua vida intelectual com a relação a sua vida profissional era cada vez mais evidente nos vários momentos de sua consagração. É preciso, claro, guardar algumas proporções. Embora Euclides declarasse sua eterna insatisfação para com a engenharia, chegando mesmo a tentar carreira política – buscando uma candidatura à deputado estadual que acabou por não ocorrer, por falta de apoios (GALVÃO, 2002) – era ela e não suas investidas de escritor que o sustentavam. Essa lembrança é relevante para enfatizar que a relação que o autor tinha com seu público leitor era diferente da de outros escritores já consagrados e imersos de outras formas no campo – mais uma vez, cito Machado de Assis, cujo domínio intelectual no cenário nacional compartilhava um caráter profissional: *era um escritor que vivia de ser escritor* (CANDIDO, 2004b).

Dessa forma, a aceitação de Euclides por parte dos grupos e círculos de poder cultural era ainda marcada por um distanciamento – geográfico, por seu trabalho de engenheiro; e simbólico, por Euclides estar afastado dos centros de relacionamento sobre os quais o mundo intelectual era organizado. Mas essa aceitação significava sua participação, ainda que limitada, no cenário. Uma participação que seria ampliada após sua morte. Sua obra²⁷, a partir dali, receberia uma consagração definitiva – motivada, alimentada e difundida pela impossibilidade de continuidade. A morte do escritor, divulgada como evento trágico pela imprensa, teria o poder de criar Euclides como *representação*: um autor, algo mais que escritor – pensamento encarnado em obras e observações e que só a partir delas, então, poderia ser conhecido e apreendido. Como em muitos outros casos, o falecimento da figura pública conjurou sobre a mesma uma alteração histórica: Euclides da Cunha, nome e definição de uma determinada obra, entraria para uma existência cultural nova – como signo de um discurso e de uma interpretação classificada e classificadora do Brasil.

²⁷ Produção que além de diversas crônicas e artigos e de *Os sertões* inclui os livros *Contrastes e Confrontos* e *Peru versus Bolívia* em 1907. Quatro anos depois é publicado, postumamente, *À margem da história*.

As incontáveis ausências aqui deixadas, no que diz respeito à miríade de produções do século XIX e suas implicações no cenário intelectual, significam, tão somente, uma necessidade de recorte da análise. Mas é importante dizer que tal recorte, orientado pelas curiosidades que são fonte da pesquisa, não podem nos dar a falsa impressão de que a formação do campo literário e os contatos com Euclides estejam limitados a uma linearidade, a uma história de causalidades e efeitos mecanicamente sustentados no tempo, por forças invisíveis. O que o recorte nos ensina e tenta nos lembrar é que observar o período de organização das idéias no Brasil é um exercício que se converte, rapidamente, em uma reflexão aberta sobre os elos que nos são evidenciados pelas perguntas que fazemos. Quais os contatos que Euclides da Cunha estabeleceu ao produzir os muitos momentos de seu pensamento? Que fragmentos de ideário e que lógicas discursivas habitavam o país do escritor? Que dinâmicas foram indispensáveis para o encontro e confronto das idéias que povoam seus escritos sobre o sertão?

Foi no rastro dessas inquietações que atravessamos nessas poucas páginas um mundo muito maior de sociabilidades e linhas de fala. É com o intuito único de produzir uma visão mínima do panorama, da paisagem intelectual e política desse universo que nos atrevemos a abordar alguns desses elementos. É só por meio deles, do esboço desse quadro social, que é possível continuar nossa peregrinação pelo imaginário de Euclides da Cunha. Voltemos à trilha...

CAPÍTULO TERCEIRO

PASSOS DE PODER NO SERTÃO: UMA CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA

“A imagem literária nos dá a experiência de uma criação de linguagem. Se examinarmos uma imagem literária com uma consciência de linguagem, recebemos dela um dinamismo psíquico novo. Portanto, acreditamos ter a possibilidade, no simples exame das imagens literárias, de descobrir uma ação eminente da imaginação”.

-
- Gaston Bachelard, *A Terra e os Devaneios da Vontade – Ensaio sobre a Imaginação das Forças.*

A idéia deste capítulo é expor uma análise da caracterização que Euclides da Cunha faz do universo social do sertão e do sertanejo, para com isso entender um pouco mais de sua visão da História. Atravessando trechos das obras acerca do tema – em especial de *Os sertões: campanha de Canudos* –, o estudo tem por objetivo refletir diretamente sobre o *dito* e, por meio dele, sobre a narrativa maior em questão. Chamo atenção, primeiramente, para dois dados fundamentais: de um lado, a compreensão das relações pontuais da reflexão em *Os sertões* – livro acabado, ainda que exaustivamente corrigido por seu autor - incide sobre a estrutura do texto enquanto “conclusão” de uma meditação sobre os temas trabalhados. Ao mesmo tempo, a observação dos materiais correlatos – reportagens e trechos da *Caderneta de Campo* – tem como foco o exercício de produção intelectual e as etapas de desenvolvimento das idéias que culminariam na escrita e publicação do tomo.

O uso de várias citações tem como objetivo aproximar o leitor do material em análise, tentando criar, uma ponte entre a escrita – recortada pela seleção e interpretação dos corpos textuais completos – e o debate que procuro construir em torno dela. Mesmo sabendo da limitação desse exercício em relação à apresentação dos textos originais, não acredito existir melhor estratégia de “descortinamento” da realidade pesquisada. Reforçando a premissa de uma “sociologia dos textos”, espero enfatizar a ligação e as rupturas entre as etapas do pensamento social de Euclides da Cunha, procurando, ao

invés de abarcar a totalidade dos entendimentos sobre o mesmo, uma cisão particular, fundada na experiência da leitura – um “resultado real” da aventura de interpretar.

Um dos palcos preferidos para a descrição curiosa dos relatos, dos contos e dos romances orquestrados em língua portuguesa – do século XVI ao dias de hoje – o sertão já não é mais uma “fronteira” no que toca às apropriações simbólicas que dele são feitas – foi, material e simbolicamente, invadido. É necessário se arriscar e dizer, contudo, que o sertão é, ademais, imagem *investida de fronteiras*, tomado e feito esboço, tendo se tornado, no quadro da escrita da “modernidade”, uma paisagem articulada sobre a grande narrativa da história do território nacional (POMPA, 2003).

A ocupação física do sertão, vencidas as primeiras fases de temor e falta de recursos para a empresa, se dá nos interesses bandeirantes da segunda metade do século XVI. A ambição por minas de ouro e prata, assim como a procura e captura de “negros da terra” (os indígenas) passa a ser o motor principal da ânsia do explorador. Quase abandonada por trinta anos às criatividades de alguns poucos degredados e pioneiros, a imensa colônia do Brasil é, aos poucos, retomada por novas levadas vindas do Reino. O Novo Mundo, a lentos passos, desperta o interesse da Coroa portuguesa que, apesar disso, não consegue apreendê-lo sem a ajuda de interessados outros – fidalgos de posses ou aventureiros dispostos a obtê-las, serão os desbravadores das terras ainda por conhecer (LEONARDI, 1996).

Dentro do Novo Mundo, o sertão nada mais era do que o limiar da novidade. Fronteira real à época, ele se converte, sem demora, em lugar temido, de complicado e oneroso descobrimento. Gabriel Soares de Souza tentará domá-lo. Outros farão semelhante percurso, até findar o século e se iniciarem outros. Novas missões de ocupação cruzarão as distâncias, levando consigo gado e escravos trazidos da costa africana: dois dos instrumentos fundamentais da tarefa de desvendar os caminhos e as rotas das “terras de dentro” (ABREU, 1963). Terras que, sob os augúrios da experiência dos desbravadores, teriam também seus atenuantes, ferramentas adicionais (plantas provedoras, veredas pacatas) que permitiram a sobrevivência – extremamente contingente – de vários dos aventureiros engajados (HOLANDA, 2001). Pensemos, sob este prisma duplo.

A própria definição de “sertão” ainda é assunto de discussões (POMPA, *op. cit.*), principalmente pela diversidade com que, durante bom tempo, o termo foi usado. Em princípio, “sertão” ou “certam” seria a designação portuguesa para terras interiores, longe da costa, tendo sido utilizada primeiro na África ocidental, por colonizadores lusos do século XVI (*idem, ibidem*). A seguir, tomado por Antonil na descrição do interior da região inexplorada do mundo brasileiro, o termo “sertão” agrega, aos poucos, uma relação com o próprio Brasil. Será Capistrano de Abreu (1963) quem definirá o sertão como um conjunto de trilhas e passagens do interior, regiões paralelas ao grande Rio São Francisco, somadas aos domínios da travessia dos rebanhos de gado – do norte mineiro aos píncaros do Maranhão. Chegará, em alguns casos anteriores, contudo, a ser tratado como região distante, coração do continente ainda não desvendado. Em Gandavo, o sertão é essa ampliação regional, tendo seu próprio “interior”:

As fontes que há nessa terra são infinitas, cujas águas fazem crescer a muitos e mui grandes rios, que por esta costa, assim como da banda do Norte como do Oriente entram no mar Oceano. (...) Alguns deles nascem no *interior do sertão*, os quais vem por longas e tortuosas vias, buscar o mesmo Oceano (...)
(2008 [1576]: 72; grifo meu)

O contato primário com o indígena marca grande parte dos capítulos desta história. O sertão, encerrado por séculos – milênios, na verdade – em suas relações próprias, onde nações inteiras coexistiam em sua paisagem diversa, recebe os intrusos em um mudança de realidade que cabe muito bem ser referida como um *encontro etnográfico* (PEIRANO, 1995), choque entre mentalidades e materialidades díspares. Essa relação com o habitante dos novos limites geográficos se dará com linguagens variadas – bárbaro indômito, selvagem degenerado (LEONARDI, 1996) ou “povo natural”, articulado em um conjunto menos óbvio de disposições:

Se agora examinarmos a influência do meio sobre estes povos naturais, não se afigura a indolência o seu principal característico. Indolente o indígena era, sem dúvida, mas também capaz de grandes esforços, podia dar e deu muito de si. O principal efeito dos fatores antropogeográficos foi dispensar a cooperação” (ABREU, *op. cit.*: 41).

O próprio cenário do sertão aparecerá, nas literaturas, com pinceladas diferentes – partes incontestáveis dos estilos de seus autores. No escritor cearense José de Alencar ele é uma familiaridade recomposta, com uma clara dimensão de distanciamento:

Esta imensa campina, que se dilata por horizontes infindos, é o sertão de minha terra natal.

(...)

Quando te tomarei a ver, sertão da minha terra, que atravessei há muitos anos na aurora serena e feliz da minha infância?

(...)

Nessa época o sertão parece a terra combusta do profeta; dir-se-ia que por aí passou o fogo e consumiu toda a verdura, que é o sorriso dos campos e a gala das árvores, ou o seu manto, como chamavam poeticamente os indígenas.

Pela vasta planura que se estende a perder de vista, se eriçam os troncos ermos e nus com os esgalhos rijos e encarquilhados, que figuram o vasto ossuário da antiga floresta.
(ALENCAR, 1996)

É o mesmo século XIX, na geração de Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu, que nos dará “fundamentos discursivos” mais sólidos, possivelmente por sua investidura no estatuto do científico, do historiográfico. Capistrano de Abreu nos dará boa margem de pensamento deste último tipo. Teria sido ele que, na releitura de Padre Antonil, retomou as definições mais firmes da palavra em seu emprego moderno (POMPA, 2003).

No “coroamento” do tema, em meio a forte e constante referência ao sertão trazida pela imprensa de 1897, a literatura converte este “espaço distante” em assunto político, em “demanda de civilização”. A escrita de Euclides da Cunha virá registrar o sertão tendo como um dos objetivos, demarcar as distâncias simbólicas que compõem a nação “em formação” (FERNANDES, 1977).

A historicidade dos eventos relativos a Canudos é, algumas vezes, uma historicidade permeada pela preocupação com o a-histórico, uma vez que se valia, como vimos, de arcabouços teóricos positivistas e evolucionistas. Ainda assim a história e os processos que a engendram não foram deixados completamente de lado nessas iniciativas intelectuais. O mesmo Euclides da Cunha virá nos mostrar o quanto este universo tem significâncias variadas e o quanto o entendimento delas pode nos fazer entender melhor sua interpretação social do assunto.

3.1. O sertanejo euclidiano: uma personagem da mudança.

De que sertões nos fala Euclides da Cunha? Que sertanejos ele desenha com sua descrição? No caminho de suas interpretações, materializadas em sua obra, podemos ver o amplo campo de cenários e personagens que o escritor cuida de apresentar e desdobrar. Cenários e personagens configurados como uma cadeia de explicações acerca do mundo e da história que Euclides enfrenta. Os “sertões do Norte”, referidos em seu livro de 1902, aparecem em uma variação de “formas” e “conteúdos”. Partindo da noção de que é na teatralização, o aspecto visual e cênico em que o autor se detém para desenvolver sua leitura do mundo (ZILLY, 1998), podemos procurar as marcas dessa construção. Interessa, neste momento, observar as maneiras pelas quais os textos de Euclides – especialmente os trechos *A Terra e a Luta*, de *Os sertões* – desnudam e reconfiguram uma paisagem histórica antes explorada por outras narrativas – narrativas de desvendamento, de enumeração, de registro (SOUZA, 1971 [1587], GANDAVO, 2008 [1576]), entre tantas outras).

Contudo, pensar, nesse sentido, a interpretação euclidiana como uma elaboração acerca do Outro, como parte de um processo de exotização e distanciamento, nos leva a pensar suas inferências e suas repetições como fragmentos relevantes das estruturas do discurso – não apenas em seu aspecto de “análise”, mas, considerando ainda, sua relação com a totalidade de textos do autor, produzidos sobre o tema. É dessa forma, registrando semelhanças e oposições, ligações externas e internas, que podemos, com maior segurança, entender as dinâmicas dessa interpretação.

Roland (1997) nos apresenta *Os sertões* como uma obra dotada de forte poder carismático – nos termos de Weber (2004), para quem o carisma é uma forma de dominação que se legitima pelo “culto à personalidade”, pela liderança espiritual coberta de sentidos operados pelo grupo de dominados. O que a autora procura desenvolver é a idéia de que uma *Grande Obra* é construída socialmente, tendo como invólucro um carisma engendrado por inúmeras relações de identificação simbólica entre o texto e os sentidos que este movimentam para a nação onde é produzido. Nesse sentido, *Os sertões: campanha de Canudos* é uma criação estética surgida nos embates pela nacionalidade, composto, também, por uma carga de significados capaz de imortalizá-lo na memória social letrada do país.

Embora não seja do interesse deste trabalho, confirmar ou negar esse caráter de “Grande Obra”, é possível e importante dizer que a participação e o contato entre representações políticas e interpretativas estão presentes no texto de Euclides, de modo a conferir a *Os sertões*, como produção intelectual, uma imagem “carismaticamente” relevante – o que não nega outras importâncias do mesmo. Um atestado desse poder da obra é a longa lista de referências que ele conjura, até anos recentes (CUNHA, 1995: 77).

Já para Menezes (1999), a dimensão de história épica do texto, unida aos aspectos científicos do mesmo, é um dos fatores que o colocam em uma difícil posição de classificação, além de conferir forte tom de discurso primário, história primeva de um dos aspectos da “cultura brasileira” – imagem indefinida, retalhada, de conjuntos semióticos, históricos e imagéticos das variadas expressões sociais e mentais no país (*idem, ibidem*).

A observação de Candido (2000) segundo a qual Euclides e sua obra emergem em um panorama intelectual movimentado pela busca de uma “identidade” e de um “caráter” nacionais, nos ajuda a compreender a gama de relações onde tal poder carismático foi gestado, desdobrado e reordenado. O texto de Euclides, como um dos resultados de uma vida de estudos politicamente influenciados pela República e seu corpo de idéias, é um texto de releitura de suas próprias idéias como autor. Um texto no qual a nacionalidade será contestada em seus fundamentos práticos (OLIVEIRA, 2002): “onde e por que a Guerra de Canudos se aloja na história brasileira?” é uma pergunta que está sutilmente posta nas considerações do escritor.

Rezende (2001) intercede no debate, inferindo outro alcance da produção euclidianiana:

Ao pensar o homem situado no sertão e/ou na cidade ele construía os parâmetros dos estudos de sociologia no Brasil que, a partir de então, passam a lidar, de modo persistente, com os encontros e os desencontros, na maioria das vezes violentos, entre as duas civilizações ímpares que constituíam a vida nacional. O estudo de Euclides da Cunha sobre a guerra de Canudos procurou revelar o significado do embate entre duas civilizações bárbaras, ambas brasileiras, através, principalmente, da obra de Spencer. A impossibilidade da mudança social alinhavava as suas reflexões acerca das perplexidades, dos absurdos, dos desconhecimentos e das ignorâncias revelados, de uma só vez, por este embate entre os

homens do litoral (leia-se soldados, políticos, intelectuais, etc.) e os do sertão (REZENDE, 2001: 6).

A caracterização do sertão como um “lugar” e como um “momento” é algo presente e profuso nas reportagens de Euclides de 1897. Nelas, a metáfora da viagem serve como primeira base da leitura do universo que o autor quer desbravar. Mas há um importante dado sobre isto: as cartas apresentam o autor como personagem dos eventos – perspectiva que *Os sertões* não repetirá, como veremos adiante. Essa posição que Euclides dá a si mesmo tem relação tanto com necessidade de veracidade do texto jornalístico como com o aspecto de “primeiro contato” que o autor tenta organizar. Seriam aqueles textos um “tempo de fundação” do autor, para Gilberto Freyre (1987):

O Euclides que em 1897 se defrontava com os sertões era ainda um adolescente no incompleto da personalidade, no indeciso das atitudes. Um adolescente que vinha do litoral e de sua civilização, cheio de mãos esquerdas diante dos homens já feitos e das cidades já maduras da beira do Atlântico. Precisando do ermo para sentir-se à vontade. Precisando do deserto para acabar de formar-se no meio do inacabado da colonização pastoril, sem se sentir olhado, observado ou criticado pelos escritores convencionais do Rio de Janeiro. (FREYRE, 1987: 18).

Em tais reportagens, a narrativa nos leva para o ano da Guerra de Canudos em tempo “real”, para o percurso que tropas republicanas fizeram e ainda faziam até o sertão da Bahia. O conflito já se estendia por mais de oito meses, colocando toda a sociedade letrada do país e todos os que de alguma forma eram por ela informados, em contato com o mesmo. Euclides, por seu turno, descrevia a viagem como uma “viagem republicana”: dando ênfase às figuras dos soldados e oficiais do Exército, o escritor se mantinha como uma voz de defesa e exaltação da República e dos símbolos bélicos que ela enviava para o *front*.

O foco dos primeiros momentos narrativos destas matérias são, portanto, os próprios militares, a violência por eles enfrentada e as inúmeras formas de enaltecimento dos mesmos. O texto de Euclides convoca os símbolos de “herói” e de “saga” para reportar a perspectiva dos comboios a caminho da batalha. O significado desse enaltecimento está dentro da forma com que o escritor escolhe para relatar a Guerra. Sem abandonar seu papel de jornalista, Euclides da Cunha deixa transparecer,

sem temores, uma defesa política dos envolvidos no confronto – e falamos aqui, dos contingentes Republicanos.

Já afastado da farda desde o ano anterior, Euclides atua como um civil, mas ainda imbuído pelos signos de muitos anos como militar-estudante. Aos trinta e um anos de idade, percorre o sertão tanto pelo interesse em completar seu livro futuro – que a este tempo se chamaria *A nossa Vendéia*, tal qual as matérias anteriormente publicadas no *Estado de São Paulo* – como pela vontade, mais ampla, de se ver partícipe das interpretações intelectuais do momento (BOSI, 1994).

Dizem os velhos habitantes da Bahia que nunca ela se revestiu da feição assumida nesses últimos dias.

Velha cidade tradicional, conservando melhor do que qualquer outra os mais remotos costumes, a sua inquietude imperturbável desapareceu de todo.

(...) Anima-a uma população adventícia de heróis: soldados que voltam mutilados e combalidos da luta, soldados que seguem entusiastas e fortes para a campanha.

(...)

Passam soldados que retornam dos sertões, feridos e convalescentes, trôpegos e alquebrados, fisionomias pálidas e abatidas das quais ressona uma resignação estóica.

(...) Como reverso da medalha surgem, por outro lado, fortes e impávidos, numa alacridade ruidosa de valentes, os que se aprestam à luta (CUNHA, 2004: 32-34).

A personagem militar, cuja prioridade inicial não surpreende dado os relacionamentos políticos do autor já mencionados, sublinha a defesa republicana e também garante uma nem sempre sutil relação entre a guerra como momento épico e a nacionalidade fortalecida pela situação e pela instituição – o Exército. A chegada dos contingentes, vindos das várias partes do Brasil, é apresentada como um chamado e uma resposta política das diferenças regionais para com a imagem da Pátria, focada na *urbs* atulhada de convalescentes e novos feridos, e cheia, também, de apelos e honrarias para com os “guerreiros republicanos” desenhados pelo autor.

Considero-os, a medida em que passam – coxeando, arrastando-se penosamente, trôpegos, combalidos, titubeantes, imprestáveis – trágicos candidatos à invalidez e à morte.

(...) Ladeado e amparado por dois homens robustos, passa um belo tipo de caboclo do norte, ombros largos e arcabouço de atleta bronzeado e forte, aonde as agruras físicas não apagam a energia selvagem do olhar – e mais longe, um patricio do sul,

talvez, figura varonil, irrompendo elegante entre os andrajos, alevanta, numa tristeza ativa a cabeça, como se fosse uma auréola o trapo ensangüentado que lhe circunda a fronte baleada (carta de 18 de agosto; *idem* : 38).

No seguimento da narrativa, vamos acompanhando, aos poucos, a configuração de uma paisagem mais distanciada do centro urbano. A referência à cidade vai se convertendo em uma relação simbólica com a idéia de *fronteira* – cada vez mais distante geograficamente das grandes cidades, o narrador nos oferece a visão do mundo diferente e da violência dessa diferença. Ele funda sua leitura em uma oposição às vezes sutil, mas, na maior parte do tempo, como pólos bem claros. O sertão vai sendo, então, apresentado: lugar de dificuldades, de singular vegetação, de habitantes incomuns, comparáveis a várias formas de *mito*.

Naquelas paragens longínquas e ingratas, o meio-dia é mais silencioso e lúgubre do que as mais tardias horas da noite. Reverberando nas rochas expostas, largamente refletidos nas chapadas desnudadas, sem vegetação ou absorvidas por um solo seco e áspero de grês, os raios solares aumentam de ardor e o calor emitido para a terra reflui para o espaço nas colunas ascendentes do ar dilatado, morno, irrespirável quase.

A natureza queda-se silenciosa num aquilamento absoluto; não sulca a viração mais leve os ares, cuja transparência perto do solo se perturba em ondulações rápidas, cadentes, repousa dormitando a fauna resistente das caatingas; murcham as folhas, exsicadas nas árvores crestadas (Carta de 18 de Agosto; *idem*: 51).

Em sua passagem pelas terras sertanejas, o Euclides-repórter, desenha um sertão povoado de distinções: é a terra distante e difícil que também é um inimigo dos interesses da civilização. Considerando suas posições políticas à época, seu relato é profundamente organizado como uma crítica, que se desdobra em uma descrição calcada em imagens pesadas, “secas” ou relacionadas ao caos de variações indecifráveis. Essas impressões começam em suas notas pessoais. Sua Caderneta de Campo, registro importante do primeiro contato, nos oferece mais detalhes da visão. Em trecho cujo título é *A natureza*, Euclides parece criar um inventário:

Sumário: A temperatura – o solo árido – elementos geognósticos e geológicos – região infecunda de estepe (1ª categoria de Hegel) – Poucas chuvas – as secas – Flora – Fauna

– Frutificação incerta e temporária – Rios e riachos de enchentes súbitas, correndo entre gargantas, sem fertilizar a terra. Aspectos das chapadas e tabuleiros. As *caatingas* impenetráveis. Fisionomia da terra. Transparência do ar. Relevo do solo. A vegetação. O firmamento. As trovoadas e as chuvas. Impenetrabilidade da região. Estado higrométrico. As paisagens. Disposição bizarra dos planos das chapadas. O Rosário. O Riacho do Vigário. Serra do Cumbe. Caipã. Cocorobó. Monte Santo. As secas. Plantas providenciais. Riqueza mineralógica. Uma observação de Martius. *Da seca ao verde* transição imensa e rápida. Um paraíso no deserto. Surgindo e desaparecendo breve. As *travessias*. Fortalezas *sine calcis linimento* (CUNHA, 1975: 49; grifos do autor).

O desdobramento dessas linhas não é difícil de encontrar. As matérias de 1897, contemporâneas do texto, representam menos a continuidade dessa composição cuidadosa da natureza do que a análise mais tarde produzida em *Os sertões*. Isto porque o livro, resultado de uma reflexão mais fria dos conteúdos de que trata e das intencionalidades do autor, marca um investimento intelectual permeado pela minúcia, pela lenta “mastigação” de sua estrutura durante sua preparação (GALVÃO, 1984). Permeando o texto por meio de metáforas associadas, verdadeiro conjunto de imagens retesadas em um arco de sub-histórias, está uma demanda crescente pela exposição de um mundo profunda e profusamente articulado em dificuldades e belezas. Cinco anos depois de sua viagem, Euclides escreve:

A dureza dos elementos cresce, entretanto, em certas quadras, ao ponto de os desnudar: é que se enterroaram há muito os fundos das cacimbas, e os leitos endurecidos das ipueiras mostram, feito enormes carimbos, em moldes, os rastros velhos das boiadas; e o sertão de todo se impropiou à vida.

Então, sobre a natureza morta, apenas se alteiam os cereus esguios e silentes, aprumando os caules circulares repartidos em colunas poliédricas e uniformes, na simetria impecável de enormes candelabros.

(...) Mas no empardecer de uma tarde qualquer, de março, rápidas tardes sem crepúsculos, prestes afogadas na noite, as estrelas pela primeira vez cintilam vivamente.

Nuvens volumosas abarream ao longe os horizontes, recortando-os em relevos imponentes de montanhas negras.

(...) Embruscado em minutos, o firmamento golpeia-se de relâmpagos precípite, sucessivos, sarjando fundamente a imprimadura negra da tormenta. Reboam ruidosamente as trovoadas fortes. As bâtegas de chuva tombam grossas,

espaçadamente, sobre o chão, adunando-se logo em aguaceiro diluviano... (CUNHA, 1995: 129-131).

A relação se segue e pode ser encontrada, espalhada em toda a seção "A Terra". O projeto antes delineado, assume claro vigor e a paisagem do sertão é desdobrada em exposições alimentadas por um contato próximo, ainda que curto. Euclides continua suas apreciações, acrescentando novos exemplos à rudeza e beleza selvagem da região baiana, estendendo-se, contudo, em conjecturas menos apoiadas no empírico, desvelando suas teorias acerca da formação geológica e geográfica da natureza sertaneja. Ele realiza esse exercício, sem fugir, porém, da busca por uma estetização, registro de uma marcação para os personagens de seu enredo: nesse momento, o mundo natural ainda cercado de mistérios e incompletudes interpretativas.

O quadro é enriquecido pela experiências manifestadas do narrador. Nos documentos do ano da Guerra, algumas passagens estão reservadas para a completude das imagens graves da travessia. A travessia, aliás, componente próprio do diálogo que Euclides tece consigo mesmo em suas reflexões, é postada de forma a reiterar não somente a dificuldade das passagens sertanejas pelas forças militares da República: o trajeto é complexo em sua face estratégica e em sua perspectiva pessoal – todo e qualquer viajante, não familiarizado, é registrado como incapaz de suportar, sem marcas, a aventura de cruzar os micro-cenários descritos. Na Caderneta consta:

Chegamos a Tanquinho a uma 1 hora da tarde acampamos e partimos as 6 da manhã do dia 5. Tanquinho, lugarejo insignificante – uma casa velha e um rancho inutilizado – dormi sob um pé de *juazeiro*. Despertei às dez horas. Às duas horas da madrugada Órion brilhava no oriente com brilho extraordinário. Jantamos às três horas magnificamente. Água infame, infamíssima de um poço pequeno onde há seis meses bebem todos os cavalos, banham-se todos os cavalos e lavam-se todas as feridas. (...) Muito frio à madrugada. O meu aneróide registrou uma altura de 30 metros sobre Queimadas. Temperatura à madrugada: termômetro exposto 16° (anotação de 4 de setembro de 1897; CUNHA, 1975: 10).

A mesma referência, em matéria para o jornal, é levemente diferente; mas, ainda assim, repete, em parte, o que o escritor compôs sobre o insólito lugarejo:

São dez horas da noite. Traço rapidamente estas notas sob a ramagem opulenta de um juazeiro, enquanto em torno, todo o acampamento dorme.

Tanquinho é positivamente um lugar detestável e o viajante que vence as cinco léguas que o separam de Queimadas tem a pior das decepções ante esta lúgubre tapera de duas casas abandonadas e destruídas, quase invadidas pela galhada áspera e inextricável do *alecriam-dos-tabuleiros*, de cujo seio emergem cactus esguios imprimindo à paisagem uma feição monótona e tristíssima.

(...)

Avistamos o Tanquinho com a íntima satisfação dos que se dirigem para um oásis. Antes seguíssimos porém, a despeito do cansaço e do calor, demandando um ponto mais remoto. (...) Que todos os viajantes fujam dessas duas casas velhas e acaçapadas em cuja frente os *mandacurus* alevantam-se silentes rígidos, como dois candelabros implantados no solo, segundo a bela comparação de Humboldt (Carta de 4 de setembro; CUNHA, 2004: 77-78).

A composição de um “lugar-limite” por parte do narrador é relevante por dois motivos. Em primeiro lugar, porque o lugarejo de Tanquinho, pouso de viajantes, é o primeiro encontro, registrado naquela viagem, com um cenário sertanejo afastado do urbano. Misto de refúgio e ermo, Tanquinho marca a visão do autor o suficiente para se fazer presente na reflexão e narrativa futura. O segundo ponto importante é que, ao apresentar o lugar em sua narrativa última sobre aquele mundo e aqueles acontecimentos, Euclides desenha aquele pouso como um representante das intempéries da viagem. N’*Os sertões* ele é levado à terceira parte da obra, como segmento da descrição d’*A Luta*:

Naquela travessia folgada, feita em três dias, antolhara-se-lhe em cada volta da vereda um traço lúgubre da guerra, cuja encenação a par e passo se acentuava, acompanhando a aspereza crescente da terra calcinada e estéril. O primeiro pouso em que parara, o Tanquinho, prefigurara os demais. Era o melhor e era inaturável: um sítio meio destruído, duas casas em abandono, imersas na galhada fina do *alecrim-dos-tabuleiros*, de onde irrompiam cereus esguios e melancólicos (CUNHA, 1995: 456).

O mundo em questão é carregado dessas limiaridades geográficas, verdadeiros lugares convertidos em personagens, símbolos escolhidos pelo narrador para ressaltar o atributo do distante, do codificado – sertão como aventura de espaço e vivência onde “Despontam vivendas pobres; algumas desertas pela retirada dos vaqueiros que a seca

espavoriu; em ruínas, outras, agravando todas no aspecto paupérrimo o traço melancólico das paisagens...” (CUNHA, 1995: 110). O que parece nesse caso se destacar é a transferência de atributos do meio para as produções humanas – no caso, sítios e outras habitações. Nessa apropriação, Euclides encaminha aos leitores todo o tropel de imaginações que o lúgubre importa: estão ligados ao corpo das figuras desérticas, paupérrimas ou tristes, as demandas da narrativa por locais que tragam tanto alguma identidade urbana como uma cisão profunda entre a civilização-lugar e sua ausência no sertão: o “bárbaro modo de existência”, calcinado nas formas de habitação que o autor insiste em retratar.

Monte Santo é simplesmente repugnante. A grande praça central ilude à primeira vista. Quem ousa atravessar porém as vielas estreitíssimas e tortuosas que nela afluem é assoberbado por um espanto extraordinário: não são ruas, não becos, são como que imensos encanamentos de esgoto, sem abóbadas, destruídas.

Custa admitir a possibilidade da vida em tal meio – estreito, exíguo, miserável – em que se comprimem agora dois mil soldados, excluído o pessoal de outras repartições e uma multidão de megeras esquálidas e feias na maioria. Fúrias que encaçam o exército. E todo esse acervo incoerente começa cedo a agitar-se, fervilhando na única praça, largamente batida pelo sol. Confundem-se todas as posições; acotovelam-se seres *de todos os graus antropológicos* (carta de 7 de setembro; CUNHA, 2004: 82, grifo meu).

O mesmo sertão-obstáculo, se converte, por fim, em sertão-inimigo, como se a própria natureza tomasse parte nos conflitos, assumindo o lado de seu habitante natural e irrompendo perigosa, diante de pretensos invasores. Euclides não se furtará, assim, a descrever a caatinga, como essa espécie de armadura de circunstância, essa força adicional que é opositora dos homens do litoral:

Os doutores na arte de matar que hoje, na Europa, invadem escandalosamente a ciência, perturbando-lhe o remanso com um retinir de esporas insolentes - e formulam leis para a guerra, pondo em equação as batalhas, têm definido bem o papel das florestas como agente tático precioso, de ofensiva ou defensiva. E ririam os sábios feldmarechais - guerreiros de cujas mãos caiu o franquisque heróico trocado pelo lápis calculista - se ouvissem a alguém que às caatingas pobres cabe função mais definida e grave que às grandes matas virgens.

Porque estas, malgrado a sua importância para a defesa do território - orlando as fronteiras e quebrando o embate às

invasões, impedindo mobilizações rápidas e impossibilitando a translação das artilharias - se tornam de algum modo neutras no curso das campanhas. Podem favorecer, indiferentemente, aos dois beligerantes oferecendo a ambos a mesma penumbra às emboscadas, dificultando-lhes por igual as manobras ou todos os desdobramentos em que a estratégia desencadeia os exércitos. São uma variável nas fórmulas do problema tenebroso da guerra, capaz dos mais opostos valores.

Ao passo que as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Trançam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias, para o matuto que ali nasceu e cresceu.

E o jagunço faz-se o guerrilheiro-tugue, intangível...

As caatingas não o escondem apenas, amparam-no.

(CUNHA, 1995: 266).

Mas, como dito antes, o sertão também é “tempo”, “momento”, no sentido de sua emergência modificada pela Guerra. Em princípio, é tempo geológico, considerado sob o ponto de vista das mudanças lentas da terra. O sertão, sua densidade física, seja no clima, na vegetação ou na vida animal, aparece em *Os sertões* como parcela ou retrato passado do mundo. O teor bíblico das passagens, reforça a impressão de que Euclides o toma como uma representação do remoto, da paisagem de eras que não podem mais ser vividas a não ser transpondo suas entradas perigosas. Mas o sertão é, à parte disso, temporalmente construído como momento dos que o habitam. Em algumas passagens seguimos o sertão em seus processos recentes, em outras, ele é a expressão da circunstância que a Guerra de Canudos inspira no escritor: momento conturbado, momento de rebelião e resistência ante invasões que se dão no agora e que se desdobram no “antes” secular da colonização e do desbravamento (*idem, ibidem*).

A história das transposições e ocupações e do estabelecimento de urbanidades e populações nas inúmeras áreas sertanejas é tratada por Euclides, através de algumas referências a historiadores de seu tempo. Cogita-se que tal pesquisa não teria sido igual sem o apoio do amigo Francisco Escobar, que fornecera ao escritor – então engenheiro responsável pela construção de uma ponte em São José do Rio Pardo – livros diversos sobre temas que iam da história nacional a geologia e botânica (GALVÃO, 2002; RABELLO, 1983, CUNHA, 1995).

Mas retomemos sua abordagem da história. Euclides busca, do século XVII em diante, as linhas de travessia das terras bravias. Nelas, aos poucos, começamos a

entender sua procura pela origem do povo sertanejo, do que ele toma, de início ao menos, como sub-raças originadas mesmo de passado ainda mais remoto, como o mundo que as abriga.

Ora, os sertões do Norte, a despeito de uma esterilidade menor, contrapostos a este critério natural, figuram talvez o ponto singular de uma evolução regressiva.

Imaginamo-los há pouco, numa retrospectiva em que, certo, a fantasia se insurgiu contra a gravidade da ciência, a emergirem, geologicamente modernos, de um vasto mar terciário.

À parte essa hipótese absolutamente instável, porém, o certo é que um complexo de circunstâncias lhes tem dificultado regímen contínuo, favorecendo flora mais vivaz.

Esboçamos anteriormente algumas.

Esquecemo-nos, todavia, de um agente geológico notável - o homem (*idem*: 137).

Na Caderneta, sob o título “O Homem”, temos:

Sumário – Vida animal exuberante prejudicando as funções intelectuais e morais – Exageros da vida material – A capacidade étnica da raça corrigirá as influências termométricas? – A alimentação – Influência de um solo árido – Vida nômade – Frugalidade explicada pela altura térmica – Imprevidência pela vida. Eterno conflito entre os elementos da vida individual e existência coletiva – Sociedade inconsistente – Predomínio das paixões individuais – Regime pastoril nômade – Aspecto atraente das chapadas – Incentivo à vida aventureira – O deserto áspero e impenetrável isolador térmico. Insulamento no deserto determinando a conservação de velhos costumes e erros (CUNHA, 1975: 13).

Eis o sertanejo, personagem primeiro generalizada, colocada no patamar teórico da raça, do ser biológico do qual os indivíduos seriam – para a atenção e o arcabouço da ciência de Euclides – a representação passageira de uma essência mais longa. Começam ali, ainda, as sinalizações da elaboração da alteridade que o autor conduz, nos campos de seus escritos “no calor da hora” e posteriores. Vinculado, dessa feita, ao corpo invisível de linhagens antigas, ao mesmo tempo que construído como diferença presente, o sertanejo vem, lentamente, no correr do desenvolvimento da reflexão, a ganhar um espaço como Outro centralizado – ora figura fantástica, incomum; ora simples habitante atrasado de uma realidade histórica que não o poupará. Essa discordância se acelera nos textos, cingindo contradições e se avultando em parte da exposição épica resultante.

O “sumário” apresentado, organização tanto de pensamentos como de aparente projeto, enumera um sistema de possíveis efeitos e causalidades; registra uma visão do sertanejo como objeto de leitura, de decomposição teórica. É a primeira marca textual das proposições do autor sobre o homem.

O sertanejo célere, invencível, sorrateiro; assassino inteligente dos heróis republicanos (CUNHA, 2004) aparece como parte do meio, parte impossível de se isolar da gravidade e da violência ambiente. Mas suas capacidades sobre-humanas, tecidas pela escrita teatral de Euclides, são, também, capacidades *não-humanas* – começa por ser entendido, esse ser-do-sertão, como extensão das periculosidades da travessia. É, a seu modo, um impacto, um desafio, um terror presente nas emboscadas e nas tentativas de chegada do Exército – chegada ao coração da força dos *jagunços*: Canudos. Conglomerado que, no imaginário composto, está além do conceito de cidade civilizada: é uma ambigüidade vacilante, de rude habitação à alargada base moral e militar de Antônio Conselheiro. A “Tebaída” de um mundo diverso do conhecido.

Em frente, enorme, derramada sem ordem sobre a larga encosta em que se erige, com suas exíguas habitações desordenadamente espalhadas, sem ruas e sem praças, acervo incoerente de casas, aparece Canudos, deserta e muda, como uma tapera imensa, abandonada (Carta de 18 de Agosto; *idem*: 51).

Essa caracterização da cidade sertaneja dá, no sentido de sua posição no enredo de *Os sertões*, continuidade à leitura dos lugares ermos da região. Ainda que Canudos – Belo Monte – se afigure no texto euclydiano como centro populoso, são suas características incomuns que são ressaltadas na visão dos ataques que sofre. Canudos, com suas ruas estreitas, suas passagens subterrâneas, sua igreja-fortaleza, é trabalhada como a epítome da alteridade onde o sertanejo é situado. Mesmo lugar é também entendida junto com o processo de sua invasão e tomada. As estratégias falhas do Exército, a dificuldade do cerco, a resistência reforçada pelo terreno – tudo é parcela de uma construção bélica de sua imagem. Construção que, pelo mesmo fato de ser referenciada no conflito, convoca a alteridade de sua existência histórica – e textual.

Que existência é essa? Quais os limites de sua alteridade e quais os princípios de sua realidade como dado, para Euclides? Pode-se dizer que Canudos abarca o sertão de *A Terra e O Homem*, como uma cidade que se ergue mesmo diante de várias investidas,

fortalecida pela seqüências de assaltos do Exército. Os fracassos das Expedições anteriores, confirmam essa mesma força na narrativa e ampliam seu poder de ameaça sobre o projeto republicano. A amplitude dessa aura, se esvai pelas paragens de seu entorno, ganhando espaço e forma nos boatos que a aumentam. Euclides não funda o imaginário sobre ela, é lícito lembrar. Ele apenas se envolve nesse imaginário, imprimindo suas convicções e crenças e procurando, com maior ou menor sucesso, acessá-la pelos métodos científicos de que se vale para interpretar seu contexto.

Aos habitantes desse sertão não faltam listas classificatórias. Elas começam na Caderneta, mas continuarão em dimensões outras do discurso. “Sertanejo é, em geral – bom, simples, inteligente, inculto, desconfiado, altivo, leal, respeitador, econômico à parcimônia, pouco liberal, afeiçoado ou agradecido, probo e honesto” (CUNHA, 1975: 19). Segue nas reportagens e no livro a ampliação desses caracteres:

Acredita-se quase numa inversão completa das leis fisiológicas para a compreensão de tais seres, nos quais a força física é substituída por uma agilidade de símios, deslizando pelas caatingas como cobras, resvalando céleres, descendo pelas quebradas, como espectros, arrastando uma espingarda que pesa quase tanto como eles – magros, secos fantásticos, com as peles bronzeadas coladas sobre os ossos – ásperas como peles de múmias.

Afirmam também um fato que eu já previra: quatro ou seis jagunços faziam estacar perturbado um batalhão inteiro (Carta de 10 de agosto; *idem*: 36).

Os sertanejos invertiam toda a psicologia da guerra: enrijavam-nos os reveses, robustecia-os a fome, empedernia-os a derrota. Ademais entalhava-se o cerne de uma nacionalidade. Atacava-se [em Canudos] a fundo a *rocha viva da nossa raça* (CUNHA, 1995: 504, grifo meu).

Não são apenas incomuns, homens dotados de leis e história própria. São *inversões*, rupturas eles mesmos na lógica convencional – assim como o sertão é ruptura do mundo civilizado, no autor. A narrativa de *Os sertões* constrói ainda, a personagem sob a perspectiva do projeto de entendimento: Euclides está à procura, ali, de compreender o processo de constituição de uma possível “raça nacional”. Para tanto, afirma “O brasileiro, tipo abstrato que se procura (...) só pode surgir de um entrelaçamento consideravelmente complexo (CUNHA, 1995: 147). Nesse contexto da

busca, veremos o sertanejo e a figura de Antônio Conselheiro reaparecerem como parte das conclusões:

(...) eu vejo, e todos podem ver, no jagunço um corpo isômero do sertanejo. E compreendo que Antônio Conselheiro repontasse como uma “integração de caracteres diferenciais, vagos e indefinidos, mal percebidos quando dispersos pela multidão” - e não como simples caso patológico, porque a sua figura de pequeno grande homem se explica precisamente pela circunstância rara de sintetizar, de uma maneira empolgante e sugestiva, todos os erros, todas as crendices e superstições, que são o lastro do nosso temperamento (CUNHA 1982: 439).

Mais uma vez, é importante sublinhar a proximidade entre a imagem de Canudos e a composição do sertanejo na descrição. Durante a narrativa – tanto nas reportagens como no livro de 1902 – o sertanejo é o *jagunço*, a figura do canudense defensor. O jagunço como figura símbolo do sertão baiano, transfigurado de seu significado mais restrito de arma inerte (“chuço ou pau ferrado”²⁸) para o de arma humana, sinônimo de guerreiro. Por fim, jagunço é a designação dominante em Euclides para o homem do sertão interpelado, a imagem viva da sub-raça debatida e desnudada pelo texto:

O jagunço é menos teatralmente heróico; é mais tenaz; é mais resistente; é mais perigoso; é mais forte; é mais duro.
(...) Procura o adversário com o propósito firme de o destruir, seja como for.
Está afeiçoado aos prélios obscuros e longos, sem expansões entusiásticas. A sua vida é uma conquista arduamente feita, em faina diuturna. Guarda-a como capital precioso. Não desperdiça a mais ligeira contração muscular, a mais leve vibração nervosa sem a certeza do resultado. Calcula friamente o pugilato. Ao "riscar da faca" não dá um golpe em falso. Ao apontar a lazarina longa ou o trabuco pesado, dorme na pontaria. . . (idem *ibidem.*: 184).

Mas, nesse mar descritivo, analítico, onde melhor podemos observar as relações entre a composição dessa imagem sertaneja e a existência de uma leitura histórica, de uma leitura da mudança dos universos sociais, temos um grande espaço simbólico no qual terra e homem são posicionados como conjuntos móveis do discurso, ressaltando sua proximidade conceitual no pensamento do autor. Convém, esclarecer, portanto, que

²⁸ CASCUDO, 1962.

Aparentemente, a obra *Os sertões* estaria seguindo uma linearidade que vai da terra para o homem e para a cultura. No entanto, uma leitura atenta do primeiro capítulo deste livro mostra que o modo de Euclides da Cunha apresentar a paisagem física deriva de sua compreensão da paisagem social. Esta última é que fundamenta as suas reflexões sobre aquela primeira. Em várias páginas ele demonstrava a degradação no plano físico a partir da degradação social. Ele, muitas vezes, está falando das condições sociais e políticas nas entrelinhas quando fala da terra. A idéia de força e de violência aplicada à constituição da paisagem física tinha fundamento na paisagem social (REZENDE, 2001: 4).

Como sugere Rezende, o contato entre os textos de *Os sertões* implica uma profunda e nem sempre clara forma de entendimento sobre o mundo observado. Euclides tratava de homem e terra com extrema proximidade, confundindo ambos tanto literariamente (como personagens de seu “conto” realista) como “reflexivamente” (pensando ambos como elos de uma cadeia ímpar).

O contato do escritor com a disciplina da História se dá não apenas em sua formação básica: atravessará seu tempo na Escola Militar, como parte de um programa de formação com grande influência de estudos políticos. A partir de então, os interesses do autor se concentram na apropriação das teorias de seu tempo; leituras fragmentadas da ciência *que chega ao Brasil* (SODRÉ, 1995).

É nessa relação com a história que podemos encontrar as preocupações de Euclides com a alteração temporal das estruturas do sertão. Ora uma história geológica, ora uma transmutação socialmente produzida pela investida colonial, temos na narração euclidianiana, esboços de uma compreensão dos movimentos no mundo sertanejo.

Intencionando uma narrativa que revelasse as origens antigas do sertanejo no que elas tinham de *factual* – ao menos em seu projeto –, o escritor discorre sobre as tomadas sucessivas das regiões em questão. Além da relevância jesuítica e do parentesco indígena antes mencionados (no Capítulo Primeiro deste trabalho), temos, em Euclides, uma lista de intervenções históricas, “provocadoras” da configuração do mundo sertanejo de Canudos. Sondando as “entradas”, esses caminhos de apropriação, o autor nos oferece um panorama processual de seus próprios estudos: a participação da História na explicação da imagem do sertão é transfigurada em um discurso de totalidade ou *totalização* das questões presentes no decurso da Guerra contra o arraial de Belo Monte. A própria oficialidade ou legitimidade da investida republicana é

vinculada à análise dos movimentos históricos que levaram o bandeirante e o índio a se tornarem os povos regentes dessas paragens distantes.

A imagem do bandeirante e do vaqueiro, aliás, são matérias-primas para a construção do *jagunço*, o sertanejo do sertão baiano, para Euclides. Essas imagens atravessam pontos de recapitulação da narrativa, sendo o bandeirante a figura que injeta os princípios de descobrimento e inteligência no mundo selvagem que os indígenas dominariam. A mescla de saberes, situada no campo do isolamento sempre tomado como referência, é o elemento que concede ao homem do sertão um perfil próprio na hierarquia racial de Euclides – para o autor, o sertanejo “é um retrógrado; não é um degenerado” (CUNHA, 1995).

Imaginemos que dentro do arcabouço titânico do vaqueiro estale, de súbito, a vibratibilidade incomparável do bandeirante. Teremos o jagunço.

É um produto histórico expressivo. Nascendo de cruzamento tardio entre colaterais, que o meio físico já diversificara, resume os atributos essenciais de uns e outros - na atividade bifronte que oscila, hoje, das vaquejadas trabalhosas às incursões dos quadrilheiros. E a terra, aquela incomparável terra que mesmo quando abrangida pelas secas, desnuda e empobrecida, ainda lhe sustenta os rebanhos nas baixadas salinas dos barreiros, ampara-o de idêntico modo ante as exigências da vida combatente: dá-lhe grátis em toda a parte o salitre para a composição da pólvora, enquanto as balas, luxuosos projéteis feitos de chumbo e prata, lá estão, incontáveis, na galena argentífera do Açuruá... (CUNHA, 1995: 253).

A referência não foge da violência natural, reproduzida na estrutura histórica de homem e sociedade sertanejos. Veremos que esta referência é por sua vez repetida, aproximando os processos de formação física e humana, culminando como nova explicação da luta – A Guerra de Canudos tomava, no projeto euclidiano, dimensão de racionalidade, constantemente reforçada por meio de explicações sempre reconvocadas. No entanto, a dimensão de lenda, de mito fundador corre em paralelo a estas evidentes construções, sendo importante pensar que,

Por outro lado, a paisagem sertaneja projetada n’*Os Sertões* é, para além da nomeada terra ignota, uma construção simbólica pela qual temos o cenário do martírio e da subsequente redenção. De certa forma, há nela a presença de um sentido

profundamente bíblico implícito à sua maneira realista de descrevê-la (OLIVEIRA, 2002: 11, grifo meu).

A descrição e o apelo, nesse sentido, têm outras implicações não-diretas. Ainda que não dominado por essa premissa bíblica, o texto encontra outros caminhos para recuperar a imagem religiosa da qual o tema que aborda é investido.

A narrativa incorpora esses momentos de imaginário religioso ao tentar reconstruir o costume sertanejo, sua existência tradicional. Entramos, em seguida, na própria religião sertaneja, descrita e estudada pelo autor, através de imagens e leituras pontuais. Uma história de suas estruturações é esboçada e partilhada em *Os sertões*, seguindo um caminho de nova explicação, transformação processual de narrativa teatralizada para *argumento* da interpretação. Um jogo de assimilações que tem por objetivo fazer também da História o ritmo do narrado, o tom cadenciado do aspecto estético do épico no qual *Os sertões* se apóia.

As igrejas sertanejas, misticamente projetadas no texto como sobreviventes imagéticas de tradições arcaicas, são referidas sob uma aura de lenda – uma operação que entrecorta a fala do narrador, posicionando um conjunto de sub-apresentações de lugares e, de forma menos direta, do pensamento sertanejo, da atitude mental, “retrógrada” daquele povo:

Os possuidores do solo, de que são modelos clássicos os herdeiros de Antônio Guedes de Brito, eram ciosos dos dilatados latifúndios, sem raias, avassalando a terra. A custo toleravam a intervenção da própria metrópole. A ereção de capelas, ou paróquias, em suas terras fazia-se sempre através de controvérsias com os padres; e embora estes afinal ganhassem a partida caíam de algum modo sob o domínio dos grandes potentados. Estes dificultavam a entrada de novos povoadores ou concorrentes e tornavam as fazendas de criação, dispersas em torno das freguesias recém-formadas, poderosos centros de atração à raça mestiça que delas promanava (CUNHA, 1995: 174).

No fim do século passado, porém, descobriu-a um missionário - Apolônio de Todí. Vindo da missão de Maçacará, o maior apóstolo do Norte impressionou-se tanto com o aspecto da montanha, "achando-a semelhante ao calvário de Jerusalém", que planeou logo a ereção de uma capela. Ia ser a primeira do mais tosco e do mais imponente templo da fé religiosa

(...) E fez-se o templo prodigioso, monumento erguido pela natureza e pela fé, mais alto que as mais altas catedrais da Terra.

A população sertaneja completou a empresa do missionário. Hoje quem sobe a extensa via-sacra de três quilômetros de comprimento, em que se origem, a espaços, 25 capelas de alvenaria, encerrando painéis dos "passos", avalia a constância e a tenacidade do esforço despendido (*idem*: 201).

Tal processo de descrição das igrejas está também nas reportagens, carregado de outros sentidos:

A igreja sinistra avulta nas trevas, dominadora, formidável. Reflui sobre ela o relampaguear do tiroteio e a essa claridade indistinta e rubra creio distinguir, deslizando no alto dos muros destruídos, engrimponados alguns, nos restos desmantelados das torres derrocadas, os nossos rudes patrícios transviados. (carta de 26 de setembro CUNHA, 2004: 98).

Semelhante tratamento é dado aos costumes religiosos, às profecias, ao que o autor chama de “superstições”. Uma hierarquização mais uma vez é criada, fazendo do quadro cultural local um desfile de marcas de “inferioridade”, de distanciamento do pensamento reflexivo/racional. Euclides não realiza, de todo, contudo, um rebaixamento total do sertanejo. Lidando com o que considera partes componentes deste “tipo humano”, o escritor registra capacidades e incapacidades – sendo as primeiras quase sempre físicas e as segundas especialmente mentais, políticas... e religiosas – como a leitura da ciência em que se baseava o autor, para a qual o estágio superior do homem afasta a maioria das disposições do corpo para se dedicar ao aperfeiçoamento cognitivo e intelectual que a separaria dos animais.

A religião de Antônio Conselheiro, os elementos do catolicismo a ele ligado, é percustrada por Euclides da Cunha, sondada em seu passado e em suas manifestações presentes. Nem sempre é apresentada sob as pinceladas de uma inferioridade intelectual, sendo, no mais, narrada como fatos estranhos, curiosidades específicas e hábitos de comunidades tornadas “estrangeiras” no sentido de suas diferenças para com o Brasil urbanizado do Sul.

Aos poucos, novas aproximações são feitas pelo autor, mais uma vez procurando na religião, sentidos ocultos da organização histórica que ele julga promovida pelo isolamento e pelos cruzamentos étnicos de séculos. A sociedade sertaneja, como

sociedade “guerreira”, onde o poder religioso é o máximo de abstração que se alcança – partindo de uma escala comteana, na qual, tal abstração seria inferior aos gêneros científicos e filosóficos de pensamento – se sustentaria somente na condição de mando que o fanatismo é capaz de promover. Essa dependência, “inerente caractere” da “sub-raça”, é uma das formas de se entender sua caminhada para o atual contexto de rebeldia religiosa centrada em Canudos – fanatismo tomado como sinônimo de limitação, de irracionalidade congênita, amplificada pela história.

O círculo estreito da atividade remorou-lhe o aperfeiçoamento psíquico. Está na fase religiosa de um monoteísmo incompreendido, eivado de misticismo extravagante, em que se rebate o fetichismo do índio e do africano. E o homem primitivo, audacioso e forte, mas ao mesmo tempo crédulo, deixando-se facilmente arrebatar pelas superstições mais absurdas. Uma análise destas revelaria a fusão de estádios emocionais distintos.

A sua religião é como ele - mestiça (CUNHA, 1995: 196-197).

E continua o autor:

Esta justaposição histórica calca-se sobre três séculos. Mas é exata, completa, sem dobras. Imóvel o tempo sobre a rústica sociedade sertaneja, despeada do movimento geral da evolução humana, ela respira ainda na mesma atmosfera moral dos iluminados que encaçavam, doidos, o Miguelinho ou o Bandarra. Nem lhe falta, para completar o símile, o misticismo político do sebastianismo. Extinto em Portugal, ele persiste todo, hoje, de modo singularmente impressionador, nos sertões do Norte (*idem*: 198).

Como se pode ver, em Euclides, a idéia de “um tempo parado”, criado pelo isolamento, nos permite pensar o quanto o *contato* com a civilização, seja através do jesuíta, seja através do bandeirante, implica movimentos históricos, em pressões que colocariam o mundo sertanejo em “atividade”. Ainda assim, a religião e seus poderes simbólicos sobre o cenário parecem exercer, do ponto de vista interno a ele, uma movimentação própria, irregular e até insatisfatória, na leitura do autor. Mas, mesmo assim, um agente de transformações – ainda que lentas – produtora de uma realidade semi-organizada de “semi-bárbaros” (CUNHA, 1995).

“A Terra” é o momento de transposição inicial da interpretação – que vai do mundo “civilizado” para a imagem idílica dos sertões insondados e, depois disso, para a

caracterização de um sertão mais humanizado, povoado por legiões ainda por se classificar e entender. Essa travessia intelectual que o autor configura se converte em um discurso dissertativo acerca dos contatos e influências do meio sobre o desenvolvimento do homem local e dos homens “invasores” sobre o meio. Não que isso seja novidade para o corpo teórico da época – que como sabemos, tem fonte em Taine e em suas teorias de determinação do ambiente, da raça e do momento –, mas, principalmente, por não inspirar uma inovação teórica, é que Euclides insere sua narrativa no plano de uma “concretização reflexiva”, em que os dados apenas confirmam o que já se pensava de forma generalizada, ao mesmo tempo em que sugere uma interpretação própria dos processos de intervenção civilizatória:

Ora, quando se traçar, sem grande precisão embora, a carta hipsométrica dos sertões do Norte, ver-se-á que eles se apropriam a uma tentativa idêntica, de resultados igualmente seguros.

A idéia não é nova. Sugeriu-a há muito, em memoráveis sessões do Instituto Politécnico do Rio, em 1877, o belo espírito do conselheiro Beaurepaire Rohan, talvez sugerido pelo mesmo símile, que acima apontamos.

Das discussões então travadas onde se enterreiraram os melhores cientistas do tempo - da sólida experiência de Capanema à mentalidade rara de André Rebouças - foi a única coisa prática, factível, verdadeiramente útil que ficou (*idem*: 142).

Euclides não se furta em compor um registro pretensamente científico do mundo que confronta. Ele ordena suas descobertas e percepções como parte de um inventário cuidadoso, referente aos conhecimentos disciplinares de que dispunha por meio de sua educação (GALVÃO, 1984). Seu esforço, esboçado nas reportagens e firmado em *Os sertões*, retoca o panorama da luta em nuances disciplinares. A ciência, para ele, arruma a desorganização própria daquela realidade de Guerra:

Escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante, este livro, que a princípio se resumia à história da Campanha de Canudos, perdeu toda a atualidade, remorada a sua publicação em virtude de causas que temos por escusado apontar.

Demos -lhe, por isto, outra feição, tomando apenas variante de assunto geral o tema, a princípio dominante, que o sugeriu.

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazêmo-lo porque a sua

instabilidade de complexos de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tomam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra (*idem*: 99).

A explicação da Guerra por meio da história do homem e do meio, ganha em Euclides um reflexo semelhante: uma tentativa de interpretar o meio e o homem por meio das metáforas guerreiras. Podemos continuar nossa sondagem pelos discursos e encontrar, entre outras considerações, uma insistência a mais: o uso da imagem da barbárie, do “estágio atrasado de desenvolvimento” que o autor supõe sobre seus personagens sertanejos, em conjunto com a visão da violência e do choque político. Não se trata de mera combinação estilística, de simples busca por um esquema literário de imagens “fortes”. Falamos de uma combinação cujo poder explicativo é constantemente testado pelo próprio autor – um teste que sempre se converte em sucesso, já que os exemplos estão lá – ou são operados para estar –, de acordo com as premissas.

A descrição da invasão do Exército no sertão baiano, por meio de suas sucessivas expedições punitivas contra Canudos, demarca, em primeiro lugar, a dimensão política que o texto de Euclides encontra pela frente. Uma dimensão que poderia ter sido esquecida se o projeto se dedicasse somente à análise geológica e geográfica das regiões observadas. Mas o material de que o autor dispunha era, inicialmente, um material *de reportagem*, signo que não será abandonado nem mesmo na escrita final de *Os sertões*. Cientificismo e senso de urgência se mesclarão no conto estendido que o livro encarna. A Guerra, momento conturbado, é porta de entrada para se pensar os demais quesitos componentes do cenário; é ela quem ajuda e motiva o autor a pensar sobre o seu entorno teórico, histórico e simbólico.

A Guerra contra Canudos, como guerra contra bárbaros, é transformada em testemunho de rompimentos sistemáticos de uma longa cadeia de harmonias entre a mesma tríade do projeto: meio, homem e situação. Euclides da Cunha se dirige para entender a história por estar se voltando para o presente que contempla; associando tempos e eventos, ele estabelece critérios de compreensão – é a quebra do *status quo* sertanejo o que a Guerra provoca. Sua existência, tanto traz o autor para sua descrição

como o leva a desenhá-la como um marco, um ponto-chave da estrutura do mundo-distante que o sertão incorpora.

O passado sertanejo é um passado *brasileiro*; abrasileirado pelas conexões que Euclides vem estabelecendo ao longo de *O Homem*. Convicto de que lida com um universo que em parte a ciência evolucionista traduz, o autor cuida de procurar as idiossincrasias desse objeto, preenchendo as lacunas com o que considera singularidades reveladas por sua interpretação. O interlúdio entre a Guerra e a produção do livro está como que mesclado no esforço de compilar os dados e exercitar uma memória interpretativa. Tendo “perdido toda sua atualidade” (CUNHA, 1995: 99), o livro precisa se completar em uma análise mais contundente e mais relevante que uma repetição e reprodução do conjunto das batalhas. É à caça da solução para tal necessidade que o escritor transforma o tomo em um tratado organizado em torno de uma historiografia “epicamente desenvolvida”.

O sertanejo como agente-de-resposta para com a punição oficial do Exército, exercita, por sua vez, no texto, o papel de separação conceitual – e o faz, principalmente, nos momentos em que é trabalhado como inimigo difícil, retesado sobre a cidade e a região que defende. Tipo diferente, “corpo isômero” (CUNHA, 1995: 439), é personagem transformadora, essencialmente. O universo religioso, nesse ponto, rompe com a idéia de que a mudança seria unicamente produzida de forma externa. A religião que virá “convulsionar” os sertões é fruto de longa relação dentro dos quadros do isolamento.

O que Euclides começa por apontar é o embate simbólico pela apropriação cultural do *território*. Embora seja verdade que para sua leitura evolucionista, existe uma gradação entre o pensamento religioso e o científico, é ainda verdade que o que ele executa é uma análise que não ignora os alcances “transformadores” e organizadores, encarnados na existência religiosa que ele julga dominar o sertanejo. Essa composição nos encaminha para outra: ao entender as dinâmicas internas do mundo sertanejo como processos de ocupação, de formação cultural própria, de instituições políticas singulares e apartadas dos modelos “civilizados”, Euclides erige uma pequena teoria da história do sertão. Mundo pressionado a se gestar solitariamente, calcado em bases de transformação próprias e alterado, uma vez mais, pelos choques da Guerra. Conflito que, por sua vez, virá conduzir seu próprio processo de alteração das circunstâncias da mudança.

CAPÍTULO QUARTO

CONTANDO UMA GUERRA: MUDANÇA SOCIAL E VIOLÊNCIA.

“As guerras têm representado um desafio permanente para os escritores, não só para os que se dedicam à história – nos primórdios, simples crônicas de tratados e batalhas, como sabemos – senão para tantos ficcionistas, até mesmo poetas, que se deixando atrair pela exacerbação de energias humanas que os conflitos provocam, vão encontrar no extraordinário dessas circunstâncias o impulso para o seu projeto nas letras. O traço saliente em tudo isso parece ser o desafio a que nos referimos: a dificuldade de abarcar, relatar e compreender ou explicar uma guerra, representando a força de apelo principal que o tema possui.”

- Frederico Pernambucano de Mello, *A Guerra Total de Canudos*.

Como uma forma de continuidade à análise do capítulo anterior, intenciono agora pensar o universo da narração da Guerra de Canudos por parte de Euclides da Cunha, observando essa interpretação em seus meandros de imagens. O desdobramento de sua escrita, das trinta reportagens que escreveu – contando as duas partes de *A nossa Vendéia*, publicadas antes de sua partida para a Bahia –, até a produção de *A Luta*, em *Os sertões*, pode ser estudado como a história da composição de sua narrativa sobre a violência. É nesse sentido que discutiremos aqui suas observações, suas “prioridades textuais” e a estrutura de sua fala sobre o confronto, sintetizando algumas de suas composições e expondo o quadro de sua criação.

Se antes vimos marcas de apropriação de seu discurso sobre a história do sertão, sobre a mudança dentro do tempo sertanejo, com seus elos religiosos e territoriais, podemos agora constatar o lugar social do conceito de violência e suas implicações na compreensão euclidianiana das rupturas e reordenações do mundo social interpelado.

No contraponto do entendimento do poder estatal como força sustentada pelo monopólio da violência física legítima (WEBER, 2004), Hanna Arendt adverte para outra visão dos fenômenos ditos violentos. De acordo com a filósofa, interpretar os

modos de manifestação da violência é interpretar lugares de um *vácuo do poder* (ARENDDT, 1994). O ato violento – em especial a violência física, ainda que não apenas esta – seria a declaração da ausência de um poder; poder incapaz de se manter como legítimo, aceito. Essa observação nos permite, por um instante, pensar sobre a base da violência como um “movimento burocrático”, como “decisão de mando” e como efetivação da tentativa de recuperar o controle sobre determinada instância.

O envio de quatro expedições aos sertões baianos para a contenção/punição das atividades de Canudos, demarcou um momento de demonstração das instabilidades do poderio da República, juntamente com um interesse manifesto em reposicioná-lo. Mal completara sete anos de existência efetiva, mal se organizara em quadros fixos e já sob o comando do primeiro presidente civil – Prudente de Moraes (1894-1898) – o regime carecia de reproduzir sua legitimidade, de ampliar e garantir sua imagem, mesmo nos recantos mais distantes da capital federal. As vitórias sucessivas da resistência de Antônio Conselheiro retiraram o presidente de um momento de convalescença e o levaram a instituir nova liderança militar para resolver a “questão”. A esse tempo, o Exército, como já mencionado, se tornara uma instituição simbolicamente forte, ainda que materialmente necessitasse de apoios que, até então, não encontravam forte motivo. A Guerra viria, enfim, abrir os cofres públicos para novo aparelhamento dos contingentes (MELLO, 2007; CARONE, 1980).

A Guerra, contudo, não tinha esse único aspecto. Sua criação e ampliação, além da relação profunda com a insatisfação de poderes locais, tem dívidas menos com o temor de um possível reduto monarquista na Bahia e mais com a possibilidade instaurada da propagação do movimento messiânico, inclusive de conexão com o crescimento do poder de outros mandatários, ligados à religião – como o Padre Cícero Romão Batista, no interior cearense. A preocupação de que Canudos representasse apenas um braço de relações mais fortes, mais antigas e mais longas, centradas em um messianismo imbuído de interesses políticos graves, chegou a ser cogitada pelos opositores de Antônio Conselheiro, mais de uma vez (*idem, ibidem*). Tal preocupação, dissipada em grande parte naquele mesmo ano, atravessou as primeiras iniciativas de contenção da influência dos chefes canudenses. As expedições se seguiram, fortalecendo o “inimigo” e instilando severo senso de resposta no governo republicano. Não tardou para que a preocupação de senhores locais se tornasse pauta das forças principais do regime. A queda de Moreira César, além de baque simbólico, representou

um perigoso momento de nova instabilidade dentro do alto escalão militar. O retorno de Prudente de Moraes – cuja luta perene pela manutenção do cargo de presidente era reconhecida e divulgada pela imprensa –, a ascensão do novo Ministro da Guerra, Marechal Bittencourt, e a nomeação de Arthur Oscar para a chefia da nova força de ataque, se combinaram para confeccionar uma decisiva mensagem das elites e da burocracia de mando da República, estamentos sedentos de recuperar o prestígio ante seus aliados, bem como em recuperar o temor de seu opositores (CARONE, 1980).

O Exército brasileiro publica, cem anos após a Guerra de Canudos, edição com dados e interpretações próprias do ocorrido em 1897. Manifesta-se, ali, um discurso de defesa da ação, reiterando o papel da instituição na defesa dos interesses republicanos.(CANUDOS, 1997). No ano do conflito, a postura discursiva do mesmo Exército, é ainda mais declarada, já que, naquele momento, o discurso tinha também importante papel de legitimação de ações da Campanha e dos responsáveis por elas. Em ofício ao Ministro da Guerra, escreve o general Arthur Oscar, comandante da Quarta Expedição:

Sangrento foi esse combate, mas também foi um novo padrão de glórias para o Exército Brasileiro. Foi mais um sacrifício feito por nossos bravos por amor à República, que tanto estremecemos e pela qual nos julgamos honrados servindo-a com armas na mão.

(...) É para lamentar que esse inimigo fosse tão valente na defesa de causas tão abomináveis.

Viva a República dos Estados Unidos do Brasil!

Vivam as forças expedicionárias no interior do Estado da Bahia!²⁹

A defesa em questão é mais um registro das formas discursivas em uso, dentro e fora do campo de batalha naquele mesmo ano: reconhecimento da “valentia” sertaneja, crítica aos motivos de sua resistência, enaltecimento do Exército e glorificação das personalidades republicanas e da própria República. Decerto, o universo discursivo era mais amplo, entrecortado por formas e idéias que não tiveram a mesma sobrevivência. Mas é justamente o corpo dos documentos produzidos sobre o que Euclides da Cunha

²⁹ Estado da Bahia, 5 de outubro de 1897 in CUNHA, *Cadernos de Literatura Brasileira*, nº 13/14, dezembro de 2002 (grafia atualizada).

considerava “sua posição” no correr do evento, que nos interessará aqui. Documentos sobre a violência e sobre as maneiras de guardá-la na memória escrita do país.

Por seu turno, o tratamento dado à destruição de Belo Monte de Canudos, por várias fontes da historiografia e da ficção no Brasil, remete ao quadro da produção de narrativas como espécie de memória social. No sentido mais próximo do conceito de *representação social* (JODELET, 1993), temos a memória como geradora de imagens cauterizadas pelo tempo e pela experiência. A mesma memória ganha, no âmbito do *publicado*, uma forte dimensão imaginativa – dito de outro modo, nossa memória política é movimentada pela seleção que realizamos no grande arcabouço de discursos sobre um tema – e a Guerra de Canudos não parece fugir desse ponto de reflexão.

Os jornais de 1897 constroem uma configuração própria sobre a Guerra em seu aspecto de violência. Divergindo sutil ou profundamente nos estilos, os repórteres envolvidos se debruçam sobre o sertão da Bahia em falas e classificações sumárias, organizando-se em torno de imaginários bastante reproduzidos. Ainda assim, é possível destacar a relevância que a demanda pela novidade cria no conjunto das reportagens, desafiando inclusive seus redatores na composição de informações novas sobre o acontecimento, integradas a histórias diferentes; histórias baseadas no singularismo, na exceção ou na “subversão” do convencional. O rompimento com essa “lógica do esperado” vai retroalimentando as matérias, produzindo um vasto campo de releitura, sem, no entanto, ruir com o padrão discursivo que vê, no jagunço, no canudense, um inimigo e um ser distante das realidades civilizadas do eixo-Sul brasileiro:

(...) o alferes Traquilino, morto no ataque auxiliar, perto do Rancho do Vigário e piedosamente enterrado por seus companheiros, foi exumado pelos jagunços, que lhe cortaram os pés e as mãos. (...) A ferocidade desses inimigos é inqualificável. Nunca se viu tanta perversidade em homens brasileiros. São as bestas feras desses sertões”³⁰.

(...) não raras vezes os jagunços nos atacam pela retaguarda em posição que já havíamos tomado. Sem hipérbole, há um quê de fantástico nesses bandidos e fanáticos. Conhecedores de todos estes recantos, veredas e furnas, quando algum por escárnio surge no alto de um penhasco ou morro descampado e é logo alvejado por dezenas de tiros nossos, logo desaparece para surgir mais além, como uma aparição sobrenatural de duende montês.

³⁰ *Gazeta de Notícias*, 30 de agosto [publicada em 9 de setembro] de 1897. (GALVÃO, 1974 : 165).

(...) Morrem sem pedir misericórdia. Alguns trazendo, às vezes, duas espingardas e nunca menos de 500 a mil cartuchos de Mannlincher.³¹

A cobertura jornalística procura manter, em suas “várias frentes”, um canal aberto de novos dados, paralelo a essa “construção do fantástico”. A relação dos correspondentes com os jornais indica, desde cedo, a existência de um tipo de agente dentro do campo dos acontecimentos: a *testemunha profissional*. Atrelados a essa idéia de observação e vivência como legitimador dos ditos, os repórteres mantêm um acervo diverso de suas estadas no *front* ou nas regiões próximas. Seus contatos e fontes são descritos como redes sempre confiáveis de saber. Ainda assim, a boataria presente no ambiente das cidades vizinhas e dos acampamentos militares fora de Canudos é também mencionada, sendo tratada como parte “natural” da Guerra.

A referência militar é constante, sendo justamente ela o foco primário das narrativas. Mas o interessante nesse sentido é a relevância dada a certos aspectos dessas personagens no campo. Uma delas é a contínua linha de informes sobre as chegadas e deslocamentos dos batalhões, nos meses de agosto e julho:

Está aqui, desde anteontem, mais um batalhão, o 37º, ficando os outros dois que compõem a brigada em Monte Santo.
(...) Desde o ataque do dia 18 de julho que nada ocorreu, digno de nota, a não ser os acostumados tiroteios, ora vivíssimos, ora fracos e tudo o mais que por aí correr é destituído de fundamentos
O que posso adiantar-lhe é que o cerco está cada vez mais apertado, ainda ontem saíram daqui dois batalhões, ignorando-se o destino que levam, constando que têm ordem de apossar-se da estrada do Cambaio.³²

Esta mesma citação nos conduz a outras observações. Primeiro, o tom cotidiano das batalhas começa por revelar a construção de espaços de fala saturados e, portanto, mencionados como comuns. A partir daí, a necessidade de novas narrativas se soma ao discurso. Os dois meses seguintes, com o agravamento do cerco, trazem discursos mais dramáticos, criadores de novas impressões da violência do evento.

³¹ *Jornal do Commercio*, 4 de julho [publicada em 3 de agosto] de 1897. (*idem*: 241). Mannulincher é um tipo de rifle alemão, da década de 1890, de uso para cavalaria e grupos de engenheiros da República.

³² *Diário de Notícias*, 5 [publicada em 15] de setembro (*idem*: 127)

Junto a isso, surgem também apresentações do cenário caótico da Guerra. A violência, nesse campo, recebe outra roupagem: é visualmente evocada, ainda que no sentido de uma violência exterior aos combates, ligada à própria condição de existência nos espaços do conflito:

Intolerável o matadouro de Queimadas. Num trecho de campo, de lado a lado com bois insepultos e sobre os quais inúmeros urubus banqueteiavam-se largamente, abatem-se as reses para o consumo da praça – até a pauladas.
(...) Não será isto uma das causas das várias moléstias reinantes, entre as quais a diarréia, a que todos, mais ou menos, têm prestado tributo?³³

A crítica aos cenários do combate se estende em outros jornais, produzida por outros correspondentes. O que é mais relevante é que ela passa a compor parte do corpo de falas sobre o sertão de Canudos, registrada como consideração negativa das estruturas sertanejas e das condições criadas pela Guerra em si.

Seguem-se a isso as notícias vinculadas ao universo das estratégias e dos aspectos táticos dos confrontos. Reiterando a importância da organização do Exército, sem negar os golpes e falhas que o mesmo sofre no interlúdio dos meses, os jornais “inauguram” nova temática ao manterem vivas e constantes as referências a batalha intelectual e de posição que republicanos e jagunços travam:

Houve reunião de generais hoje e de comandantes de brigada. Trataram do plano de combate, divergindo opiniões. Este queria, depois de sério bombardeio, carga à baioneta pela vanguarda da bateria, aquele assalto por um só ponto; aquele outro, por dois somente, mais este que opinava pela mudança de acampamento para o flanco e atacar daí.³⁴

Apesar de forte tiroteio, o 38º [batalhão] nada sofreu, tendo, porém, o gado disparado, dispersando-se pela caatinga, por terem fugido os vaqueiros, que não mais foram encontrados. Caíram em poder dos jagunços 11 cargueiros com gêneros de oficiais, por se terem adiantado muito da vanguarda.³⁵

Por outros caminhos, a imprensa segue desnudando as relações entre o caso de Canudos e o poder público. Esse corte na descrição, busca, a seu turno, a instauração de

³³ *Jornal de Notícias*, 14 [publicada em 22] de setembro (*idem*: 383).

³⁴ *Jornal do Commercio*, 14 de julho [publicada em 10 de agosto] (*idem*: 314).

³⁵ *Jornal do Brasil*, 1º de setembro (*idem*: 236)

falas sobre o contexto mais amplo, como se tratasse da “pintura dos panoramas” relativos. Essa tendência, por sua vez, expõe os jornais em seu caráter de agente político de uma forma diferente: atesta as filiações dos mesmos ou, ao menos, cumpre um papel de “politização interna” do debate: tomando a estrutura da República como objeto de observação e nos lembrando que o regime estava sob as vistas desse sistema disperso de avaliações. Ainda assim, sua defesa é menos sutil que as críticas. Observemos um interessante *interview*³⁶ de um repórter da *Gazeta de Notícias* com o então governador do Estado da Bahia:

Correspondente – Como explica, V. Exa. esta Guerra de Canudos?

Governador – Canudos é desses acidentes que, de quando em vez, aparecem e para os quais concorrem múltiplas causas sem que a providência dos homens e dos governos possa prever.

Na mensagem que dirigi ao Senhor presidente da República sobre tais acontecimentos, expliquei como organizou-se e cresceu aquela ordem de fanáticos, a princípio de meras crenças religiosas e depois prejudicial à ordem pública, porque já não conheciam e nem obedeciam às leis e às autoridades, e levada pela necessidade, começava a extorquir, a título de esmolas, e muitas vezes com roubo, os proprietários vizinhos.

As autoridades locais eram impotentes para contê-los e os governos foram descuidosos em extingui-la no começo.³⁷

Todos esses enlaces de abordagem nos trazem para perto de um esboço da cobertura da Guerra e de seus contextos. Foi em meio a descrições, orientações e quebras de tema como essas que Euclides criou suas próprias considerações sobre a mesma. Não se pode dizer que o autor se afastou consideravelmente dessas linhas de discurso, mas é importante notar sua própria fala nesse contexto.

Ainda que não declaradamente ficcional, a imprensa em questão assumia faces de dramatização que não podem ser esquecidas como partes ou manifestações de um processo de elaboração do imaginário da Guerra. Nesse processo Euclides condizirá seu pensamento, criando, a sua maneira, apontamentos sobre cenas, personagens, tempos e instrumentos do conflito. Não o fará, porém, de forma simplesmente reprodutora. Veremos, aos poucos, como as ênfases criadas pelo escritor para a violência, fazem parte dos esquemas básicos de sua interpretação – conjunto esse que, de algum modo,

³⁶ A expressão inglesa é usada pelo próprio repórter.

³⁷ *Gazeta de Notícias*, 24 de julho [publicada em 7 de agosto]. (*idem*: 141).

atravessou os anos com mais vigor e repercussão que outras falas sobre o mesmo assunto.

Euclides: leituras e composições da violência.

Não é difícil ver que a violência da Guerra de Canudos “ressurge”, simbolicamente, em estudos e ficções desde os momentos vivos de seu desenrolar. As análises e reconstruções da mesma, estão espalhadas ao longo de incontáveis trabalhos acadêmicos – especialmente históricos (CALASANS, 2000). A força da linguagem euclidianiana, como interpretação do mesmo conflito, notoriamente foi contrabalanceada por novas teorias e novas formas de observar politicamente o evento. Isso não soterrou a imagem de Euclides da Cunha, contudo. Sua releitura é ainda parte considerável de outros estudos e entendimentos acerca do pensamento social de seu tempo. Mas, também notoriamente, assistimos a um deslocamento de sua relevância, como autor, nesse processo. De explicação acerca de um acontecimento, ele passa a representativo de um período reflexivo. Esse movimento não é exclusivo, claro, deste autor. Está presente na dinâmica dos estudos intelectuais há muito tempo; estudos que são ora literatura referente, ora objeto histórico. Essa “conexão espiral” entre ambos os estatutos ocupados por um tipo de discurso, nos leva a uma leitura que reconfigura a idéia de “crítica”. É nesse sentido que uma leitura “crítica” de Euclides não tem mais como objetivo retirá-lo, por meio de novos dados, do jogo das inferências, da hegemonia teórica que ele um dia possa ter tido. Trata-se, exclusivamente, de posicioná-lo no lugar de sua produção, procurando entender as cadeias de idéias que lhe servem de base e caminho (CHARAUDEAU, 2006)

A figura do violento, antes esboçada como parte das figuras do sertanejo (jagunço) e do soldado (republicano), precisa ser observada novamente, a partir do material de 1897 e a partir do desenvolvimento do discurso de Euclides naquele momento. O processo de “descoberta” que o autor realiza ao produzir uma alteridade fundada no homem do sertão, traz à baila toda uma teia de adjetivações e classificações – uma “ação imaginante” no sentido de Bachelard (2001: 1), forma de convocação e entrelaçamento de imagens que produz novos conjuntos de significado e metáfora. Não é difícil testemunhar, portanto, um esforço por parte do escritor, em fazer das cenas de violência elementos condicionantes do “tom” de suas reportagens. A caracterização desse tipo de comunicação escrita, fortalece e gera uma demanda nesse sentido, se

partirmos da idéia de que falamos de um discurso em busca da “noticiabilidade”³⁸ (WOLF, 1994).

O jagunço, neste campo, importa a rede de símbolos do sertão para a região – imaginária e real – de contato que a Guerra cria. Uma região mista, onde os repórteres ampliam e codificam a linguagem sobre o conflito, mesclando a participação republicana com a diferenciação e o sentido do exótico dos sertanejos resistentes. Uma guerra paralela tem então início, com os veículos de notícia lançando mão de discursos diversos, produzidos sobre o “inimigo” e sobre a marcação política que a República continua a organizar, junto ao envio de mais e mais contingentes e Expedições. A Quarta Expedição é, nesse sentido, o ápice das considerações jornalísticas, atraídas para o palco dos acontecimentos pelo sentido de ultimato que a Campanha assume.

Mas quem é esse jagunço enquanto guerreiro? Como Euclides o movimenta, o trata como parte do imaginário corrente? E, dentro disso, como o escritor participa e responde a esse contexto discursivo? Antes de pensar sobre tais posições, convém seguir um pouco o rastro das interpretações feitas do sertanejo nesses instantes da contenda. Retomando, em parte, o princípio do capítulo anterior, podemos averiguar, “de perto”, os passos dessa composição e, em seguida, sua relevância para o tema da mudança.

Em primeiro lugar, nos deparamos com a nomeação de personagens como uma forma de construção de um “palco” e de um panteão da narrativa. Figuras como Vila Nova e Pajeú vêm contribuir como imagens fantasmáticas, incertas no panorama do discurso, convocados pela fala de Euclides como personagens distantes, ainda que fundamentais nas relações do Conselheiro:

(...) prisioneiros de ambos os sexos concordam em afirmar um fato que patenteia um começo de discórdia: o Conselheiro quis ceder, rendendo-se, e foi tenazmente impedido por Vila Nova, espécie de chefe temporal da grei rebelada.

- Fica! Faze os teus milagres! Foi a intimativa enérgica e dominadora do cabecilha [carta de 16 de agosto; CUNHA, 2004: 46].

³⁸ O valor de uma notícia enquanto “produto” de um tipo particular de “indústria” – a imprensa. Em outras palavras, as possibilidades de sua “venda”. Os jornais e os públicos-leitores agregariam, de acordo com esse conceito, carga e poder social às notícias, afetando e sendo afetados por elas. (WOLF, 1994).

Essa presença de “jagunços nominais” é reforçada por Euclides como outro elemento de sua peregrinação pela “história curta” da região. Fazendo referência a estes nomes, o repórter se aproxima do mundo sertanejo por seu aspecto de “chefias guerreiras”. O histórico das abordagens do sertão sob o prisma da violência institucional de núcleos e históricos de “bandidos”, “cangaceiros” e “saqueadores” se soma ao importante papel daqueles nomes na dita hierarquia canudense de Antônio Conselheiro. A preocupação com o próprio beato, contudo, segue outros rumos. Euclides reitera seu papel de chefe fanático, mas contribui ainda no desenho de sua imagem como um “agente da insanidade”, um fator caótico que “convulsiona” os habitantes da região. Ele surgirá em *Os sertões* constituído como ícone:

Espécie de grande homem pelo avesso, Antônio Conselheiro reunia no misticismo doentio todos os erros e superstições que formam o coeficiente de redução da nossa nacionalidade. Arrastava o povo sertanejo não porque o dominasse, mas porque o dominavam as aberrações daquele. Favorecia-o o meio e ele realizava, às vezes, como vimos, o absurdo de ser útil. Obedecia à finalidade irresistível de velhos impulsos ancestrais; e jugulado por ela espelhava em todos os atos a placabilidade de um evangelhista incomparável (CUNHA, 1995: 224).

No segmento de seu elenco de personalidades, temos os oficiais do Exército – trajados de signos glorificantes, mesmo na morte ou derrota. É exatamente nessas situações que as figuras guerreiras da República são mais enfatizadas como merecedoras de honrarias “inerentes aos grandes sacrifícios”. Nem no caso do jagunço, nem no das descrições dos soldados anônimos e massivos, podemos notar, no texto, um cuidado tão firme em constituir uma compensação imagética pelo destino destes oficiais. Ainda que, no caso do Coronel Moreira César, tenhamos as facções de crítica estratégica – por sua derrota –, este ponto não anula a posição que seu nome ganha na exposição dos acontecimentos pelo autor.

O centro da leitura da personalidade está em não reconhecê-la como fator último e determinante dos resultados da Guerra. Não é na figura individual, em suas vitórias, feitos e bravuras que se concentra uma chave causal no entendimento de Euclides. Já nas reportagens, vemos esboçada uma tendência em deixar tais acontecimentos no plano das ilustrações do evento. Cada uma das pequenas histórias relacionadas aos indivíduos

– algumas das quais reaparecerão no texto de 1902 – se ordena como instrumento narrativo, apto a garantir à notícia algo de literário, de fabuloso: rupturas no comum da rotineira seqüência diária de ataques e contra-ataques.

Voltando à leitura da presença sertaneja/jagunça nos relatos euclidianos, podemos observar que a estrutura da apresentação, salvo os momentos de referência aos líderes, busca, no anonimato, uma composição estritamente homogênea das personagens, permitindo ao leitor imaginá-las como hordas, multidões ou grupos que desempenham na história o papel de *uma só personagem*. Essa imagem é uma das marcas da visão jornalística impressa por Euclides da Cunha: o sertanejo como unidade étnica, como comunidade de sentido pautada pela necessidade de um líder pensante. Característica presumida que repercute, de imediato, em uma ausência de personalidade – possivelmente não nas considerações últimas do autor, mas extremamente firmada na expressão de seu discurso.

As absurdas aptidões jagunças, ferramentas que este personagem usa contra o Exército, são relacionadas como intrínsecas à disposição violenta. Embora não esteja estruturada em Euclides uma teoria do *habitus*, a compreensão singular do autor sobre os adjetivos e as funcionalidades bélicas das habilidades associadas aos jagunços, nos levam a crer que Euclides entendia nos sertanejos “imanências raciais”, as declarando sem medo. Imanências raciais combinadas com influências de meio e história. Imanências, de muitos modos apresentadas como atributos explicativos da ampla resistência política de Canudos e, da mesma forma, atributos consolidados àquela existência estrutural que a cidade de Belo Monte possuía. “Canudos não se rendeu” (CUNHA, 1995), dirá mais tarde. E, ainda 1897, observamos no autor uma Canudos que não se rende, precisamente, pela força natural, travestida de sobrenatural que supostamente concentra.

Tais “poderes jagunços” se apresentam, de forma sutil, nas primeiras matérias, travestidos de seus próprios *efeitos*. A violência dos começos da campanha, para Euclides, é uma violência sofrida – descrição dos momentos passivos das personagens republicanas. Mas, por isso mesmo, é uma violência à caça de identidade, colocada como forma de comoção nacional. O soldado-vítima tem seu primeiro abrigo na personagem também anônima dos civis da Bahia. A cidade acolhedora é apresentada como orientação geral, como espectro da recepção que o autor parece esperar do restante do país e da História. Entrevemos, nas acolhidas, a aura pretensamente presente

de patriotismo, conjurada por convalescentes, moribundos e testemunhas. Não existem críticas à campanha em si. Apenas nos é apresentado um amplo drama que somente recupera a necessidade de adequação, de reordenamento e punição dos responsáveis. Tal carga dramática não cessa na reprodução deste quadro. Alastra-se pelas séries seguintes de descrições das batalhas, mudando ali o foco para a atividade, para a vítima ativa e heróica.

O apelo ao acolhimento dos contingentes de feridos – bem como dos contingentes de soldados que chegam – é marcado pelo visível interesse em propagar a crueldade da cruzada. Não somente a crueldade do Inimigo é posta em questão, mas também a rudeza da tarefa em si, dando à história, ao mundo, ao sertão, uma responsabilidade partilhada.

Nesse mesmo sentido, o poder estratégico do jagunço é o fator temeroso que Euclides adiciona à narrativa. Ainda que inferior intelectualmente, na interpretação do autor, o jagunço é hábil na emboscada, no uso do terreno, no aproveitamento da inexperiência das forças oficiais da República. O histórico de vitórias do inimigo apenas reforça esse panorama. Ainda assim, o testemunho da refrega, nos dias de setembro, realimenta essa impressão e faz o escritor exteriorizar sua leitura de que o jagunço, mais do que animalesco, desempenha inacreditavelmente seu papel de fanático defensor. A intermitência do próprio cerco republicano, constantemente reforçado, apenas ampliava tal impressão. Euclides construiu nas cenas destes momentos, uma paisagem terrificante, onde a batalha assumia, em si mesma, os caracteres selvagens antes conferidos ao inimigo. Mais uma vez, a “área de contato” criada pela Guerra permitia uma troca de imagens renovada:

Nos combates cruentos de 18 de julho, ostentaram-se, de modo notável, essas condições táticas formidáveis.

Percorri o campo de batalha com meu colega Gustavo Guabiru e ele, que foi um dos protagonistas da luta, mostrou-me pontos em que meia dúzia de homens, rarearam as fileiras de muitas brigadas (carta de 12 de setembro, *idem*: 88).

Sete e meia horas da manhã. A fuzilaria cessou apenas às cinco horas. Acossado pela sede o inimigo abandonou por dezoito vezes os redutos, atacando as linhas, na direção das cacimbas abertas do rio [Vasa Barris]. Foram sempre rudemente repelidos embatendo de encontro a seis batalhões (...) Foram

dezoito combates violentos e rápidos (carta de 27 de setembro; *idem*: 98).

O combate não era, contudo, apenas cena de dramatização. Ele incorporava, ainda, uma dimensão avaliativa: Euclides observava o combate como um analista dos acontecimentos, das decisões tomadas, mais uma vez como se buscasse preservá-los para o juízo histórico. É dentro dessa aparente preocupação que se encontram as composições de uma Canudos heróica, ainda que infame:

... E vingando a última encosta divisamos subitamente, adiante, o arraial imenso de Canudos.

Refreei o cavalo e olhei em torno...

As inúmeras colinas que se desdobram em torno da cidadela sertaneja, todas com a mesma altitude quase e dando, ao longe, a ilusão de uma campina unida e vasta, alevantam-se dentro de uma elipse majestosa de montanhas.

(...) O arraial não se distingue prontamente ao olhar, como as demais povoações; falta-lhe a alvura de paredes caiadas e telhados encaçados (carta de 12 de setembro, *idem*: 87).

Se, considerando essa aldeia sinistra, avaliam-se todas as dificuldades de um combate travado em seu seio, observando os arredores vê-se que deve ter sido difícilíssima a investida feita contra ela pelas nossas tropas (carta de 12 de setembro, *idem*: 87, 88).

Cidade tornada estranha e difícil, cujos habitantes, ainda que inimigos, não são excluídos das palavras elogiosas do escritor: “Sejamos justos – há alguma coisa de grande e solene nessa coragem estóica e incoercível, no heroísmo soberano e forte dos nossos rudes patricios transviados” (carta de 1º de outubro; CUNHA, 2004: 108). Percebe-se, contudo, que o elogio não os isenta da estranheza e do senso de distância que é produzido – como “transviados”, os jagunços são sempre gestados como antíteses da “convencional” estrutura dos tipos humanos do Sul.

Mas Euclides também retoma a Guerra não apenas como analista. Como *narrador de Guerra*, correspondente jornalístico, Euclides estava também preocupado com as notícias que chegavam. Os telegramas enviados para *O Estado de São Paulo* trazem sua atenção para com os boatos, as novidades e a estrutura do que era dito no círculo de discursos em volta da Campanha. Temos ali dados “em tempo real” da chegada de batalhões ao retorno de feridos. A notável estrutura objetiva – curta – dos

textos, relacionada, claro, à dinâmica de um texto de telegrama, nos chama a atenção para o tipo de informação que o autor julga prioritária, marcada por um sentido de urgência adicional:

São esperados hoje, do interior, quatrocentos feridos. O Marechal Bittencourt, ministro da Guerra, seguirá até o dia 15 para Queimadas. Embarcará para Queimadas o 29º batalhão de infantaria, com o efetivo de duzentas e quarenta praças e vinte e sete oficiais. Este batalhão trouxe nove mil cartuchos (telegrama de 11 de agosto).

Chegará amanhã o batalhão patriótico Paes de Carvalho, do Pará. (...) seguem para o sertão o Ministro da Guerra, depois da vinda de todos os batalhões, com praças de infantaria e vinte de cavalaria.

No dia 17, depois da vinda de todos os batalhões, segue para o sertão o Sr. Ministro da Guerra (telegrama de 12 de agosto, repetição do autor).

Corre, sem que tenha visos de verdade, que os jagunços que se afastam de Canudos, removeram o seu campo de ação para a serra de Caiapã, lugar quase inacessível e entrincheirado. Conjectura-se que lá já estejam Antônio Conselheiro e os principais chefes. Esta notícia carece de confirmação. É talvez mais um boato e nada mais (telegrama de 16 de agosto).

O controle das informações não era, no entanto, a prioridade das narrativas. Envolvidas com as contingências dos confrontos e aproveitadoras da imprevisibilidade dos acontecimentos, as reportagens se matinham à linha de uma apropriação dramática cuja reprodução era necessária, ao que parece, para a manutenção de sua relevância como comentário. Os discursos de juízo, como os antes mencionados, introduzidos sem demora, em meio aos relatos, aumentam essa impressão, fazendo das matérias misto de informe e interpretação como análise, ao mesmo tempo em que revelam um pouco mais do “lugar” do observador:

Ao chegar aqui e assaltado por impressões novas e variadas, perturbadoras de um juízo seguro, acredito às vezes, que avaliei imperfeitamente a situação, e dominado talvez pela opinião geral dos que voltavam de Canudos, disse também com eles:

- Está quase terminada a luta e não fará mais vítimas.

(...) Há quinze dias que se aguarda a todos os minutos a rendição do arraial, já ocupado em parte por *nossas* forças e tendo apenas duzentos inimigos, combalidos pela fadiga e pela fome, cindidos pela discórdia e desalentados a ponto de ir para

a batalha a pau... [carta de 16 de agosto; CUNHA, 2004: 46, 47, grifo meu].

Se atentarmos para os registros da Caderneta, também neste caso, podemos acompanhar as impressões primárias de Euclides a respeito das facetas expostas dos momentos violentos. A historicização da força dos jagunços, de sua capacidade combativa, de suas vitórias e estratégias, serve, inicialmente, como pano-de-fundo das reflexões intercaladas do autor, apresentadas nas reportagens alteradas pelas implicações da publicação:

Jagunços devastaram em 1881 fazenda do Sucro, perto de Chique-chique. Deprimem Chique-chique que seria o mais rico termo de S. Francisco sem eles – Tem as minas de Assuruá. (...) Em 1882 Chique-chique foi saqueada. Casas estouradas de balas, mas desertas casas transformadas em trincheiras. (CUNHA, 1975: 14).

A delimitação de outros espaços de violência, de tendência belicosa ou de habilidades apresentadas pelos sertanejos é usada na mesma Caderneta como rascunho de ocorrências-exemplo. Essa exemplificação, contudo, aparece nos registros do diário como listagens, esboços de textos, pequenas dissertações ou descrições de histórias capturadas pelo autor. A captura de relatos em si - relatos oriundos de soldados, prisioneiros e testemunhas gerais – é uma constante em várias matérias de Euclides, mas é aqui, nestes pequenos trechos de suas anotações particulares, que entrevemos o processo de construção, no autor, dos contextos, dos conjuntos de significado, da memória, do passado dos jagunços.

A história, articulada nesse sentido como elemento estruturante dos argumentos das matérias, começa a ser pesquisada e levada em conta, durante a própria contenda. Euclides não faz uma varredura historiográfica metodologicamente orientada (ZILLY, 1998). Ainda assim, ele procura, de forma fragmentária e não sistemática, organizar informações que julga imprescindíveis para completar sua narrativa.

A Caderneta também nos convida a passeios rápidos por alguns dados coletados pelo autor sobre a linguagem ou outros pequenos traços culturais da região. O tom de registro vai além da curiosidade aparente. Estende-se para sutis compilações – e mais uma vez, listas – fornecedoras de alguma base de compreensão para Euclides. Essa

relação pode ser encontrada no texto, marcada por uma tessitura de contatos, de aproximações ali marcadas. A relevância dos dados em questão é a de demonstrar, especificamente, as atenções do autor de *Os sertões*, nos encaminhando para compreender o “princípio” de seu processo de criação:

Gererê – chuva miúda.

Carigé – negro do sertão.

Despontar o dia – beber o primeiro trago de aguardente.

Mancar – faltar. *Manca* café.

Espinhaço da Estrada – o eixo.

Beirão da Estrada – a margem.

(*idem*: 17).

Todas estas compilações, todas as matérias, todo o arcabouço de observação será retrabalhado, reaproveitado ou ao menos reconsiderado na escrita de *Os sertões: campanha de Canudos*. Se a Caderneta carrega os signos mais “brutos” do pensamento euclydiano – se é que possível tal separação –, as matérias reaparecem como o nicho sobre o qual a Guerra receberá seu primeiro desenho definitivo.

“A Luta” retomará os acontecimentos das reportagens sob duas linhas principais. Primeiro, é possível dizer que o texto de 1902 reescreve os dados da Guerra, de forma a produzir um relato unificado sob o signo da narrativa trágica, pautada pela descrição dos sofrimentos físicos e simbólicos da contenda, no plano de uma história do país, um acontecimento miticamente desenhado. Os contatos entre a linguagem explicativa e científica abrem espaço para um corte de sentido, orientado e fomentado pela reconstrução do conflito como “história nacional”, como versão patenteada pelo interesse em compor tanto crítica do acontecimento, como registro dramático das participações no mesmo.

Em segundo lugar, o espectro da narrativa desenvolve, em “segundo plano”, uma conclusão para as duas primeiras partes da obra, sem dispensar a particularidade desse momento textual. Euclides não registra esses elos com frequência, conferindo mesmo uma “autonomia relativa” da terceira parte do livro. Assim, ainda que esteja presente, no contexto de suas afirmações, um sentido de continuidade semi-aparente no correr do texto, essa penumbra semiótica é alimentada pelo autor, criando outro tipo de conexão de sentido entre as faces de *Os sertões*. Está criada, ali, uma “permissão” para se decompor a obra, um indicativo ou indício de que o discurso sobre a guerra é contextualizado pelos discursos sobre o homem e sobre a terra, mas, mesmo assim, é

discurso, próprio, cuja perda da atualidade precisa apenas ser compensada com uma leitura mais ampla, mais “científica” do todo.

As cenas de batalha recuperadas aqui, constituem uma compilação das descrições antes esboçadas por Euclides. Revemos a figura do jagunço como sertanejo e suas movimentações dentro do enredo que o autor ressignifica. A ordenação dos relatos da violência ganham, neste ponto, dadas as suas conexões com o conjunto textual do livro, novo marco de demonstração das forças históricas. Temos aqui, na revisão estrutural da apresentação da Guerra por Euclides, uma leitura da violência como elemento explicativo do movimento da História – e partir daí, uma tentativa de compreensão da mudança que se abate sobre aquele sertão:

A história militar, de urdidura tão dramática a recamar-se por vezes das mais singulares antíteses, está cheia das grandes glorificações do medo.

(...) Íamos enxertar-lhe, idêntico, senão na amplitude do quadro, na paridade do contraste, um emocionante - porque a tenacidade feroz do jagunço transfigurou os batalhões combalidos do general Artur Oscar. E eles ali quedaram unidos, porque os enlaçava a cintura de pedra das trincheiras, impertérritos, porque lhes era impossível o recuo; forçadamente heróicos, encurralados, cosidos à bala numa nesga de chão. . . (CUNHA, 1995: 278).

A Guerra ganha com mais ênfase, nesse mesmo campo, novas marcas de distanciamento, nova fórmula de definição da região simbólica que ela produz. O militar, figura diferente desse mundo-sertão, transparece, para o autor, a plena estranheza de sua presença naquele universo:

Os novos expedicionários ao atingirem-no perceberam esta transição violenta. Discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba a unidade nacional. Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pinturesca. Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil. A separação social completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria.

Além disto, a missão que ali os conduzia frisava, mais fundo, o antagonismo. O inimigo lá estava, para leste e para o norte, homiziado nos sem-fins das chapadas, e no extremo delas, ao longe, se desenrolava um drama formidável... (idem: 453).

Reconstruindo a narrativa das reportagens como um novo texto, *Os sertões* nos trazem a Guerra mais uma vez, inserindo nessa nova versão, todo o aspecto de estudo, de síntese preparada e meditada que o escritor, ao que parece, desejava conferir. As sucessivas revisões³⁹ do referido texto, fazem pensar no longo processo de reflexão de Euclides – especialmente, no que toca a uma reflexão *da expressão*, da composição dos segmentos de imagem que ele havia “rascunhado” como repórter. Preocupado em sintetizar meses de notícias, informes, boatos e lendas, assim como anos de estudos, reescritas e reflexões, Euclides incorpora sua atuação como narrador, em um fechamento dos quadros da Guerra: listagens e exposições reveladoras de observações semi-lineares da cronologia das batalhas.

Mas é importante considerar que, no que diz respeito à estrutura e à variação do discurso, “A Luta” não é um irrestrito trabalho de completude das matérias. Como dito antes, seu caráter de reescritura se configura principalmente no sentido de que o texto não traz “informações novas”; trata-se, sobretudo, de uma recapitulação, não do tema, mas da forma de expressão narrativa do autor perante ele. A abordagem, por exemplo, do grande problema estratégico enfrentado pela Campanha – a sobrevivência das tropas nos sertões – é considerada sob curioso trecho. Pensando a problemática, afirma o escritor:

Um estrategista superior, atraído pela forma técnica e alta da questão, gizardia rasgos estupendos de tática e não a resolveria. Um lidador brilhante idearia novas arrancadas impetuosas, que esmagassem de vez a rebeldia, e extenuar-se-ia, inútil, a marche-marche pelas caatingas. O marechal Bittencourt, indiferente a tudo isto - impassível dentro da impaciência geral -, organizava comboios e comprava muares...

De feito, aquela campanha cruenta e na verdade dramática só tinha uma solução, e esta singularmente humorística.

Mil burros mansos valiam na emergência por 10 mil heróis. A luta com todo o seu cortejo de combates sangrentos descambava, deploravelmente prosaica, a um plano obscuro.

Dispensava o heroísmo, desdenhava o gênio militar, excluía o arremesso das brigadas, e queria tropeiros e azêmolas. Esta maneira de ver implicava com o lirismo patriótico e doía, feito um epigrama malévolos da História, mas era a única. Era forçada a intrusão pouco lisonjeira de tais colaboradores em nossos destinos. O mais caluniado dos animais ia assentar,

³⁹ Cinco edições diferentes, revisadas, incansavelmente até a morte do autor.

dominadoramente, as patas entaloadas em cima de uma crise, e esmagá-la. . . (idem: 444, 445).

A violência retorna, desta vez, como *fato histórico*. Não é mais, dadas as circunstâncias de publicação do discurso – cinco anos após a Guerra –, um relato presente de eventos; é, sabe-se, uma visita aos mesmos, a partir da memória e da seleção simbólica que Euclides executa. Não que isso reduza sua importância. Ao contrário, em *Os sertões* a violência é tratada com mais vigor, dramatizando-se as cenas em meio as quais esta emerge, criando-se, para o livro, a aparentemente desejada carga épica.

Combates diários, ora mortíferos rareando as fileiras e desfalcando-as de oficiais prestimosos, ora ruidosos e longos, mas à maneira dos reencontros entre os mercenários na Idade Média, esgotando-se num dispêndio de milhares de balas, sem um ferido, sem um escoriado sequer, de lado a lado (*idem*: 445).

Com semelhante interesse, são trazidos à baila pequenas histórias, elementos utilizados na marcação das personagens deste novo momento narrativo. Ao falar de um menino, oriundo da cidade dos jagunços, diz Euclides:

Deram-lhe, então, uma Mannlicher. Desarticulou-lhe agilmente os fechos, como se fosse aquilo um brinco infantil predileto. Perguntaram-lhe se havia atirado com ela, em Canudos. Teve um sorriso de superioridade adorável: "E por que não ! Pois se havia tribuzana velha! . . . Haverá de levar pancada, como boi acuado, e ficar quarando à toa, quando a cabrada fechava o samba desautorizando as praças ?!" Aquela criança era, certo, um aleijão estupendo. Mas um ensinamento. Repontava, bandido feito, à tona da luta, tendo sobre os ombros pequeninos um legado formidável de erros. Nove anos de vida em que se adensavam três séculos de barbaria. (idem: 455).

As considerações finais acerca da Campanha, têm um significado bem diferente das últimas reportagens. O foco final da narrativa é apresentar os momentos decisivos da Guerra, com suas batalhas, como um fechamento da leitura e interpretação totalizante do mundo sertanejo, em suas conseqüências bélicas. Veremos, nas passagens referentes aos "últimos dias", uma preocupação renovada em dar à visão do conflito um tom de estudo, que organiza, intelectualmente, uma imagem mais polida dos dramas e feitos

relatados antes. “A Luta” não aparece ali, como “reportagem ampliada”; recebe seus contornos a partir de esquemas de “redefinição” do conjunto dos confrontos:

A luta, que viera perdendo dia a dia o caráter militar, degenerou, ao cabo, inteiramente. Foram-se os últimos traços de um formalismo inútil: deliberações de comando, movimentos combinados, distribuições de forças, os mesmos toques de cornetas, e por fim a própria hierarquia, já materialmente extinta num exército sem distintivos e sem fardas.

Sabia-se de uma coisa única: os jagunços não poderiam resistir por muitas horas. Alguns soldados se haviam abeirado do último reduto e colhido de um lance a situação dos adversários. (*idem*: 512).

Nesse ínterim, o sertanejo-jagunço receberá sua quota última de defensor épico, inexplicável, mas ainda, de defensor humano, humanamente levado ao limite:

Era incrível: numa cava quadrangular, de pouco mais de metro de fundo, ao lado da igreja nova, uns vinte lutadores, esfomeados e rotos, medonhos de ver-se, predispunham-se a um suicídio formidável. Chamou-se aquilo o "hospital de sangue" dos jagunços. Era um túmulo. De feito, lá estavam, em maior número, os mortos, alguns de muitos dias já, enfileirados ao longo das quatro bordas da escavação e formando o quadrado assombroso dentro do qual uma dúzia de moribundos, vidas concentradas na última contração dos dedos nos gatilhos das espingardas, combatiam contra um exército (*idem, ibidem*).

O que mais pensar dessa violência, desse contexto produtor da narrativa, mas também *produzido* por ela? Em nosso rápido “passeio” pelas marcações históricas, pelos registros de significantes que Euclides executa – no sentido de criar expressões-chave em seu próprio texto, entre as quais o termo *jagunço* é o melhor exemplo – temos à nossa frente um desenho da violência e do violento como elementos básicos de uma fala sobre uma Guerra. Mas, estes mesmos elementos não se limitam a manter uma estrutura mínima para a narrativa.

Euclides decide escrever seu livro como um discurso de reflexão sobre o que a Guerra significou e sobre o que dela poderia ser usado para entender o sertão distante e a alteridade implicada nele. Sua tendência seguinte será a de restituir ao sertanejo, “rude patricio”, um lugar no mundo da nacionalidade que se buscava, sem, contudo, igualá-lo em definitivo aos civilizados que atacaram Canudos. Reconhecendo na campanha um

processo histórico fatal, uma luta para a qual todos estavam convocados pelas forças invisíveis de uma história natural, o autor nos dá uma imagem de quebra, de movimento, ao apresentar o encontro entre o que considera civilização e o que considera barbárie. Mas esse contato, essa aproximação, é sustentada e permitida apenas no tocante à violência física e política que a Guerra constitui.

Falamos antes que a Guerra, em Euclides, gera esse espaço de contato, espécie de zona de intersecção teórica onde os mundos diferenciados são comparados, se misturam e se afetam. É a narrativa de Euclides da Cunha que virá desenhar essa região imaginária; essa região que é principalmente *tempo*, no qual é engendrado todo o panorama explicativo dos acontecimentos. É ali, nesse espaço social compreendido pela narrativa, que podemos notar com maior clareza que a violência se configura na interpretação do autor como instrumento de mudança dos padrões – a Guerra efetivamente mudava os contextos que rompia – e como um resultado das mudanças que o isolamento produziu naqueles habitantes e em sua sociedade.

Mas também não se encerra dessa forma o longo traço de Euclides sobre a violência. Ao percorrer os momentos diversos do conflito e tratar, na cronologia da Guerra, o sertão e o Inimigo como partes inteligíveis do cenário, o autor promove uma leitura da violência como “via alternativa” para sondar o mundo social. Em diversos trechos, o que observamos é que os combates e a violência deles são apenas caminhos que o escritor busca para falar do sertão como um objeto a se analisar. Sondar os textos permite aprofundar essa composição. Nas reportagens e em seu redesenho n’*Os sertões*, a violência é o campo ou a configuração sobre a qual Euclides retorna à história local sertaneja – que, como vimos, tem no mesmo autor uma dimensão de passado nacional. A violência continua, nesse sentido, a organizar uma trilha de leitura. Mais do que uma parte da Guerra, ela se apresenta, aos poucos, como uma rota para a interpretação das mudanças que causa.

Cruzamos até aqui uma série de “cortes” dessa interpretação. Aproximamo-nos dos conteúdos que a forma narrativa euclidianiana apresenta, sem esgotá-la em seu *nexo*, em sua centralidade na descrição do sertão. O que esse exercício favorece, o que ele implica, no conjunto das leituras anteriores, é gerar um “arquivo” conceitual, uma ponte, para a apropriação discursiva, que nos permita refletir melhor sobre a totalidade da obra de Euclides da Cunha sobre o tempo, sobre a Guerra e sobre seu próprio pensamento.

ALGUMAS PALAVRAS FINAIS

A ordem de um discurso está presente no contexto de sua produção, no enlace de seus argumentos, na feitura de sua linguagem própria (BARTHES, 2001). Um discurso sobre um discurso – um comentário – é, sugere Michel Foucault, uma *efetivação do texto primeiro*, um dito novo na condição de reprodução do antigo. Significa dizer que um discurso nunca é mera repetição nem suspensa originalidade: intercala ambos os parâmetros sem se submeter a nenhum deles. Mais do que essa tentativa de meio termo, é, para usar uma metáfora de Guimarães Rosa (1964), uma *terceira margem*; uma existência isolada, cuja história não pode ser tocada a não ser através do que se diz sobre ela. Parto do princípio segundo o qual, para entender o comentário que Euclides da Cunha produz sobre si mesmo – ao rever sua leitura e completá-la, ao “subvertê-la” – , é preciso entender as imagens que ele manipula. Tal entendimento das partes é o que nos fornece uma aproximação do todo discursivo.

Euclides da Cunha tem sobre si uma pesada carga de representação explorada por todo o século XX. Explorada no sentido de ter sido classificada, especificada, interpretada e reinterpretada por óticas particulares, orientadas sempre por uma observação de seus antecedentes e influências. Essa relação de tratamento passa, convencionalmente, pelo tecido de relações teóricas que o autor organizava, desde sua formação escolar e profissional, até os últimos momentos de sua escrita, já nos anos 1900. O positivismo e o evolucionismo, correntes presentes – ainda que não solitárias – no panorama intelectual das décadas finais do século XIX, são conjurados como explicativos do pensamento euclydiano sobre o sertão. Não seriam, obviamente, se o próprio autor não convocasse nomes “filiados” a estas ordens de entendimento. È preciso notar, porém, as limitações desse rótulo para a observação de Euclides.

Temos, em sua defesa do conceito de civilização, alguns pontos relevantes para essa análise. O escritor não se furtava, em seus primeiros escritos – de 1884 e 1894 – a glorificar o panteão europeu de imagens políticas. Dessa forma, ele tecia para si uma certa base intelectual para a compreensão do passado, das disposições políticas que

ardiam nos fins do Segundo Império, das volições de uma juventude republicana com a qual conviveu. Da mesma maneira, esse foi o meio de contato com uma racionalidade exigida nos “meios pensantes” com os quais Euclides travou diálogo – meios *escritos*, encarnados nos trabalhos estrangeiros de Spencer, Glindon, Gumplowicz... Essa busca por identificação, por filiação intelectual, estava fortemente manifesta na expressão de seus trabalhos. Uma procura alargada pela luta de ideais que a República convocava.

A civilização e seus adornos discursivos – imagens de polidez, de controle, de evolução mental e social, de ampliação do domínio sobre a natureza, de superioridade essencial na cadeia imaginária de estágios humanos – era uma força “real”, se entendermos, como Elias (1994b), que ela circunda, como um processo de ordenação sistemática das conjunturas sociais, uma série de imposições, deflagradas no tempo e pela história. Simultaneamente, ela é um imaginário ou um sistema cultural que, autopromovido, se tornou instituição onde se elaboraram, durante séculos, formas de distinção e hierarquização arbitrárias; estruturas sedentas de ocultar tal arbitrariedade. Nesse duplo, o primeiro aspecto era, decerto, exposto e modificado na época de Euclides. A civilização aparecia, mais do que força histórica, como movimento natural, inspiração teleológica que fundava e exigia transformações legitimadoras de sua posição – assim a apresentava o autor. Um ideal de transformação e aperfeiçoamento humano, criador de racionalidade e executora de seus princípios. A civilização, portanto, era trabalhada e defendida por representar a garantia de manutenção de todo um aparato intelectual, de toda uma postura epistemológica dela dependente.

O “movimento civilizador”, em Euclides, se associa a uma compreensão da mudança? Se atentarmos para a insistência do escritor em analisar a experiência da Guerra de Canudos em suas relações com a civilização do litoral e com a tentativa nacional e republicana de busca por um “espaço civilizado” no contexto mundial, teremos chegado a uma região importante de seu pensamento. Porque é ali, enquanto ele testemunha as alterações da Guerra sobre as alterações do mundo sertanejo “isolado”, que temos mais visíveis suas preocupações com as conseqüências da História e com a geração das histórias.

O ideal de civilidade, de “exercício” de civilização, que perturba a época e que provoca Euclides da Cunha, repercute ainda nos desenhos de suas personagens reais, por estimular, por meio delas, de sua imaginada *veracidade*, uma realidade para o conceito. O autor não produz ficção, segundo ele próprio, de tal maneira que suas

apresentações recebam um condicionante especial: narrados sob a marca do realismo, dariam realidade aos instrumentos de sua descrição, ao contexto de imagens que os criam e os sedimentam no texto. Mais uma vez, sob o signo da criação textual, a mudança social dos panoramas ganha outra dimensão. A civilização, como corpo dessa mudança, seria também tornada real no mesmo exercício.

Nas reportagens de 1897, temos nomes de soldados, oficiais, armas de guerra, estratégias de cerco e de ataque, números de batalhões e relatos de ocorridos, que se unem em um esquema amplo de descrição, de “avivamento”, de memória ou de informação. Um longo, cuidadoso e nem sempre deliberado processo de “realização”, de criação de um sentido concreto para a narrativa, é colocado em curso. Euclides da Cunha prepara essas ordens de “dados”, posicionando junto a outros: horários, datas, registros de conversas, listas de pequenos conhecimentos, relatórios curtos sobre vida vegetal, sobre mineralogia ou geologia, discussões acerca do clima, das povoações ou dos hábitos locais – tudo passa a se relacionar, promovendo, no discurso, um tom de efetividade, de adequação aos fatos presumidos ou sabidos por outras fontes

A tônica de sua atuação como correspondente, entra, nesse mesmo momento, como garantia específica dessas veracidades apresentadas e construídas. A auto-referência, a descrição de suas perspectivas e opiniões, de seus deslocamentos no campo, de seu cotidiano ou de suas impressões diante da instabilidade dos boatos, nos remetem à constituição paralela do Euclides-personagem. Um personagem e, como tal, uma *presença*, possuidor de todas as prerrogativas da vivência e da experiência. É sobre este alicerce, sobre os fundamentos conceituais do “saber vivido”, do envolvimento pessoal com aquilo que é dito que ele se apóia. Assim, temos, nas reportagens, uma considerável montagem discursiva de faces legitimadoras da fala. Em suas explicações, Euclides da Cunha produz, sob o regime do discurso jornalístico, “ensaios” tão profundamente carregados de caracteres verossímeis e “tangíveis” – enquanto informações – que a impressão de que tudo o que a elas está vinculado, assume ou se vale de semelhante base de solidez. A discussão em torno dos acontecimentos no *front*, das batalhas travadas nas estradas ou no sítio à Canudos, só aumentam essa impressão, na medida em que continuam a alimentar o discurso e a si mesmas, em uma cadeia de “verdades” produtora de um sentido de “acumulação”.

Os percursos do processo que a idéia de civilização movimenta na narrativa, sustentados por esta aura de veracidade, formam a base que irá reaparecer em *Os*

sertões: campanha de Canudos. No texto de 1902, esse aura será envolvida por outra – a cientificidade e o teor de “estudo completo” terão sua própria tarefa de legitimar o corpo discursivo que Euclides reelabora. O livro se vale da cientificidade em aliança com o valor do vivido e se ergue como um trabalho cujas conclusões deveriam ser “levadas em conta”. Essa busca por uma solidez é menos argumentativa que cumulativa, ou seja, *Os sertões* ainda se vale da carga simbólica produzida pelos trabalhos anteriores do escritor na afirmação de sua fala.

Continuando essa leitura, podemos pensar o quanto os conjuntos de sentido do positivismo e do evolucionismo aparecem em Euclides da Cunha como parcelas fornecedoras de credibilidade, como espaço de reflexão, sim, mas, também e especialmente, como ferramentas de narrativa, orientadoras de um enredo desenvolvido pelo testemunho do autor, pelo seu envolvimento direto com a produção jornalística do período, com seu contato com a temática através de leituras, boatos e debates. Falamos, assim, de um autor cujas influências, ainda que passíveis de observação, carecem de ser lidas em seus “usos”, em sua manipulação discursiva e em sua reconstrução por meio de uma interpretação voltada para uma realidade específica.

A narrativa segue também outras ordens. Afeita à ciência e ao cientificismo de que comumente é aproximada pelos críticos, ela se destaca dos mesmos para atribuir sentidos mais ligados a sua busca pela imagem épica. Aqui, temos, especialmente em *Os sertões*, uma definição de estilo que caça medidas para efetivar a história contada como base mítica, como *evento* relevante do passado e, como tal, provedor de orientações políticas e conceituais. Esse movimento da escrita de Euclides da Cunha é tratado por outros estudiosos (COUTINHO, 1995) como indicativo de seu teor de *ficção*, no sentido comum de prosa despreocupada com a realidade. Mas, convém observar, que mesmo nestes espaços narrativos, onde o conto da Guerra se torna um quadro dramático de imagens fabricadas com o aparente intuito de criar um mundo além do convencional, temos a participação da *referência*, das ligações que o autor deixa com outros momentos do relato, de forma a prover, aos primeiros, a participação no caráter confiável e “representativo do real” dos segundos.

A classificação da fala Euclidianiana, que tanto tem criado debates, não poderia ser meramente resolvida, já que está alojada no jogo das interpretações diversas que um texto gera – como comunicação provida de símbolos semi-autônomos, passíveis de contato com muitos outros símbolos além daqueles pensados pelo autor (BARTHES,

2001). Mas podemos, pelo menos, concluir que, voltado a construir um relato, alimentado tanto por “discursos autorizados” do saber da época, como por estruturas estéticas criadoras de sua teatralização, de sua representação “cênica”, Euclides faz de *Os sertões* uma tentativa de incorporação dos temas da nacionalidade, um discurso sobre o sertanejo que veicula uma possível análise de sua existência, da existência de seu mundo e de sua história. Discurso que, assim como o insere, literariamente, no bojo do imaginário letrado, o torna personagem de uma história mais longa, história (interpretada pelo autor) de invasão e acolhimento de uma alteridade pelas forças “de correção” que a natureza deveria impor àquele universo distanciado, por meio do ato de civilizar. Nesse sentido, como leitura particular e como projeto de estudo, o livro é tanto ficção – nos termos de Geertz (1989), como realidade compreendida – como produto de decomposição teórica, de investigação empírica, fundamentadas nos rigores e orientações de seu próprio tempo.

A violência, neste mesmo campo, se converte em um modelo de transformação, um componente da mudança social que o escritor interpreta, porque *delimita os sinais de instabilidade social*, na narrativa. As reportagens de 1897 se articulam para nos mostrar a lente de Euclides sobre os acontecimentos da Guerra, sob os diversos encontros entre as forças republicanas e uma teia de hábitos, crenças, posições, falas e manipulações da natureza. A violência dos combates não é a única, como vimos, nessa exposição. Os exotismos que Euclides da Cunha nos traz, as referências ao que é julgado novo e diferente no sertão – registro que ele deixa em sua Caderneta – , a forma pela qual a viagem do correspondente se torna a viagem do leitor para o interior da zona de Guerra, nos colocam dentro do espectro de alteridades que são elaboradas. Seguimos, com o autor, pelas veredas dessas diferenças, em cada momento onde o sertanejo é descrito; descrição que, por sua vez, mostra a suposta separação cultural e intrínseca entre o homem “de lá” e seus patrícios republicanos, miríade de brasileiros de tantas outras partes. A partir daí, nos momentos de choque, de batalha física, somos levados apenas para a última instância das dissensões, a encarnação dos desacordos políticos, manifestada na luta por cada pedaço de território. Esse combate, longe de ser construído somente como encontro violento, nos é lembrado como reflexo e auge das posições divergentes assumidas pelas personagens.

A mudança que é, aos poucos, descrita pelo autor – mudança de posse de territórios, de estradas; mudança como deslocamento de povos, contingentes, mudança

de uso e domínio das armas por um inimigo antes quase desarmado – é transformada de passageira para *social*, estrutural, no momento em que o autor observa e conjura sobre o sertanejo a capacidade de absorver, por meio do impacto da Guerra, as camadas várias da civilização. Do mesmo modo, se apresenta quando Euclides nos expõe um sertão que se maravilha com os recursos e as possibilidades de uma tecnologia que antes não estava sob seu alcance. Mas é a idéia euclydiana de uma história, convocada pelo evento da Guerra, embora bem mais antiga – que reitera sua preocupação com a mudança dos cenários. História como entendimento das ocorrências violentas e como narrativa que especula sobre a origem dessa violência. Violência redescoberta nos séculos da colonização, nos momentos e tempos distantes para o expectador do século XIX. Um passado que só pode ser retomado como imaginação pautada pela pesquisa.

Nessa “rota de compreensão”, que tento organizar em torno de Euclides da Cunha, a idéia de pensar a mudança social no autor surge, além de relacionada a suas preocupações com a história do sertão, vinculada a sua narrativa do homem sertanejo – personagem tão presente em seus termos e leituras, que chega a emitir signos de centralidade, relevâncias especiais no discurso. Esse sertanejo não é traçado como simples vítima das alterações no panorama dissertativo-descritivo do escritor: ele é produtor delas, como núcleo interpretativo daquilo que acontece. Em outras palavras, a ênfase da descrição humana do jagunço/sertanejo, evoca em Euclides uma teorização acerca da mudança dos mundos sociais – construídos em abstrações religiosas, modificados pela força do meio, guarnecidos pela dificuldade de acesso do mesmo, reforçados pelas intempéries do espaço e dos séculos.

Pode-se dizer que Euclides da Cunha, além de conferir ao sertanejo uma imagem que duraria anos no pensamento brasileiro, produziu, no contexto de formação da sociologia no Brasil, uma análise da mudança de figurações sociais, por meio de uma narrativa sobre a história da guerra simbólica entre grupos políticos diferentes; diferenciados pelas mudanças que viveram e pelo encontro que tiveram nos fins sangrentos de 1897 e no correr lento de associações variadas, travadas entre “civilizados” e “bárbaros”, ao longo da formação política de forças apartadas. A imagem de Canudos, sua ascensão e sua queda nessa narrativa, é a marcação da visão euclydiana sobre os caminhos de tais mudanças.

* * *

Refletir e recompor a ótica de uma interpretação produzida em outro tempo é, me permito inferir, uma tarefa subjetiva. Ou seja: a leitura, essa travessia dos terrenos escritos do pensamento, passa, repito, por contatos e vivências que nem sempre podem ser racionalmente dominados. Essa afirmação não tem a intenção de minimizar a responsabilidade sobre o que é dito. Ela tão somente procura ter a responsabilidade de definir os limites do dito, sobre a base lógica na qual se desenvolve: a experiência de pesquisa como um processo de aprendizagem conduzido por cada passo da investigação. Uma experiência que se transforma e transforma os próprios resultados mediante o campo que aborda e nunca sob a simplificação dos projetos, das determinações prévias do que faremos. Como uma forma de interpretação da imaginação (GEERTZ, 2003) repercute como um comentário e se dedica a consultar as informações como construções que executamos ao pensar os contextos de sua existência.

O discurso de Euclides da Cunha, tantas vezes analisado, dá a impressão inicial, à pesquisa, de que já está conceituado. Um engano que a leitura e a releitura dissipam, reconfigurando as possibilidades de interpretação. Movimentando-nos pelos contextos históricos e também pelos discursivos – aqueles que os próprios textos geram – chegamos a conclusões que são, basicamente, registros de nossa “viagem”, *produtos e processos de uma textualidade a que damos continuidade*. Escrevendo sobre uma leitura, participamos de seu universo, ampliamos suas dicotomias a ponto de podermos pensar melhor sobre seu conjunto.

O presente trabalho, nos cortes de seu desenvolvimento e na tentativa de resumir esquemas maiores para interpretá-los, tinha, como interesse imediato, interpretar a reflexão de um autor comumente associado ao passado de nosso pensamento acerca do sertão. Procurou, a partir daí, apresentar algumas de suas considerações sobre o tema, sem esgotar as demais trilhas sobre o mesmo. Por fim, como um comentário, fruto de pesquisa, ele se volta para afirmar que uma sociologia do escrito euclydiano, uma investigação acerca do pensar histórico deste autor, carece de atenção para com a sua *imaginação social da história*, ou seja: seu poder na instauração de uma fala acerca de passados interpretados por meio da construção de imagens narrativas. Nesta mesma vereda e enriquecido por ela, tal comentário quer indicar uma pequena parte das possibilidades de “pensar o mundo” através das textualidades: uma viagem por relações sociais ágeis, ainda que vivas na – apenas aparente – imobilidade do papel.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Regina, *O enigma de Os Sertões*, Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1998.
- ALENCAR, José de. *Iracema*. São Paulo: Hedra, 2006.
- _____. *O sertanejo*. São Paulo: Ática, 1996.
- ANDRADE, Juan C. P. de. Vida e obra de Euclides da Cunha. Artigos. “A gênese da sociologia euclidiana: primeiros escritos (1874-1897)” In: Vida e obra de Euclides da Cunha site. Artigos. Disponível em: <<http://www.euclides.site.br.com>>. Acesso em: 20/01/2006.
- ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Obra Crítica de Araripe Júnior*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa Editora, 1963.
- ARENDT, Hannah. *Da violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- AVIGHI, Carlos Marcos.. *Euclides da Cunha jornalista*. Orientação de Virgílio Benjamin Noya Pinto. 502 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- AZEVEDO, Fernando. *As ciências no Brasil*. São Paulo: editora Melhoramentos, 1963.
- _____. *A Cultura Brasileira*. São Paulo: EdUSP 1971.
- BACHELARD, Gaston. *A Terra e os Devaneios da Vontade – Ensaio sobre a Imaginação das Forças*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *O Ar e os sonhos: ensaio sobre a imaginação do movimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.
- BARREIRA, César. *Crimes por Encomenda, Violência e Pistolagem no Cenário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- BARRETO, Emídio Dantas. *Destruição de Canudos*. Recife: editora jornal do Recife, 1912.
- _____. *Última Expedição a Canudos*. Porto Alegre: Franco & Irmão Editora, 1898.
- BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001
- BASTOS, Abguar.. *A visão histórico-sociológica de Euclides da Cunha*. São Paulo: Ed. Nacional, 1986.
- BELLO, José M. *História da República: 1889-1930 (síntese de quarenta anos de vida brasileira)*. 4. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952.
- BENEVIDES, Mário Henrique Castro. *Gurreiros Imaginários? A interpretação de Euclides da Cunha acerca da figura do jagunço*. In mimeo, 2007.
- BENÍCIO, Manoel, *O Rei dos Jagunços*. Brasília: Senado Federal, Edição Fac-similar, 1997.

- BERNUCCI, Leopoldo M. *A imitação dos sentidos: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP; University of Colorado at Boulder, 1995.
- BOLLE, Willi, *grandesertão.br: O romance de formação do Brasil*, São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- _____. *Historia concisa da literatura brasileira*. 32.ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. Editora Perspectiva, 1992.
- _____. *Lições da Aula*, São Paulo, Editora Ática, 1994.
- _____. *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1989.
- BRAYNER, Sonia. *Labirinto do espaço romanesco*. Brasília: Editora Civilização Brasileira, 1979.
- CALASANS, José. *O Estado-maior de Antonio Conselheiro*. São Paulo: editora GRD, 2000.
- CALDEIRA, Teresa, *A presença do autor e a pós-modernidade na antropologia*, Novos Estudos, CEBRAP, julho/1988.
- CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta de Pero vaz Caminha a El-Rei Sobre o Descobrimento do Brasil*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha (Coleção Os pensadores), 2000.
- _____. *Formação da literatura brasileira*. 6ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- _____. *Introdução à Literatura Brasileira*, São Paulo: Ouro sobre azul, 2004.
- _____. *Vários Escritos*, São Paulo: Ouro sobre azul, 2004.
- CANUDOS: campanha militar : (IV expedição). Brasília, DF: Ministério do Exército, 1997.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- CARONE, Edgar, *A República Velha – instituições e classes sociais*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CASCUDO, Luis da Câmara, *Dicionário do folclore brasileiro*. 2.ed., rev. e aum. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962
- .CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*, São Paulo: Editora Contexto. 2006.
- CITELLI, Adilson, *Roteiro de Leitura: Os Sertões de Euclides da Cunha*, São Paulo, Ática, 2ª ed., 1998.

- CLIFFORD, James, *A experiência etnográfica: antropologia literária no século XX*, Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- COELHO NETO, Henrique Maximiano. *Coelho Neto – Obra Seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1958.
- COMTE, Auguste. *Discurso sobre o Espírito Positivo*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- COUTINHO, Afrânio. *Euclides, Capistrano e Araripe*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959.
- _____. *Introdução à literatura no Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *Os Sertões, Obra de Ficção* in CUNHA, Euclides da. *Obra Completa*, vol II, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguillar, 1995.
- CRUZ COSTA, João. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- CUNHA, Euclides, *Canudos: diário de uma expedição*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.
- _____. *Caderneta de Campo*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- _____. Euclides da Cunha. História (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Editora Ática, 1984.
- _____. *Obra Completa*, vol I., Rio de Janeiro: Editora Nova Aguillar, 1995a.
- _____. *Obra Completa*, vol II, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguillar, 1995b.
- _____. *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma Introdução à Antropologia*. 4.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- _____. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1979.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ELIAS, Norbert. *Mozart: Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.
- _____. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *O Processo civilizador*. Volume I. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.
- _____. *O Processo civilizador*. Volume II. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.
- _____. *Ensaio e escritos*. Vol I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- FACÓ, Rui, *Cangaceiros e Fanáticos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 7ª ed., 1983.

- FARIA, Luíz de Castro, *Escritos Exumados*. Niterói: EDUFF, 1998.
- _____. *Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda Boa Ventura, 41* – Niterói. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- FERNANDES, Florestan. *Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FERREIRA Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI : o dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Posigraf, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Editora Loyola, 2004.
- _____. *O que é um Autor* in MOTTA, Manoel Barros da, Michel Foucault: Ditos e escritos, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- _____. *Por trás da fábula* in MOTTA, Manoel Barros da, Michel Foucault: Ditos e escritos, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Os Jagunços*, Rio de Janeiro: Vila Rica Editora, 1985 [1898].
- FRANCO, Maria Sylvia C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Heróis e vilões no romance brasileiro*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- _____. *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *Anseios de amplidão* in Cadernos de Literatura Brasileira, nº 13/14, dezembro de 2002.
- _____. *As formas do falso*, São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.
- _____. (org.), *Correspondência de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- _____. (org), *Euclides da Cunha*, História (coleção Grandes Cientistas Sociais), São Paulo: Ática, 1984.
- _____. *No calor da hora*, São Paulo: Ática, 1974.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, LCT, 1989.
- _____. *O saber local*. Petrópolis, Editora Vozes, 2003.
- _____. *Obras e Vidas: o antropólogo como autor*, Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2002
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GRUZINSKI, Serge. *A Guerra das Imagens: de Cristovão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GUIMARÃES, Valéria. *Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX* in *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 323-349 – 2007.
- GUMLOWICZ, M. L. (Ludwig Gumplowicz) *La lutte des races*, Paris: Guillaumin, 1893.
- HOBBSAWM, E. J.. *A era das revoluções: Europa 1789-1848* . 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich; *A fenomenologia do espírito ; Estética : a ideia e o ideal ; Estética : o belo artístico e o ideal ; Introdução a história da filosofia*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- LEORNARDI, Victor Paes de Barros. *Entre árvores e esquecimentos: história social dos sertões do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 1996.
- LHOSA, Mario Vargas A *guerra do fim mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 1999 [1981].
- LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: editora Perspectiva, 2001.
- MARTINS, Wilson. *A Palavra Escrita*. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1957.
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1975.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. *A Guerra Total de Canudos*. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.
- MENEZES, Eduardo Diatahy Bezerra de; ARRUDA, João (orgs). *Canudos: as falas e os olhares*, Fortaleza: Edições UFC, 1995.
- _____. “Gênese do imaginário social dos sertões: entre história e ficção” in *Revista do Instituto do Ceará - ANNO CXXI – 2007*.
- _____. *Sobre Teoria dos Gêneros Literários*. In Mimeo, 1999. Notas de aula.
- MILLS, Wright. *A Imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- MORAES, Walfrido. *Jagunços e Heróis*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira*, São Paulo: Editora Ática, 1998.
- NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim (Orgs.). *Juízos críticos: Os Sertões e os olhares da sua época*. São Paulo: Nankin; UNESP, 2003.
- OLIVEIRA, Franklin de. *Euclides: A espada e a letra*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- OLIVEIRA, Ricardo de. *Euclides da Cunha. Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo* in *Revista Brasileira de História*, v.22 n.44 São Paulo, 2002.
- OLIVEN, Ruben George. *Violência e Cultura no Brasil*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- PEIRANO, Mariza G. S. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995
- POMPA, Cristina. *Religião como Tradução* Bauru: Edusc. 2003
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo – colônia*. Brasília: Editora Brasiliense, 1983.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, *A História do Cangaço*, São Paulo: Global Editora, 1991.
- _____. *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976.

- RABELLO, Sylvio. *Euclides da Cunha*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.
- REZENDE, Maria José de. Os Sertões e os (des)caminhos da mudança social no Brasil. São Paulo: *Tempo Social (Revista de Sociologia da USP)*, 13(2), Pp. 201-226.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1935.
- ROLAND, Ana Maria. *Fronteiras da palavra, fronteiras da história*. Brasília: Editora UnB, 1997.
- ROMERO, Sylvio. O Brasil social de Euclides da Cunha. "In" *Realidades e ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Petrópolis: Vozes/Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979, p. 153-186.
- ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1964.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1989
- SAHLINS, Marshal, *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- SALLES, Maria Inês Pinheiro Cardoso. *Cicatrizes Submersas d'Os Sertões. Decartes Gadelha e Euclides da Cunha*. Fortaleza, 1998 (Dissertação de Mestrado).
- SECO, Ana Paula, *História da Educação no Brasil: O olhar dos viajantes Britânicos sobre a Educação (1808 - 1889)*. Campinas, 2004 (Dissertação).
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- SIMMEL, Georg. Simmel. *Sociologia (Coleção Grandes Cientistas Sociais)*. São Paulo: Editora Ática, 1983.
- SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macêdo. *A guerra de Canudos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblex, 1959.
- SODRÊ, Néelson Wernéck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. *Revisão de Euclides da Cunha* in CUNHA, Euclides da. *Obra Completa*, vol II, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1995.
- SOUZA ANDRADE, Olympio de. *História e interpretação de Os sertões*. São Paulo: EDART Livraria Editora, 1966.
- SOUZA, Gabriel Soares, *Tratado descritivo do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971 [1587]).
- TÁVORA, Franklyn. *O cabeloira*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- VAINFAS, R.. *América 1492: encontro ou desencontro?*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1992.
- VELHO, Gilberto. *Antropologia Urbana: Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Euclides da Cunha: ensaio bio-bibliográfico*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

VENTURA, Roberto. “Euclides da Cunha e a República” in *Estudos Avançados*, São Paulo, ano 10, n. 26, p. 275-291, maio/jul, 1996.

VÉRON, Elíseo, *A produção de sentido*. São Paulo: Editora Cultrix e Editora Universidade de São Paulo. 1980.

VIEIRA, Sulamita. *O Sertão em movimento; a dinâmica da produção cultural*. São Paulo: Annablume, 2000.

VILLELA JÚNIOR, Marcos Evangelista C. *Canudos: memórias de um combatente*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

_____. *Economia e Sociedade*. Brasília: Imprensa Oficial, 2004.

_____. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

ZILLY, Berthold. *A guerra como painel e espetáculo. A história encenada em Os sertões*. In.: *História, Ciência e Saúde*. Vol. V (suplemento), julho, 1998.